

ORGANIZADORA
MARIA APARECIDA CARDOZO

VOCÊ NO COMANDO

COLETÂNEA DE TCC'S
DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
FUCAP

Vol. 1



EDITORA FUCAP

**VOCÊ NO COMANDO:
COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FUCAP**

Maria Aparecida Cardozo

**VOCÊ NO COMANDO:
COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FUCAP**

Capivari de Baixo

Editora FUCAP

Volume 1

2017

Título: Você no comando: coletânea de TCC's do Curso de Ciências Contábeis da FUCAP.

Organizadora:

Maria Aparecida Cardozo

Capa e editoração: Andreza dos Santos

V851v

Você no comando: coletânea de TCC's do Curso de Ciências Contábeis da FUCAP / Maria Aparecida Cardozo (organizadora). Capivari de Baixo: Editora FUCAP, 2019. 191 p.: il. color.; 23 cm.

ISBN: 978-85-6692-15-4.

1. Ciências contábeis. 2. Ciências contábeis – graduação.
I. Maria Aparecida Cardozo. II. Título.

CDD 657

Ficha catalográfica elaborada por Andreza dos Santos, CRB 14/866.

CONSELHO EDITORIAL

Exedito Michels (Presidente)

Emillie Michels

Andreza dos Santos

Dr. Diego Passoni

Dr. José Antônio da Silva

Dr. Nelson G. Casagrande

Dr. Roberto M. da Silveira

Dr. Rodolfo Lucas Bortoluzzi

Dr. Rodrigo Luvizotto

Dra. Jamile Marques

Dr. Hamilcar Boing

Dra. Beatriz M. de Azevedo

Dra. Patrícia de Sá Freire

Dra. Joana Dar'c S. da Silva

Dra. Solange Maria da Silva

Dr. Paulo Cesar L. Esteves

Dra. Adriana C. Pinto Vieira

Editora FUCAP – Avenida Nações Unidas Nº 500 – Santo André. Capivari de Baixo/SC.

Sumário

PREFÁCIO	6
O NOVO PAPEL DA CONTROLADORIA GERAL NA PREFEITURA DE XY/SC.....	7
Carlos Eduardo P. de Bona Portão, Adão Paulo Ronconi.	
CUSTOS FINANCEIROS DA ESTOCAGEM: ESTUDO DE CASO EM COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAGENS E UTILIDADES	42
Andrey P. dos Santos, Sidner de Jesus Custódio, Adão Paulo Ronconi.	
ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA NOS PERÍODOS DE 2015 E 2016	76
Jonathan Dandolini Corrêa, Maria Aparecida Cardozo.	
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÃO	105
Lucila Estevão Tomé, Maria Aparecida Cardozo.	
A VIABILIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO OU A PRODUÇÃO PRÓPRIA DE PEÇAS JEANS PELA EMPRESA ALFA - EPP	130
Manoela Ramos Lopes, Edilson Citadin Rabelo.	
AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA APLICADO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	156
Brian Gomes, Fernando Pacheco.	

PREFÁCIO

Produzir e socializar conhecimento foi a primeira missão assumida e mantida no âmbito da Faculdade Capivari - FUCAP pelos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Pesquisas mostram que a forma mais eficiente de aprender e ensinando.

Então, a organização das produções de docentes e discentes para publicação é o esforço mais nobre que a Univinte Centro Tecnológico faz em prol da FUCAP por envolver de forma eficiente na caminhada acadêmica.

A visão sistêmica presente nas obras que compõem este e-Book estão relacionadas com o cotidiano e com a vida profissional das pessoas, engrandecendo a contribuição social e científica da instituição e dos cursos.

Felicitos aos autores: *Adão Paulo Ronconi, Andrey Pereira dos Santos, Brian Gomes, Carlos Eduardo Pereira de Bona Portão, Edilson Citadin Rabelo, Fernando Pacheco, Jonathan Dandolini Corrêa, Lucila Estevão Tomé, Manoela Ramos Lopes, Maria Aparecida Cardozo e Sidner de Jesus Custódio* pela dedicação e zelo para com a ciência e para com os princípios éticos presentes no compliance da FUCAP.

Agradeço a Deus por ter conhecido vocês e contribuído neste ato coletivo que dá prazer e sustentabilidade às organizações.

Profº. Expedido Michels, Msc.

O NOVO PAPEL DA CONTROLADORIA GERAL NA PREFEITURA DE XY/SC

*Carlos Eduardo Pereira de Bona Portão
Adão Paulo Ronconi*

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, preveem que a fiscalização do Poder Público deva ser exercida por meio dos órgãos de controle interno e externo. A transparência pública e o controle social acentuam a necessidade de ampliar estes estudos. Para fins de manutenção do sigilo e visando resguardar a segurança das informações obtidas, trataremos nosso objeto de estudo como Prefeitura XY. O objetivo geral desta pesquisa é identificar o novo papel assumido pela Controladoria Geral da Prefeitura XY, após a reforma administrativa implantada pela Lei Complementar nº X/X1. Para tanto, o estudo destaca os seguintes objetivos específicos: (a) apresentar o conceito e a previsão legal de implantação da Controladoria Geral no município de XY; (b) identificar a finalidade e importância do órgão na estrutura municipal; (c) analisar os principais objetivos e atribuições contábeis utilizados pela Controladoria Geral; e, (d) avaliar o novo papel assumido pela controladoria geral após a implantação da reforma administrativa realizada em março de

X1. A metodologia utilizada nesta pesquisa enquadra-se como: exploratória, bibliográfica do tipo estudo de caso, qualitativa, aplicada, dedutiva, e a coleta de dados realizada por meio de informações secundárias, utilizando-se da observação e de documentações. Os resultados obtidos a partir dos estudos realizados identificam a existência de diversas atribuições que estão sendo realizadas em desconformidade com a finalidade de criação do órgão, tal como a elaboração e de leis orçamentárias. A contribuição desta pesquisa encontra importância no estudo do controle interno na gestão pública municipal.

Palavras-chave: Controladoria municipal. Controle social. Reforma administrativa.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 74 trata da obrigatoriedade de criação dos sistemas de controle interno no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Tal imposição encontra sentido na necessidade de fiscalização do poder público e garantir a correta aplicação dos recursos públicos.

Além desta, existem outras previsões Constitucionais de atuação por parte dos Controles Internos Municipais, previstas nos artigos 31, 70 e 75 da Constituição Federal de 1988. Outro importante instrumento de ampliação da atuação dos controles internos encontra-se previsto no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, que instituiu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Contabilidade aplicada ao setor público, apresenta-se como um dos ramos da Ciência Contábil. O objetivo principal da Contabilidade é apresentar informações úteis e confiáveis de um determinado patrimônio, a fim de que os interessados satisfaçam suas necessidades no processo de tomada de decisões. Historicamente a Contabilidade vem desenvolvendo ferramentas operacionais na persecução da eficiência e eficácia das entidades (RIBEIRO, 2005).

Quanto à finalidade da contabilidade pública, Araújo e Arruda (2004) afirmam que tratam-se dos procedimentos normativos para que os fatos oriundos da gestão orçamentária e financeira ocorram em perfeitas condições e que sejam sistematicamente escriturados, para que possam demonstrar os resultados a serem obtidos em épocas pré-fixadas.

As controladorias municipais devem ser órgãos autônomos e independentes, instituídos por força de lei, tendo como escopo a fiscalização dos atos dos agentes públicos municipais, sugerindo mudanças e informando aos órgãos de controle externo, em especial, o Tribunal de Contas dos Estados e os Ministérios Públicos a ocorrência de eventuais desvios.

Atualmente o papel do controle interno é muito maior do que a atividade de fiscalizar. Dentre as principais tarefas atribuídas aos controladores municipais estão a de servir como ferramenta de gestão e apoio ao prefeito e aos secretários municipais, realizando análises contábeis sobre a receita estimada em comparativo com a despesa executada, bem como, a verificação de aplicação dos índices mínimos constitucionais destinados à saúde, educação e despesa com pessoal.

Portanto a pergunta dessa pesquisa é Qual o novo papel assumido pela Controladoria Geral da Prefeitura de XY/SC após a reforma administrativa implantada pela Lei Complementar nº 140/2017?

Diante do exposto, o objetivo geral do presente estudo consiste em identificar o novo papel assumido pela Controladoria Geral da Prefeitura de XY após a reforma administrativa implantada pela Lei Complementar nº X/X1. Ato contínuo, apresenta-se os seguintes objetivos específicos: Apresentar o conceito e previsão legal da Controladoria Geral da Prefeitura de XY; Identificar a finalidade e importância da Controladoria Geral da Prefeitura de XY; Analisar os principais objetivos e atribuições contábeis da Controladoria Geral no município de XY; e, Avaliar qual é o papel da Controladoria

Geral da Prefeitura de XY, em face da recente reforma administrativa implantada por meio da Lei Complementar nº X/X1.

Neste sentido, o trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar a discussão acadêmica sobre o tema proposto, diante da ausência de informações sobre a competência e forma de atuação destes órgãos.

Em âmbito social, tal justificativa torna-se latente diante da necessidade de ampliação dos mecanismos de fiscalização e controle dos órgãos públicos, nas esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A principal destas ferramentas é a tecnologia de informação, que Padoveze (2000, p. 44) conceitua como “todo o conjunto tecnológico à disposição das empresas para efetivar seu subsistema de informação”.

É exatamente sobre estas informações que os órgãos fiscalizadores têm aumentado seu controle. Os sistemas integrados de informática, tais como: S-FINGE – Sistema de Fiscalização integrada de Gestão e SICONFI – Sistema de informações Contábeis e Fiscais, estão cruzando diariamente um número maior de dados e informações, o que pode ser observado no Estado de YX com a implantação da Instrução Normativa nº X, exarada pelo Tribunal de Contas do Estado de YX no ano de X1.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta sessão trata do referencial teórico da pesquisa, abordando os fundamentos da contabilidade aplicada ao setor público, a aplicabilidade dos princípios contábeis, o estudo do controle público municipal, bem como a transparência e controle social.

2.1 Fundamentos da contabilidade aplicada ao setor público

Inicialmente cumpre-se observar que a contabilidade pública no Brasil teve sua origem após a publicação da Lei Complementar nº 4320, de 17/03/1964, a qual instituiu as normas gerais do direito financeiro e na busca pelo controle dos orçamentos públicos e balanços da União, Estados e Municípios (SLOMSKI, 2001).

Atualmente a contabilidade aplicada ao setor público, constitui-se como um ramo da Contabilidade e, como tal, necessita-se observar os princípios fundamentais de contabilidade geral para melhor compreensão.

Segundo Silva (2014), este é o ramo da Contabilidade que tem como finalidade abastecer o ente estatal de informações sobre todo o processo de planejamento e orçamentação, em especial as etapas de elaboração, estudo, aprovação, execução, controle e avaliação dos resultados auferidos pela gestão pública.

2.2 Sistema de controle interno na prefeitura de xy

Inicialmente cumpre-se observar que para um melhor entendimento sobre diferentes tipos de controle, faz-se necessário destacar qual controle traduz-se na fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos ou sobre produtos, dentre outros, para que não ocorram desvios das normas padrão.

Para a gestão pública o controle nada mais é que uma forma de manter o equilíbrio na relação existente entre Estado e sociedade, fazendo surgir daquele as funções que lhe são próprias, exercidas por meio dos seus órgãos, sejam pertencentes ou vinculados aos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário (DESCHAMPS, 2009).

No caso da Prefeitura de XY, o órgão de controle interno integra a estrutura organizacional da Administração, tendo por função acompanhar a execução dos atos e apontar, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivo, as ações a serem desempenhadas.

Somado a isso, tem-se o caráter opinativo do órgão, vez que o prefeito municipal pode ou não atender à proposta que lhe seja apresentada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados no exercício do mandato.

2.3 Transparência pública e controle social

Para que haja o controle social, necessita-se a participação da sociedade civil, fiscalizando o gasto público e cientificando-se de que o ato do administrador está sendo realizado de acordo com as leis e regulamentos.

Desta forma, surge o direito à informação, vez que inclusive encontra-se consagrada no princípio constitucional da publicidade dos atos públicos. Assim sendo, há que se respeitar o direito à informação, o qual compete à população, a fim de que se efetive a completa transparência nas atividades administrativas, bem como, na aplicação de recursos públicos, promovendo a participação na administração, fiscalização e no controle dos organismos governamentais (ÁVILA, 2009).

É imprescindível redirecionar o funcionamento dos órgãos públicos para o fornecimento de informações à sociedade, investindo em projetos que ampliem a participação e a compreensão da sociedade acerca das ações da máquina administrativa como um todo.

Neste sentido, a tecnologia tem sido uma grande aliada dos cidadãos, ao passo que oferece inúmeras possibilidades de fiscalização e controle de forma sigilosa e anônima. A principal delas atualmente encontra-se regulamentada por força de lei, inserida no site oficial dos municípios, especificamente no Portal da Transparência.

Este instrumento possibilita que todo e qualquer cidadão conectado à internet possa obter as informações referentes à aplicação dos recursos públicos e concessões de direitos. O

Portal da Transparência beneficia o controle social, vez que garante acesso aos cidadãos no recebimento das informações e dados da administração pública, que se entendam necessários.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Esta seção trata do enquadramento e do procedimento metodológico adotado na pesquisa.

3.1 Enquadramento metodológico

Quanto à natureza do objetivo essa pesquisa se enquadra como exploratória, pois “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato. Esse tipo de pesquisa deve ser realizado quando o tema proposto ainda é pouco explorado, gerando conhecimento a partir do estudo de caso” (BEUREN, 2008, p. 80).

No que se refere à natureza da pesquisa, adota-se a classificação de Demo (1996), identificando-a como teórica e prática, vez que investiga um único objeto em profundidade, neste caso, a Prefeitura de XY. Quanto ao aspecto teórico e prático, o autor destaca que:

entre a teoria e prática existe um relacionamento de necessidade e dependência, vez que a teoria é uma construção conceitual, já a prática, é o desenvolvimento desta construção, representado

apenas um caso concreto da teoria. A teoria precisa da prática para se tornar real, bem como, a prática necessita da teoria para manter-se inovadora (DEMO, 1996, p. 29).

A lógica da pesquisa se dá de forma dedutiva, pois parte dos conhecimentos gerais para o estudo específico de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente, à Controladoria no poder público municipal. Segundo Marconi e Lakatos na pesquisa dedutiva “as premissas são verdadeiras, logo, a conclusão deve ser verdadeira, vez que toda a informação ou o conteúdo fatural da conclusão já estava, pelo menos implicitamente, nas premissas” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 92).

Interpretou-se a coleta a partir de dados secundários, utilizando-se memorandos, ofícios, instruções normativas, informações e relatórios. Em relação ao desenvolvimento da coleta, Freitas (2007, p. 143) destaca que “a coleta e armazenamento de informações são realizados através de estudos observacionais e experimentais, bem como, da mensuração e a comparação de dados”.

Ainda sobre a coleta de dados secundários, Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 80), afirmam que a coleta secundária se dá quando “os dados obtidos são colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais, e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas”.

Com relação à abordagem da pesquisa, caracteriza-se como qualitativa, pois não utiliza-se de dados e informações

complexos para que o resultado seja alcançado. Para Beuren (2008, p. 92), “a pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, analisando sua interação com as diversas variáveis”.

A distinção entre pesquisa básica e aplicada encontra-se bem asseverada por Cervo, Bervian e Silva quando destacam que “na pesquisa básica, o objetivo, a meta e o saber, buscam a satisfação do interesse por meio do conhecimento. Já na pesquisa aplicada, são os fins práticos e menos imediatos que o movem na busca de soluções para problemas concretos. Ambas se sobrepõem, enquanto uma busca a atualização do conhecimento para o progresso da ciência, a outra, além disto, pretende transformar em ação concreta o resultado do trabalho” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 60).

Os procedimentos técnicos perpassam por dois pontos, especificamente, bibliográficos e estudos de caso. Bibliográficos com o objetivo de enaltecer o conhecimento sobre o tema e despertar a visão sistêmica da Ciência Contábil. Para Gil (2010, p. 29), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já publicados, tais como revistas, jornais, teses, dissertações, dentre outros”. Pôde-se referenciar a pesquisa ainda como um estudo de caso, pois, envolve um profundo estudo sobre a controladoria geral da Prefeitura de XY. De acordo com o autor supracitado, o estudo de caso “trata-se de ensinamento profundo e exaustivo de diversos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2010, p. 37).

3.2 Procedimentos para a coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados junto à municipalidade durante o ano de 2017, no curso do estágio supervisionado para conclusão do curso de Ciências Contábeis.

Os instrumentos para a coleta de dados foram a observação e as documentações especializadas disponíveis, vez que foram analisados livros, revistas, cartilhas, trabalhos acadêmicos de mestrado e conclusão de curso, leis, decretos, balancetes financeiros, ofícios, comunicações internas, softwares e sistemas de informática. Para Beuren (2008, p. 128), a “observação é a técnica que faz o uso dos sentidos para a obtenção dos principais aspectos investigados e contribui para com o pesquisar na comprovação dos dados sobre os indivíduos observados”. Quanto à documentação, a autora destaca que os documentos escritos apresentam-se como uma valiosa fonte de pesquisa nas ciências sociais, pois tratam-se de documentos irrefutáveis (BEUREN, 2008, p. 134).

Tais dados possibilitaram identificar as principais atribuições e competências da controladoria geral, principalmente, após a reforma administrativa implantada em março de X1.

Desta forma, o estudo apresenta-se de suma importância, pois destaca as principais atribuições e competências da Controladoria Geral da Prefeitura de XY. Sabe-se que muitas destas atribuições, não somente podem, mas devem auxiliar o gestor público na tomada de decisões, buscando a otimização e a correta aplicação dos recursos públicos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente estudo teve início após a celebração do convênio entre a FUCAP – Faculdades Capivari e a Prefeitura de XY, para a realização do estágio não remunerado, extracurricular, perfazendo o total de 312 (trezentos e doze horas). Como consequência, apresenta-se uma pesquisa detalhada das atividades desenvolvidas durante estes meses, junto a Controladoria Geral da Prefeitura de XY.

De tal modo, apresenta-se um estudo detalhado da entidade concedente, logo após, a coleta de dados apurada é descrita, para em seguida, demonstrar os resultados apurados acerca dos questionamentos específicos.

4.1 Caracterização do objeto de estudo

Visando resguardar as informações obtidos junto ao objeto de estudo, retiramos as características peculiares e que possam identificar o município, apresentando-o como Prefeitura XY.

Para melhor contextualização o município apresenta-se como de porte médio, com aproximadamente 100.000 (cem mil) habitantes, localizado na Região Sul do País.

Sua principal atividade econômica relaciona-se ao comércio e prestação de serviços em saúde e educação, bem como, na agricultura, pecuária e indústrias do ramo cerâmico.

Para o ano de X1 a Câmara de Vereadores de XY aprovou o Orçamento Público de aproximadamente R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais). Fato que reforça a importância no estudo sobre o controle na utilização dos recursos Públicos.

Em contraponto ao cenário de perspectiva de desenvolvimento econômico, município apresenta uma dívida consolidada de aproximadamente R\$237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais), portanto, maior que o somatório total da arrecadação prevista para o ano de 2017.

Muito embora, a corrupção esteja presente diariamente nos jornais e revistas, os legisladores vêm envidado esforços no sentido de restringir a atuação dos gestores públicos, dando publicidade aos atos administrativos por meio de diversos mecanismos, dentre eles podemos destacar a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei da Transparência Pública.

A principal alteração no trato da gestão pública ocorreu com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, conduzindo a profissionalização e modificando a forma dos administradores públicos gerirem os recursos públicos (SILVA, 2014).

Em âmbito municipal, a cidade de XY obedece ao que dispõe a Lei Municipal nº X1, que dispõe sobre a criação do Portal da Transparência. O referido portal encontra-se disponível no site oficial do município e apresenta um grande número de informações, em especial, as principais arrecadações e despesas, incluindo-se licitações, contratos, convênios, contratações e as despesas com pessoal.

Por fim, destaca-se a publicação da Lei Complementar Municipal nº X/X1, que instituiu o Sistema de Controle Interno no âmbito municipal.

4.2 Análise e discussão dos resultados

4.2.1 Conceito e fundamentação do controle interno na Prefeitura de XY

O controle interno na administração pública municipal é concebido como o mecanismo de autocontrole e verificação da própria administração, caracterizando-se pelo conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos utilizados com gestão para verificar a regularidade e legalidade de seus próprios atos.

De acordo com a Secretaria Federal do Controle Interno, por meio da instrução normativa nº 1, de 6 de abril de 2001, o Controle Interno é:

o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizados com vistas a assegurar que o objetivo dos órgãos e entidades da administração pública seja alcançado, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

A conceituação para o controle interno encontra respaldo nas palavras de Hely Lopes Meireles (1993), quando afirma que o controle interno é todo aquele realizado pela entidade no âmbito da própria administração. Assim, todo e qualquer controle efetivado pela administração, sobre seus serviços ou agentes é considerado como controle interno.

Dessa maneira, o controle interno municipal representa o conjunto de normas, regras, princípio, planos, métodos e procedimentos coordenados entre si, com o objetivo de avaliar a gestão contábil e legal dos programas de governo.

A fundamentação legal para implantação do Controle Interno na administração pública encontrou respaldo na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 31, 70 e 74, bem como na Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 59.

O dispositivo legal que fundamenta a obrigatoriedade de implantação do sistema de controle interno na administração pública, encontra-se previsto no artigo 31 da Constituição Federal de 1988 que diz: “A fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei”.

Diante disto, abstrai-se que a implantação do controle interno no âmbito da administração pública municipal na cidade de XY, ocorreu principalmente em obediência a esta obrigatoriedade constitucional.

Em consonância a isto, dispõe-se que a criação e implantação do controle interno na Prefeitura de XY, além do cumprimento de uma obrigatoriedade legal, pode ser concebida

como uma evolução na gestão municipal, vez que, atualmente o órgão articula informações contábeis, por meio de métodos de fiscalização e monitoramento, no intuito de resguardar a entidade pública. Tal proteção ocorre diante da adoção de ações preventivas na área contábil, patrimonial, orçamentária e financeira.

Em âmbito municipal o marco de criação da Controladoria Geral é a Lei Complementar municipal nº X/X1, que institui o sistema de controle interno na Prefeitura de XY.

4.2.2 Finalidade e importância do controle interno da Prefeitura de XY

O controle na administração pública deve ser concebido como uma forma de manter o equilíbrio na relação existente entre o Estado e a sociedade. A finalidade principal do controle interno é o de assegurar que os órgãos públicos atuem em harmonia com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Já a finalidade do controle, é “assegurar que os órgãos atuem em consonância com os princípios constitucionais, em especial, o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (ÁVILA, 2009, p. 17).

Segundo Andrade (2013, p. 11), “atualmente as atividades de controles são realizadas de forma interna pelo órgão central de controle interno, e de forma externa através da

câmara de vereadores, sociedade civil organizada e tribunais de contas”.

Soma-se a isso, a finalidade de assessoramento aos gestores públicos, através do caráter opinativo, realizado por meio de recomendações técnicas. Ressalta-se que tais atos não possuem caráter impositivo ou legal, vez que os gestores podem simplesmente não atender a proposta indicada, recaindo sobre ele a responsabilidade e riscos dos atos praticados pela omissão.

Portanto, a importância dos órgãos de controle interno, justifica-se no auxílio ao gestor público, por meio da análise do desenvolvimento das seguintes finalidades:

- a. Acompanhar a programação estabelecida nos instrumentos de planejamento (PPA-Plano plurianual, LDO – Lei de diretrizes orçamentárias, LOA – Lei orçamentária anual, MBA - metas bimestrais de arrecadação e CMD – Cronograma mensais de desembolso;
- b. Buscar o equilíbrio nas contas públicas e a correta aplicação administrativa e financeira dos recursos públicos.

Assim, a finalidade e importância do controle interno municipal é o de “verificar a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos, assegurando que a administração atue em conformidade com os princípios que lhe são impostos” (ALBUQUERQUE; CARVALHO; CASTRO, 2016, p. 6).

Agrega-se a isso, a finalidade de acompanhar o planejamento realizado, buscando a adoção de medidas preventivas, concomitantes ou posteriores, visando melhores práticas de gestão e garantindo o acompanhamento contábil, orçamentário das finanças públicas. Segundo Soares, podendo ser realizado sob três aspectos:

- a. Preventivo: Denomina-se também de prévio o controle exercido antes do início ou da conclusão do ato, como condição de eficácia e validade. Podendo ser representado pela obrigatoriedade de autorização legislativa, pelo Senado Federal, para os estados contraírem empréstimos internacionais;
- b. Concomitante: É a forma de controle realizada durante o ato, acompanhando a sua execução, no intuito de confirmar sua regularidade. Pode ser exemplificado pela fiscalização sobre os requisitos mínimos de investidura no cargo público;
- c. Posterior ou subsequente: Pode ser caracterizado como o controle realizado após a execução do ato, visando corrigir eventuais defeitos, sob pena de nulidade ou eficácia. Pode ser representado pela aprovação ou rejeição sobre a análise do pagamento de diárias (verificação do preenchimento de requisitos como identificação do CNPJ da entidade ou CPF do receptor do produto/serviço na Nota fiscal) (SOARES, 2012).

4.2.3 Objetivos e atribuições

Os objetivos gerais da Controladoria Geral encontram-se disciplinados na Lei Complementar Municipal nº 007/2005, podendo ser divididos em interno e externo. Estes objetivos gerais, encontram-se descritos no artigo 2º da citada lei, como segue:

Art. 2º O Sistema de Controle Interno tem como objetivos básicos:

I - Assegurar a boa gestão dos recursos públicos;
II - Apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Parágrafo único. O Controle dos atos da administração serão exercidos de forma prévia, concomitante e subseqüente.

Em suma os objetivos gerais são caracterizados sob os seguintes aspectos:

- a. Interno: Auxílio na gestão e boa aplicação dos recursos públicos;
- b. Externo: Suporte aos órgãos e mecanismos de controle externo.

Já as atribuições do sistema de controle interno encontram-se disciplinados no artigo 3º da lei supracitada:

- I - Acompanhar e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - Avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras;
- III - Fiscalizar a legalidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos por pessoas e entidades de direito público e privado;
- IX - Acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos previstos em Lei;

Portanto, o objetivo principal do controle interno instituído em âmbito municipal na Prefeitura de XY, é o de verificar a correta, eficiente e moral aplicação dos recursos públicos, além de realizar o acompanhamento, assessoramento, avaliação e controle da gestão financeira, orçamentária e patrimonial.

4.2.4 O papel atual da Controladoria Geral na Prefeitura de XY

Esta pesquisa trata do novo papel da Controladoria Geral da Prefeitura de XY em face da reforma administrativa implantada por meio da Lei Complementar Municipal nº 140/2017.

Após o desenvolvimento dos objetivos específicos anteriores que trataram da importância, atribuições, objetivos e finalidade de criação do órgão de Controle Interno, inicia-se a apresentação do resultado desse estudo, qual seja identificar o novo papel assumido pela Controladoria Geral na Prefeitura de XY.

Desta forma, torna-se imprescindível a análise sobre o sistema de Controle Interno Municipal, órgão este autônomo, independente e que atua de forma integrada com todas as Secretarias Municipais, efetuando o levantamento de informações, realizando auditorias e fiscalizando a atuação do próprio poder público.

Merece um destaque, o fato de que muito embora o órgão esteja instituído e atuante desde o ano de X1, grande parte dos agentes políticos, servidores e sociedade, ainda desconhecem o seu funcionamento.

Outra ênfase importante deve ser dada às atuais atribuições desenvolvidas pela Controladoria Geral da Prefeitura de XY, que diante da inexistência de técnicos disponíveis na área contábil, jurídica e administrativa, desenvolve atividades excedentes à sua esfera de competência.

Dentre os principais trabalhos executados pela Controladoria Geral da Prefeitura de XY que merecem destaque e que estão de acordo com sua competência, objetivos e finalidade são:

- a. Apoio, suporte e comunicação com os mecanismos de controle externo, em especial, ao Tribunal de Contas do Estado de YX, com base no artigo 31º da Constituição Federal de 1988;
- b. Análise e emissão de parecer sobre a prestação de Contas sobre os Convênios celebrados pelo Poder Público, com base na Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE;
- c. Análise e emissão de parecer final sobre os processos de prestação de contas de diárias e adiantamentos de viagens, com base na Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE;
- d. Análise e emissão de parecer final e conclusivo sobre os atos de pessoal, contratação, admissão em caráter permanente ou temporário, com base na Instrução Normativa nº 11/2011 – TCE;
- e. Encaminhamento ao TCE de informações através do SFINGE – Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão, com base na Instrução Normativa nº 20/2015 do TCE;
- f. Instauração de procedimento para Tomada de conta especial, com base na Instrução Normativa nº 13/2012 do TCE;

- g. Acompanhar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão, bem como, fiscalizar a execução dos objetivos, programas e metas definidos no PPA, LDO e LOA, com base no artigo 54º da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000;
- h. Acompanhar o cumprimento dos investimentos mínimos constitucionais em saúde, educação e pessoal, com base nos artigos 198º e 212º da Constituição Federal de 1988;
- i. Realização de audiências públicas quadrimestrais para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, com base no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000; e,
- j. Emissão eletrônica de certidões negativas, alertas e notificações, com base na Instrução Normativa nº 19/2015 do TCE.

Em suma, tais atribuições encontram-se definidas por força de lei, no artigo 20 da Lei complementar Municipal nº 35/2011, explanada a seguir:

a Controladoria Geral, além das atribuições previstas em legislação específica, é o órgão do sistema de controle interno responsável no assessoramento ao chefe do Poder Executivo e ao Poder Legislativo no cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, abrangendo todos os órgãos e agentes públicos

da Administração Direta, Indireta e entidades e pessoas beneficiárias com recursos públicos.

Inicialmente formou-se uma equipe mista de servidores, composta por Contadores e Técnicos em Contabilidade, que permaneceram realizando suas atividades contábeis de forma paralela e conjunta, sendo que tal cultura transmitiu-se até os dias de hoje.

A seguir, destacam-se os principais pontos que apresentam problemas durante a execução do estágio extracurricular, que caso sejam ajustados, podem auxiliar o Gestor Público não somente no assessoramento e fiscalização do ente público, mas principalmente no processo de tomada de decisões com a otimização de processos e redução de custos.

1. A principal atribuição desenvolvida pela Controladoria Geral atualmente fica a cargo da elaboração do PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Ocorre que esta atribuição é típica do Departamento de Contabilidade, subordinado à Gerência Financeira da Secretaria de Gestão. Tal fato afronta diretamente ao princípio da segregação das funções.

Sobre o princípio da segregação das funções, Soares (2012, p. 31) esclarece que serve “para garantir a segurança ao cumprimento das funções inerentes ao controle, isto porque, as atividades de execução e controle devem estar obrigatoriamente

desvinculadas, o que implica em assegurar que quem executa, não deve aferir a regularidade destes procedimentos”.

Sendo a Controladoria Geral o órgão responsável pela fiscalização no cumprimento das metas orçamentárias, jamais poderia ser o órgão responsável por sua elaboração.

2. Alteração no status da Controladoria Geral de Secretaria para Gerência. Com a aprovação da Lei Municipal Complementar nº X/X1, que instituiu a reforma administrativa no corrente ano, reduziu-se o número de Secretarias Municipais e Agentes Políticos de 19 (dezenove) para 9 (nove). Mesmo encontrando-se diretamente vinculada ao Gabinete Prefeito como órgão de assessoramento direto, tal alteração implica em diversas consequências como afronta ao princípio da hierarquia e subordinação, pois retirou o *status* de Secretaria para Gerência.
3. Redução da estrutura de Pessoal em 50% (cinquenta por cento), com a exclusão dos Cargos Comissionados em nível de gerência de sub-controlador de avaliação e gestão e sub-controlador de fiscalização financeira, contábil e orçamentária.
4. Criação da Coordenação de Ouvidoria. Um dos destaques da recente reforma administrativa implantada por meio da Lei Complementar nº X/X1, foi a Criação e Implantação da Ouvidoria na Prefeitura de XY.

A criação da coordenação de ouvidoria apresenta-se como uma fonte de interlocução entre Poder Público e

sociedade, e tem como principal ferramenta a informação. Ocorre que, atualmente a ouvidoria encontra-se vinculada e subordinada à chefia de Gabinete do Prefeito Municipal, o que dificulta e distancia sua atividade da Controladoria Geral.

Sabe-se que uma das principais ferramentas de trabalho do *controller* é a informação. O *controller* é o servidor responsável pelo órgão de Controladoria, e para exercer o seu papel, necessita de um eficiente sistema de informações. Através deste sistema de informações busca-se o entrosamento dos órgãos e a otimização de resultados.

Dito isto, sugere-se uma maior aproximação entre os órgãos, sendo tais informações após o processamento junto a Ouvidoria, devidamente encaminhadas para o órgão de Controle interno municipal.

5. Ausência de membros da Controladoria Geral na Comissão Municipal de Transparência Pública. Visando dar efetividade à transparência sobre seus atos, a Prefeitura de XY, por meio da Lei municipal nº X/X1, instituiu a Comissão Municipal de Transparência, formada por 9 (nove) servidores. Ocorre que atualmente a Controladoria Geral não possui assento permanente na referida comissão, o que dificulta o acesso à informação.
6. Requisitos para investidura do Cargo de Controlador Geral. Atualmente a designação ao Cargo de Controlador Geral é realizada mediante decreto de livre nomeação e exoneração do Prefeito.

Uma das principais características da Controladoria Geral é a autonomia e independência. Os atos praticados pelo Controlador Geral devem estar revestidos de interesse público e estarem fundamentados nos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Diversos Tribunais de Contas de nosso país têm adotado o entendimento do preenchimento de alguns requisitos mínimos para investidura no cargo. O Tribunal de Contas do Estado de YX, no julgamento do Processo CON-15/00034719, determinou que o referido cargo público, seja preenchido por servidor efetivo do quadro permanente de pessoal.

Avanços têm sido verificados, em especial, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, quando determina que:

as atividades inerentes ao órgão de Controle Central devem ser realizadas somente por servidores efetivos do quadro permanente de pessoal. Já a coordenação do órgão de Controle Central, ou, a ocupação do cargo de Controlador Geral, somente poderá ser exercida por servidor efetivo e estável, com mandato definido de 2 (dois) anos, permitindo-se a recondução (ALBUQUERQUE; CARVALHO; CASTRO, p. 12, 2016).

A designação de mandato tem como os principais objetivos: assegurar a independência e autonomia na função de

controle afastando-se de qualquer influência política e, a alternância no desempenho da função.

Outra interessante alternativa seria o preenchimento do cargo de Controlador Geral, por servidor efetivo e estável, com mandato de 4 (quatro) anos, sendo designado no primeiro ano de mandato do Prefeito e que pudesse acompanhar o ciclo orçamentário do PPA – Plano Plurianual por completo.

Por fim, Albuquerque, Carvalho e Castro (2016, p. 21) afirmam que como requisitos para investidura no mandato, o candidato deva ser “sabatinado pelo Poder Público, comprovar capacidade técnica e profissional para o exercício das funções e formação nas áreas de Contabilidade, Ciências Econômicas, Jurídicas ou em Administração”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual pesquisa buscou realizar a análise e o estudo sobre a esfera de atuação, bem como do novo papel assumido pela Controladoria Geral da Prefeitura de XY, em face da recente reforma administrativa implantada no ano de 2017.

Ao longo destes anos, diversos foram os trabalhos desenvolvidos pela Controladoria Geral e que impactaram diretamente na vida dos habitantes da Cidade XY, em especial, a assessoria e orientação aos órgãos e gestores públicos, sobre o acompanhamento orçamentário, contábil e patrimonial da gestão municipal.

Dessa maneira, a pesquisa alcançou os objetivos específicos, vez que tratou do conceito de controle interno, como sendo o mecanismo de autocontrole e verificação da própria administração, com base no artigo 31 da Constituição Federal, bem como, na Lei Complementar municipal nº X de 28 de julho de 2005.

Outro importante objetivo específico restou alcançado ao destacar-se a finalidade e importância do órgão de controle, quando fiscaliza a execução dos atos contábeis, legais e orçamentários, apontando em caráter sugestivo, preventivo ou concomitante às ações a serem desenvolvidas.

Nessa perspectiva também identificou-se que objetivos e atribuições contábeis da Controladoria Geral, consistem em assegurar a boa aplicação dos recursos públicos, acompanhando os atos ordinários relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial da entidade.

Sendo assim, a pergunta de pesquisa, bem como o quarto objetivo específico foram devidamente alcançados, quando destacaram que o novo papel da controladoria geral da Prefeitura de XY, precisa ser o de executar os seguintes trabalhos:

- a) Prestar suporte aos mecanismos de controles externos;
- b) Acompanhar os atos ordinários relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial;
- c) Assessorar os órgãos e gestores públicos;

- d) Realizar a análise e emissão de parecer final sobre as prestações de contas de convênios, diárias, adiantamentos de viagens e atos de pessoal;
- e) Encaminhar informações ao Tribunal de Contas do Estado de YX através do Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e.SFINGE;
- f) Instaurar procedimentos de auditoria interna e tomadas de contas especiais;
- g) Acompanhar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão;
- h) Fiscalizar a execução dos objetivos, programas e metas definidos no Plano Pluri anual - PPA, Lei de diretrizes orçamentárias - LDO e Lei orçamentária anual - LOA;
- i) Fiscalizar o cumprimento dos investimentos mínimos constitucionais em saúde, educação e pessoal;
- j) Realizar audiências públicas quadrimestrais para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais.

Como explicitado no estudo, algumas das atividades desenvolvidas atualmente estão em desacordo com a finalidade de criação do órgão. Tal fato foi ocasionado por diversos fatores, em especial, a insuficiência de pessoal qualificado nos quadros dos departamentos jurídico e contábil.

Como consequência disto, o órgão de Controle Interno afastou-se de sua atividade primordial de fiscalização dos atos

de gestão, acompanhamento e assessoramento aos gestores públicos.

Acredita-se que após a correção desses apontamentos, a Controladoria Geral na Prefeitura de XY assumirá um novo papel junto à municipalidade.

Por fim, destaca-se que os dados e informações apresentadas no presente estudo, foram encaminhados para a municipalidade, sugerindo-se a edição de um Decreto Municipal, disciplinando as atividades da Controladoria Geral no âmbito da Prefeitura de XY.

Tais medidas, além de ajustar as finalidades precípua do órgão de Controle Interno, visam dar publicidade e conhecimento a comunidade de um modo geral sobre o novo papel da Controladoria Geral da Prefeitura de XY.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cristian Carla; CARVALHO, Evelyn Freire; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre. 2016. **Guia prático de controle interno na administração pública**. Disponível em: <http://www.ampcon.org.br/pdf/guia-pratico-de-controle-interno-na-adm-pub.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria a pratica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

ÁVILA, Carlos Alberto; BACHTOLD, Ciro; VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público** : aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e municípios : demonstrações contábeis aplicadas ao setor público / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. (2000). Lei complementar n. 101, 4 maio 2000. **LRF – Lei da Responsabilidade Fiscal**, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2000.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Instrução normativa n.º 01, de 06 de abril de 2001**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

DESCHAMPS, José Ademir. **Sistema de controle interno para municípios**. Florianópolis: CRCSC, 2009.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. São Paulo: Atlas, 2000.

FREITAS, Perci de. **Metodologia da pesquisa aplicada**. Capivari de Baixo: FUCAP, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1993.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Martins de *et al.* **Controladoria estratégica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, Osny Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Valmir Leoncio. **A nova contabilidade aplicada ao setor público**. São Paulo: Atlas, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque municipal**. São Paulo: Atlas, 2001.

SOARES, Líria Lara. **Características do controle interno municipal: um estudo de caso na prefeitura de municipal de Ouro Preto**. Dissertação de Mestrado em Administração, FUMEC. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.fumec.br/anexos/cursos/mestrado/dissertacoes/completa/liria-lara-soares.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

CUSTOS FINANCEIROS DA ESTOCAGEM: ESTUDO DE CASO EM COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAGENS E UTILIDADES

*Andrey Pereira dos Santos
Sidner de Jesus Custódio
Adão Paulo Ronconi*

RESUMO

O artigo discorre sobre a análise dos custos financeiros da estocagem numa empresa que comercializa materiais elétricos, hidráulicos, ferragens e utilidades. Por a gestão dos estoques está ligada diretamente a área contábil, é importante avaliar estes ativos de forma estratégica, por isso pretendeu-se responder questões sobre como demonstrar aos gestores o impacto financeiro de manter estoques em níveis inadequados na empresa. Nesse sentido, o objetivo principal foi identificar os principais efeitos financeiros da gestão dos estoques de mercadorias para revenda em um comércio varejista de material elétrico, hidráulico, ferragens e utilidades. Para essa finalidade foram utilizados à coleta de dados e informações necessárias para mensurar os custos de estocagem da empresa pesquisada; verificar o estoque excedente e avaliar o custo de oportunidade em relação aos itens estocados. Em termos de metodologia,

utilizou a do tipo descritiva, no formato de estudo de caso, com abordagem qualitativa. Quanto aos resultados, foram identificados no conjunto dos 20 produtos abordados nesta pesquisa, que há prazos de estocagem altos, tendo produtos mantidos no estoque por mais de 2000 dias e acarretando em itens com estoque excedente com mais de (R\$5.000,00) no período pesquisado. Estes prazos elevados que os itens ficam em estoque, acarretam valores significativos em termos de “custo financeiro” e de estoque excedentes. Posteriormente, foram apurados os dados da entidade e analisados de forma objetiva, para que possam ser utilizados na tomada de decisão dos gestores. Por último, foram verificadas se tais ações eram viáveis e aplicáveis ao contexto da organização.

Palavras-chave: Gestão de estoque. Custo financeiro da estocagem. Estoque excedente. Comércio varejista.

1 INTRODUÇÃO

Obter os controles internos em empresas varejistas há muito tempo tem sido um procedimento administrativo imprescindível para monitorar o desempenho das diversas áreas e respectivos produtos destas empresas. Inicialmente utilizados para proteger os ativos das organizações, ao longo dos anos os controles internos foram aprimorados e passaram a servir prioritariamente como fonte de informações úteis à tomada de decisões gerenciais.

Essa evolução também aconteceu no âmbito dos controles internos relacionados com os itens estocados, de vez que o foco inicial na mensuração da quantidade física existente foi expandido para responder questões ligadas à adequação dos valores monetários de produtos prontos armazenados e aos respectivos prazos de estocagem, entre outros aspectos relevantes (WERNKE; VARGAS, 2014).

É nesse contexto que emerge a pergunta que esta pesquisa almeja responder: quais os principais efeitos financeiros da gestão dos estoques de mercadorias para revenda de um comércio varejista de material elétrico, hidráulico, ferragens e utilidades situado no Sul de Santa Catarina?

Nessa direção, o objetivo geral do trabalho é identificar os principais efeitos financeiros da gestão dos estoques de mercadorias para revenda de um comércio varejista de material elétrico, hidráulico, ferragens e utilidades localizado no Sul de Santa Catarina.

Para alcançar tal objetivo foram determinados os seguintes objetivos específicos: coletar dados e informações necessárias para mensurar os custos de estocagem da empresa pesquisada; verificar o estoque excedente; avaliar o custo de oportunidade em relação aos itens estocados; e, por último propor sugestões de melhorias na área estudada, quando cabíveis.

Visou exclusivamente fornecer subsídios para mensurar os custos financeiros da estocagem na empresa pesquisada. Portanto, as conclusões e metodologias estão vinculadas às características da situação específica da empresa analisada. Qualquer utilização destas informações em outra entidade ou segmento talvez requeira adaptações.

Quanto aos valores monetários utilizados/mencionados neste relatório, os mesmos são verdadeiros e têm como fonte os controles internos da empresa e/ou estimativa dos gestores.

Estudos com esta abordagem se justificam em virtude de que o custo de oportunidade de aplicar recursos em itens estocados pode ser representativo em termos financeiros (ASSAF NETO; LIMA, 2009), sem que o valor monetário do mesmo seja evidenciado nos demonstrativos contábeis tradicionais. Além desse tipo de abordagem ser recomendado por Iudícibus (1996), quando menciona ser importante evidenciar a qualidade da prática contábil, pois considera que a doutrina tem importância maior quando produz estruturas conceituais comprováveis por experimentos reais.

Quanto à estruturação do texto, após esta breve introdução foi efetuada uma revisão da literatura acerca dos

aspectos mais estreitamente relacionados ao assunto. Em seguida, discorreu-se sobre as principais características da empresa, descreveu-se o contexto encontrado por ocasião da pesquisa, foram evidenciados os relatórios gerenciais elaborados e enumeradas as mais relevantes informações de cunho financeiro que esses demonstrativos proporcionaram aos administradores. Por último, são apresentadas as conclusões oriundas, ressaltadas algumas limitações ligadas à metodologia utilizada e sugeridas abordagens para trabalhos futuros.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Para o correto entendimento desta pesquisa e ao que tange a área estudada, é necessário compreender os conceitos mencionados. Entretanto, serão apresentados alguns dos conceitos teóricos relacionados à contabilidade de custos e estoques, que posteriormente serão aplicados na empresa em estudo.

2.1 Custo de estoques

Manter e gerenciar estoques pode requerer espaço físico apropriado, funcionários para manusear e administrar equipamentos específicos, ou máquinas que podem acarretar gastos relevantes, em virtude disso, ao decorrer da próxima seção serão apresentados alguns conceitos para facilitar o entendimento do assunto.

2.1.1 Política de estocagem

Para ASSEF (1999) o primeiro passo de uma política de estocagem é a definição do prazo médio de estoque de cada item armazenado, pois permite o gestor obter um controle eficiente deste ativo.

Wernke (2014) entende que para apurar o “custo financeiro” dos estoques, primeiramente é necessário calcular o valor (em R\$) estocado ao final do prazo de estocagem (em dias) de cada produto utilizando a fórmula do Valor Futuro.

Puccini (2004) relata que tal conceito é o valor que resulta da aplicação de um valor principal (PV), durante um período (n) de capitalização, com uma taxa de juros (i) por período, no regime de juros compostos.

Pindyck e Rubinfeld (2009) definem que os custos de oportunidade são os custos associados às oportunidades que serão deixadas de lado, caso a empresa não utilize os recursos da melhor forma possível.

Assaf Neto e Lima (2009) registram que o custo de oportunidade retrata quanto foi sacrificado de remuneração por ser tomada a decisão de aplicar os recursos em determinado investimento alternativo com nível de risco assemelhado.

Para Faria e Costa (2005) se o dinheiro fosse investido numa aplicação financeira ou empregado na quitação de dívidas, caberia escolher a taxa de juros adequada à opção preferida.

2.2 Gestão de estoques

Com a finalidade de obter definições adequadas das terminologias e métodos utilizados, este capítulo apresenta uma revisão da literatura relacionada ao conceito de estoques, aprofundando-se em Gestão de Estoques com foco nas políticas e operações aplicáveis ao estudo de caso a ser abordado.

2.2.1 Estoques

Segundo Iudícibus (2010) os estoques são itens ligados diretamente as principais áreas de operação da empresa, são adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou uso nas atividades normais da empresa. Os estoques representam um dos ativos mais importantes dentro das organizações.

Já para Dias (2010), o estoque necessita de comprometimento e responsabilidade de organização, o objetivo da entidade em relação aos estoques deve se aperfeiçoar esse investimento, aumentando o uso eficiente dos meios financeiros e reduzindo as necessidades de capital a ser investido neste ativo.

Os pontos mais importantes onde à gestão de estoques exige cuidados são: o operacional e o financeiro. Do ponto de vista operacional, os estoques permitem economias na produção e também regulam as diferenças de ritmo entre os principais fluxos de uma empresa. Já pelo ponto de vista financeiro, o

estoque é um investimento e conta com parte do capital da empresa. Quanto maior o estoque, maior o capital necessário a ser investido (MOREIRA, 2015).

Wernke (2008) esclarece que não basta apenas à empresa controlar o volume físico estocado, ou apenas mensurar o custo total mantido em estoque, é necessário estabelecer uma política de gestão de estoques que possa mostrar os diversos custos envolvidos na compra e manutenção de estoques.

Fernandes e Godinho Filho (2010) enfatizam ainda que entre todos os custos necessários na aquisição de estoques, o custo de oportunidade é o principal custo a ser levado em consideração, pois representa uma porcentagem do investimento feito pela empresa, onde o capital investido estará indisponível para qualquer outra atividade fora da produção.

Uma gestão de estoque eficiente auxilia a organização na função de saber quando, quanto e como controlar seus estoques, também auxilia a avaliar se há excessos de investimentos aplicados nos estoques.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Essa seção trata do enquadramento metodológico e do respectivo procedimento de pesquisa.

3.1 Enquadramento metodológico

Pode-se definir pesquisa como o ato de investigar informações relacionadas a um determinado assunto com o fim de obter soluções.

Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, esta foi classificada como exploratória e descritiva. Conforme Andrade (1993), a pesquisa exploratória tem a função de oferecer maiores informações sobre o assunto pesquisado, facilitando o entendimento, fixando os objetivos e construindo hipóteses.

A pesquisa é considerada descritiva, pois Marion, Dias e Traldi (2002) afirmam que o objetivo desta ênfase é descrever características do objeto em estudo, relacionando variáveis, sem o uso de manipulação, através de observação e análise. Essa pesquisa exploratória descritiva desenvolve-se sobre um estudo de caso. De acordo com Gil (1991), o estudo de caso diz respeito ao estudo de um determinado objeto específico, de modo que o conhecimento acerca desse objeto possa ser ampliado e detalhado.

No que se refere à natureza da pesquisa trata-se de um estudo teórico e prático, os aspectos teóricos ficam a cargo da busca de conceitos em livros, revistas e demais publicações que tratam do tema. Já quanto o aspecto prático, o estudo investiga um único objeto em profundidade qual seja a empresa um comércio varejista.

Os procedimentos técnicos perpassam pela pesquisa bibliográfica e pelo estudo de caso. Bibliográfica com o objetivo de enaltecer o conhecimento sobre o tema e despertar a visão

sistêmica na ciência contábil e o estudo de caso envolve estudos profundos na empresa em questão.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é caracterizada como qualitativa. Para Raupp e Beuren (2004) na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. Faz-se uma análise mais detalhada do fato em estudo, avaliando suas características minuciosamente, sem a utilização de dados estatísticos.

3.2 Procedimentos para a coleta e análise dos dados

No que concerne aos procedimentos relacionados à coleta de dados, nos estudos de caso é possível combinar métodos como entrevistas, pesquisas em arquivos, questionários e relatos verbais, sendo que as evidências podem ser qualitativas e quantitativas (MARQUES; Camacho; Alcantara, 2015). Portanto, nesta pesquisa foram empregadas as técnicas de conversas informais (entrevistas não estruturadas) com os gestores da entidade, além de uma análise documental nos controles internos e na contabilidade da empresa com a intenção de conhecer a situação vigente quanto aos dados necessários para efetuar o estudo pretendido.

Nesse sentido, as perguntas feitas relacionavam-se principalmente aos procedimentos administrativos utilizados; aos produtos ofertados com cada tipo de tributação; à estrutura organizacional utilizada; aos gastos mensais; aos mercados

atendidos etc. As respostas obtidas foram suficientes para conhecer o contexto da organização e a profundidade dos controles internos mantidos. Em seguida, iniciou-se a coleta dos dados necessários sobre execução do trabalho em documentos obtidos nos controles existentes, além de outras informações mais específicas repassadas pelos gestores.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As próximas seções evidenciam os principais aspectos deste estudo. Quanto ao período abrangido e pelo fato da empresa está localizada em um Município com sazonalidade, a pesquisa foi integralmente desenvolvida no primeiro trimestre de 2017, para que seja possível obter uma média condizente com a realidade da entidade.

4.1 Análise e discussão dos resultados

As próximas seções demonstram os passos seguidos para efetuar a análise que esta pesquisa almeja realizar.

4.1.1 Levantamento dos dados

Quanto ao procedimento de levantar os dados necessários para aplicar a metodologia de gestão de estoques escolhida, os mesmos foram importados do software de controle

interno que a empresa possuía na ocasião. Para tanto, foram apurados: (i) saldo atual em unidades físicas (saco, metro, unidade, barra, peça etc.) de cada produto estocado; (ii) respectivo consumo médio trimestral em unidades físicas e (iii) valor monetário (R\$) do custo de compra unitário de cada produto, conforme elencado na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados coligidos

Descrição do Produto	Unidade	Estoque Atual	Quantidade consumida/ trimestre	Custo unit. de compra (R\$)
ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC)	SC	500,00	48,00	12,56
TUBO COBRE P/GAS 1/2" (12,7X0,79MM)	MT	474,96	26,00	10,33
LAMP. BRILIA "POWER LED" 4W (GU10)	UND	446,00	13,00	10,31
FITA ISOL. SCOTCH 33+ 19MMX20M (HB004482483)	UND	337,00	192,00	10,39
LAMP. ECON. TASHIBRA "ESP" 32W BR (6400K)	UND	259,00	29,00	17,32
LAMP. BRILIA LED DIM. 7W (GU10) 220V 2700K	UND	248,00	86,00	25,19
CORRENTE GALV. 3/16" (5MM)	MT	246,21	92,30	11,44
BARRA TUBO CPVC AQUATHERM 22MM (3MTS)	BR	185,00	14,00	18,82
REGISTRO PRESSAO DOCOL BASE 3/4" (25140600)	UND	181,00	39,00	17,30
METRO MANTA ASFAL. 2.5MM	MT	171,00	73,00	13,49
METRO TUBO COBRE ELUMA "CLASSE A" 15MM	MT	164,00	54,00	13,22
DISJ. SIEMENS TRIF. 40AMP (CURVA-C)	UND	160,00	4,00	32,33
LAMP. BRILIA "POWER LED" PAR20 7W	UND	158,00	11,00	15,66
CX. PASS. CIMENTO (20CM X 20CM) (HASTE)	UND	155,00	80,00	11,62
REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIAO	UND	150,00	87,00	10,03

ESTICADOR CABO INOX 3/16"	PC	145,00	12,00	12,96
LAMP. BRILIA LED SMART PAR20 6W	UND	138,00	5,00	19,69
BARRA TUBO PPR TIGRE 25MM (4MTS)	BR	135,00	27,00	19,92
ESTICADOR CABO INOX 1/4"	PC	135,00	21,00	16,20
LAMP. STELLA LED MINI DICR. 2,5W	UND	135,00	9,00	21,89

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Cabe destacar que por restrição de espaço optou-se por evidenciar na Tabela 1 e nas demais somente 20 itens das 10.250 mercadorias que compunham o estoque da entidade na ocasião da pesquisa, sendo estas as que possuem maior quantidade estocada no período abrangido.

Além disso, para realizar o estudo pretendido foi necessário também obter outras duas informações com os gestores da empresa:

A) Número de dias de expediente mensal: em média, a empresa trabalhava 25 dias por mês, conforme mencionado pelo gestor administrativo, que neste caso foi aplicado 75 dias em virtude de se tratar um trimestre.

B) Taxa de juros a considerar como “custo de oportunidade”: a taxa de juros informada foi de 2,00% ao mês, em razão de ser a taxa de captação média (CMPC/WACC) que a companhia costumava pagar para obter recursos junto a terceiros (juros bancários).

4.1.2 Prazo médio de estocagem

Nesta seção, utilizando os dados apurados na Tabela 1, foi possível apurar os prazos médios de estocagem dos itens armazenados, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Prazo Médio de Estocagem (em dias)

Descrição do Produto	Unidade	Estoque Atual (A)	Quantidade Consumida/ trimestre (B)	Dia Médio de Estocagem $C = (A/B) \times \text{Dias úteis}$
ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC)	SC	500,00	48,00	781,25
TUBO COBRE P/GAS 1/2" (12,7X0,79MM)	MT	474,96	26,00	1370,08
LAMP. BRILIA "POWER LED" 4W (GU10)	UND	446,00	13,00	2573,08
FITA ISOL. SCOTCH 33+ 19MMX20M (HB004482483)	UND	337,00	192,00	131,64
LAMP. ECON. TASCHIBRA "ESP" 32W BR (6400K)	UND	259,00	29,00	669,83
LAMP. BRILIA LED DIM. 7W (GU10) 220V 2700K	UND	248,00	86,00	216,28
CORRENTE GALV. 3/16" (5MM)	MT	246,21	92,30	200,06
BARRA TUBO CPVC AQUATHERM 22MM (3MTS)	BR	185,00	14,00	991,07
REGISTRO PRESSAO DOCOL BASE 3/4" (25140600)	UND	181,00	39,00	348,08
METRO MANTA ASFAL. 2.5MM	MT	171,00	73,00	175,68
METRO TUBO COBRE ELUMA "CLASSE A" 15MM	MT	164,00	54,00	227,78
DISJ. SIEMENS TRIF. 40AMP (CURVA-C)	UND	160,00	4,00	3000,00
LAMP. BRILIA "POWER LED" PAR20 7W	UND	158,00	11,00	1077,27
CX. PASS. CIMENTO (20CM X 20CM) (HASTE)	UND	155,00	80,00	145,31
REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25	UND	150,00	87,00	129,31

C/UNIAO				
ESTICADOR CABO INOX 3/16"	PC	145,00	12,00	906,25
LAMP. BRILIA LED SMART PAR20 6W	UND	138,00	5,00	2070,00
BARRA TUBO PPR TIGRE 25MM (4MTS)	BR	135,00	27,00	375,00
ESTICADOR CABO INOX 1/4"	PC	135,00	21,00	482,14
LAMP. STELLA LED MINI DICR. 2,5W	UND	135,00	9,00	1125,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como observado, na tabela 2 dividiu-se o estoque atual em unidades físicas de cada produto coluna (A), pela quantidade consumida dos produtos no trimestre (janeiro a março de 2017) conforme coluna (B), logo após multiplicou-se pelos dias úteis efetivos no trimestre que a empresa operava (75). Com o resultado dessa equação chegou-se ao prazo médio de estocagem (PME) em números de dias dos itens alocados na coluna (C).

Obter o conhecimento do PME de cada produto estocado possibilita ao administrador da entidade uma comparação deste com o prazo de entrega dos fornecedores. No caso do produto “DISJ. SIEMENS TRIF.40AMP (CURVA-C)”, o comércio mantinha nível de estoque equivalentes a 3000 dias de consumo. Esse prazo é considerado inadequado, porque de acordo com a quantidade consumida no trimestre, que foram de 4 unidades, não haveria necessidade de um estoque tão elevado deste produto.

Já o item “REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIÃO” é o item que possui menor prazo médio de

estocagem, sendo equivalente há 129,31 dias úteis, que ainda é considerado um alto prazo de estocagem, pois no trimestre analisado foram consumidas 87 unidades desse item.

Além disso, todos os 20 itens evidenciados no estudo possuíam tempo de estocagem superior a um mês de atividades (25 dias de expediente/mês), alguns itens chegam a ficar no estoque por quarenta meses ou até cento e vinte meses, como no caso dos produtos, “Corrente Galv 3/16” (5MM) ” sendo aproximadamente 200 dias e o “Disj. Siemens Trif. 40amp (Curva-c) ” 3000 dias.

Após a identificação dos longos prazos de estocagem, concerne ao gestor de estoques avaliar a relevância, ao menos, daqueles produtos com prazo de armazenagem mais elevado, levando em conta a estimativa de dias para fornecimento ou reposição, entre outros fatores que possam estar presentes na realidade desta empresa.

Posteriormente de conhecido os prazos médios de estocagem, o estudo pode ser otimizado com a identificação do “custo financeiro” que o comércio assume nos períodos de estoques excessivos.

4.1.3 Valor estocado e custo financeiro do estoque

Nesta seção, foi apurado o valor total estocado em valor monetário de cada produto para posteriormente calcular o custo financeiro do estoque neste período, conforme exemplificado nas Tabelas 3 e 4, respectivamente.

Tabela 3 - Valor Total Estocado

Descrição do Produto	Unidade	Estoque Atual (A)	Custo Unit. De Compra (R\$) (D)	Valor Total Estocado (R\$) E= A x D
ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC)	SC	500,00	12,56	6.280,00
TUBO COBRE P/GÁS 1/2" (12,7X0,79MM)	MT	474,96	10,33	4.906,34
LAMP. BRILIA "POWER LED" 4W (GU10)	UND	446,00	10,31	4.598,26
FITA ISOL. SCOTCH 33+ 19MMX20M (HB004482483)	UND	337,00	10,39	3.501,43
LAMP. ECON. TASHIBRA "ESP" 32W BR (6400K)	UND	259,00	17,32	4.485,88
LAMP. BRILIA LED DIM. 7W (GU10) 220V 2700K	UND	248,00	25,19	6.247,12
CORRENTE GALV. 3/16" (5MM)	MT	246,21	11,44	2.816,64
BARRA TUBO CPVC AQUATHERM 22MM (3MTS)	BR	185,00	18,82	3.481,70
REGISTRO PRESSAO DOCOL BASE 3/4" (25140600)	UND	181,00	17,30	3.131,30
METRO MANTA ASFAL. 2.5MM	MT	171,00	13,49	2.306,79
METRO TUBO COBRE ELUMA "CLASSE A" 15MM	MT	164,00	13,22	2.168,08
DISJ. SIEMENS TRIF. 40AMP (CURVA-C)	UND	160,00	32,33	5.172,80
LAMP. BRILIA "POWER LED" PAR20 7W	UND	158,00	15,66	2.474,28
CX. PASS. CIMENTO (20CM X 20CM) (HASTE)	UND	155,00	11,62	1.801,10
REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIAO	UND	150,00	10,03	1.504,50
ESTICADOR CABO INOX 3/16"	PC	145,00	12,96	1.879,20
LAMP. BRILIA LED SMART PAR20 6W	UND	138,00	19,69	2.717,22
BARRA TUBO PPR TIGRE 25MM (4MTS)	BR	135,00	19,92	2.689,20
ESTICADOR CABO INOX 1/4"	PC	135,00	16,20	2.187,00
LAMP. STELLA LED MINI DICR. 2,5W	UND	135,00	21,89	2.955,15
TOTAIS	-	4.523,17	-	67.303,99

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Neste caso, percebeu-se que o item “ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC)” (primeiro item da tabela) é o item que possui a maior quantidade em estoque (500 unidades), e também o maior valor total estocado (R\$ 6.280,00), para chegar a esse montante, bastou multiplicar a quantidade em

estoque pelo respectivo custo de compra unitário como evidenciado na tabela 3.

Em contrapartida o produto “REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIAO” possui 150 peças armazenadas, que mesmo não sendo o produto com menor número de itens estocado, porém, é o que possui o menor valor de estoque (R\$ 1.504,50) dentre os itens elencados.

Como forma de facilitar a visualização destes produtos e seus respectivos valores estocados, o Gráfico 1 demonstra o valor de estocagem de acordo com cada produto coletado da tabela 3.

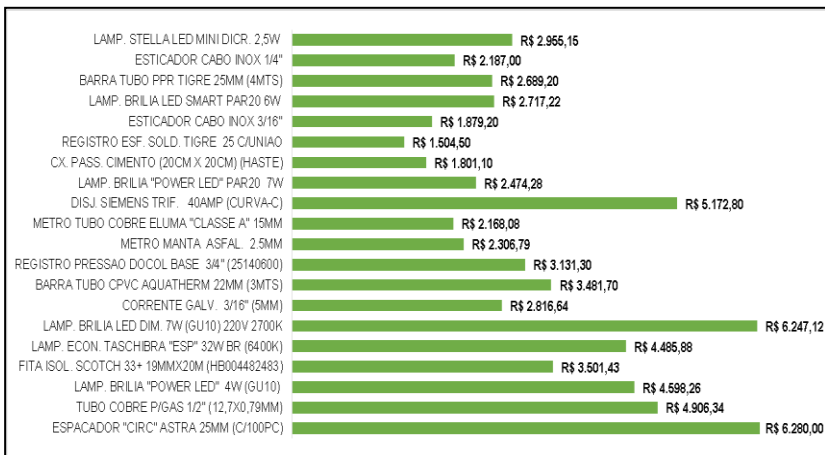


Gráfico 1 – Valor Total Estocado.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Cabe ressaltar que o Gráfico 1 auxilia os gestores a terem maior clareza acerca do valor estocado de cada produto

monitorado neste estudo. Sendo demonstrados os 20 produtos que possuíam a maior quantidade armazenada no estoque da empresa alcançaram o valor total de R\$ 67.303,99.

Além disso, a tabela 3 demonstrou que a empresa possui um alto valor aplicado em estoques de acordo com a realidade da empresa. Esta política de estoques pode impactar negativamente no desempenho financeiro, pois altos investimentos em estoques absorvem capital que poderiam ser aplicados em outros projetos e obter maior rentabilidade. Diante disso, para evidenciar um dos principais problemas relativo aos níveis inadequados de estoques, foi empregado a mensuração do custo financeiro respectivo, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Custo Financeiro do Estoque

Taxa de juros considerada como custo de oportunidade: 2% a.m.					
Descrição do Produto	Und.	Valor Total Estocado $E = A \times D$	Dia Médio de Estocagem $C = (A/B) \times \text{Dias úteis}$	Estoque a Valor Futuro $(R\$) VF = VP (1+i)^n$	Custo Financeiro Do Estoque (R\$)
ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC)	SC	6.280,00	781,25	10.515,23	4.235,23
TUBO COBRE P/GAS 1/2" (12,7X0,79MM)	MT	4.906,34	1.370,08	12.115,43	7.209,10
LAMP. BRILIA "POWER LED" 4W (GU10)	UND	4.598,26	2.573,08	25.112,07	20.513,81
FITA ISOL. SCOTCH 33+ 19MMX20M (HB004482483)	UND	3.501,43	131,64	3.819,14	317,71
LAMP. ECON. TASCHIBRA "ESP" 32W BR (6400K)	UND	4.485,88	669,83	6.978,79	2.492,91
LAMP. BRILIA	UND	6.247,12	216,28	7.205,31	958,19

LED DIM. 7W (GU10) 220V 2700K					
CORRENTE GALV. 3/16" (5MM)	MT	2.816,64	200,06	3.214,09	397,44
BARRA TUBO CPVC AQUATHERM 22MM (3MTS)	BR	3.481,70	991,07	6.695,34	3.213,64
REGISTRO PRESSAO DOCOL BASE 3/4" (25140600)	UND	3.131,30	348,08	3.939,69	808,39
METRO MANTA ASFAL. 2.5MM	MT	2.306,79	175,68	2.590,29	283,50
METRO TUBO COBRE ELUMA "CLASSE A" 15MM	MT	2.168,08	227,78	2.519,66	351,58
DISJ. SIEMENS TRIF. 40AMP (CURVA-C)	UND	5.172,80	3.000,00	37.440,80	32.268,00
LAMP. BRILIA "POWER LED" PAR20 7W	UND	2.474,28	1.077,27	5.036,52	2.562,24
CX. PASS. CIMENTO (20CM X 20CM) (HASTE)	UND	1.801,10	145,31	1.982,33	181,23
REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIAO	UND	1.504,50	129,31	1.638,49	133,99
ESTICADOR CABO INOX 3/16"	PC	1.879,20	906,25	3.417,04	1.537,84
LAMP. BRILIA LED SMART PAR20 6W	UND	2.717,22	2.070,00	10.647,86	7.930,64
BARRA TUBO PPR TIGRE 25MM (4MTS)	BR	2.689,20	375,00	3.444,10	754,90
ESTICADOR CABO INOX 1/4"	PC	2.187,00	482,14	3.006,09	819,09
LAMP. STELLA LED MINI DICR. 2,5W	UND	2.955,15	1.125,00	6.207,79	3.252,64
TOTAIS		67.303,99		157.526,06	90.222,07

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Para elaborar o “custo financeiro” dos estoques inicialmente foi calculado o valor em (R\$) armazenado ao final do prazo de estocagem (em dias) de cada produto (penúltima coluna Tabela 4) através da equação do VF (Valor Futuro). Além disso, para o referido cálculo é necessário à utilização de uma taxa de juros a título de “custo de oportunidade”, no caso adotou-se a taxa de 2% ao mês, em razão de ser a taxa de captação média que a empresa costumava pagar para obter recursos junto a terceiros (juros bancários). Com esses dados foi possível determinar o “valor futuro” de cada produto armazenado.

Posteriormente, foi preciso obter o valor total (R\$) atualmente estocado e o prazo médio (em dias) de estocagem para cada produto armazenado. Para exemplificar, considerando o caso do produto “Disj. Siemens Trif. 40amp (Curva-c)”, em que o estoque atual possuía o valor R\$ 5.172,80 e o prazo médio de estocagem obtido foi de 3000 dias. Considerando que a taxa de captação média mencionada pela empresa é de 2% ao mês, ao final do período o valor futuro do produto alcança o valor de R\$ 37.440,80, em seguida subtraindo o VF (R\$ 37.440,80) pelo valor estocado (R\$ 5.172,80), obtêm-se o “custo financeiro do estoque” no valor de R\$ 32.268,00 (última coluna da Tabela 4). O referido cálculo está demonstrado no Quadro 1.

Quadro 01 – Cálculo do custo financeiro

$$\begin{aligned}FV &= PV (1+i)^n \\FV &= R\$ 5.172,80 [(1 + 2,00\%)^{(3000 \text{ dias} / 30 \text{ dias})}] \\FV &= R\$ 5.172,80 [(1 + 2,00\%)^{(100 \text{ meses})}] \\FV &= R\$ 5.172,80 [(1,0200)^{(100 \text{ meses})}] \\FV &= R\$ 5.172,80 [7,244646118] \\FV &= R\$ 37.440,80 \\Custo Financeiro &= R\$ 37.440,80 - R\$ 5.172,80 = R\$ 32.268,00\end{aligned}$$

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

O segundo item com maior “custo financeiro de estoque” é o item “LAMP. BRILIA "POWER LED"4W (GU10) ” chegando-se ao resultado de R\$ 20.513,81 (R\$25.112,07 – R\$4.598,26). Contudo, com a soma de apenas estes dois itens com maior custo financeiro de estoque na entidade (R\$ 32.268,00 + R\$ 20.513,81) representam cerca de 58,50% do valor total do custo financeiro dos itens estocados ((R\$ 52.781,81 / R\$90.222,07) x 100). Diante deste fato, a empresa estudada deve despender uma maior atenção sobre esses dois itens, pois possuem custo financeiro de estoque muito elevado.

Após mencionar todos os itens da tabela 4, com R\$ 67.303,99 de valor estocado, chegou-se ao “custo financeiro” de R\$ 90.222,07 (R\$ 157.526,06 – R\$ 67.303,99) no período pesquisado. O resultado demonstra que o estoque analisado possui custo financeiro significativamente alto tanto no campo monetário como em comparação ao valor total estocado, sendo de 134,05% ((R\$ 90.222,97 / R\$ 67.303,99) x 100). Cabe destacar, que nos relatórios internos da empresa estes valores

não apareciam, mas devem ser evidenciados aos gestores porque demonstram quais são os recursos financeiros que são consumidos pela empresa por ela manter um elevado nível de estoque.

4.1.4 Estoque excedente (unidades e valor monetário)

Utilizando os dados já mencionados nas seções antecedentes, foi possível apurar o estoque excedente em unidades e posteriormente em valor monetário, obtendo assim o total pesquisado neste período.

Tabela 5 - Estoque Excedente (quantidade estocada superior ao consumo trimestral)

Descrição do Produto	QTD Estoque Atual (A)	QTD Consumida/ Trimestre (B)	Estoque Excedente (unid.) (F = A-B)	Custo Unitário de Compra (D)	Valor do Estoque Excedente R\$ (G = F x D)
ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC)	500,00	48,00	452,00	12,56	5.677,12
TUBO COBRE P/GAS 1/2" (12,7X0,79MM)	474,96	26,00	448,96	10,33	4.637,76
LAMP. BRILIA "POWER LED" 4W (GU10)	446,00	13,00	433,00	10,31	4.464,23
FITA ISOL. SCOTCH 33+ 19MMX20M (HB004482483)	337,00	192,00	145,00	10,39	1.506,55
LAMP. ECON. TASHIBRA "ESP" 32W BR (6400K)	259,00	29,00	230,00	17,32	3.983,60

LAMP. BRILIA LED DIM. 7W (GU10) 220V 2700K	248,00	86,00	162,00	25,19	4.080,78
CORRENTE GALV. 3/16" (5MM)	246,21	92,30	153,91	11,44	1.760,73
BARRA TUBO CPVC AQUATHERM 22MM (3MTS)	185,00	14,00	171,00	18,82	3.218,22
REGISTRO PRESSAO DOCOL BASE 3/4" (25140600)	181,00	39,00	142,00	17,30	2.456,60
METRO MANTA ASFAL. 2.5MM	171,00	73,00	98,00	13,49	1.322,02
METRO TUBO COBRE ELUMA "CLASSE A" 15MM	164,00	54,00	110,00	13,22	1.454,20
DISJ. SIEMENS TRIF. 40AMP (CURVA-C)	160,00	4,00	156,00	32,33	5.043,48
LAMP. BRILIA "POWER LED" PAR20 7W	158,00	11,00	147,00	15,66	2.302,02
CX. PASS. CIMENTO (20CM X 20CM) (HASTE)	155,00	80,00	75,00	11,62	871,50
REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIAO	150,00	87,00	63,00	10,03	631,89
ESTICADOR CABO INOX 3/16"	145,00	12,00	133,00	12,96	1.723,68
LAMP. BRILIA LED SMART PAR20 6W	138,00	5,00	133,00	19,69	2.618,77
BARRA TUBO PPR TIGRE 25MM (4MTS)	135,00	27,00	108,00	19,92	2.151,36
ESTICADOR CABO INOX 1/4"	135,00	21,00	114,00	16,20	1.846,80
LAMP. STELLA LED MINI DICR. 2,5W	135,00	9,00	126,00	21,89	2.758,14
TOTAIS	4.523,17	922,30	3.600,87		54.509,45

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Salienta-se que na Tabela 5 foram apresentados os 20 itens que possuem maior quantidade estocada no período abrangido. Como exemplo, no caso do item “ESPACADOR "CIRC" ASTRA 25MM (C/100PC) ” a empresa consumiu no trimestre estudado 48 peças, mas a mesma mantinha um estoque de 500 peças, sendo assim 452 peças formam um estoque excedente em quantidade, que corresponde ao valor de R\$ 5.677,12 neste período.

Por outro lado, o item que possui menor estoque excedente é o produto “REGISTRO ESF. SOLD. TIGRE 25 C/UNIAO”, ao qual foram consumidas 87 unidades no trimestre analisado, e a entidade detêm um estoque de 150 unidades, gerando assim um estoque excedente de 63 peças, correspondente ao valor de R\$ 631.89.

Portanto, ao abranger todos os itens da Tabela 5 elencada anteriormente, verificou-se que a empresa estudada possui cerca de R\$ 54.509,45 de estoque excedente no período estudado. Além disso, ao equipararmos o valor total do estoque excedente com o valor total dos 20 itens estocados (R\$67.303,99), verificou-se que o excedente representava 80,99% dos recursos aplicados no estoque. Por ser um resultado expressivo, este item requer uma atenção especial dos gestores da empresa, no sentido de que a entidade busque a redução desses valores.

Diminuir o estoque excedente permite que a empresa possa utilizar o capital de giro empregado a ele, em outra aplicação mais rentável, ou reduzir a captação de recursos de terceiros (bancos).

4.2 Visão sistêmica aplicada ao caso

A contabilidade surge com o ser humano a medida que ele se organiza. Antes mesmo da escrita, é fácil achar formas de contabilização. Existindo desde o primórdio da humanidade a necessidade de avaliação e proteção dos bens.

Nesse contexto Jochem (2013) afirma que a história da contabilidade chega a se confundir com a própria história da humanidade. Os registros aconteciam, em formas de figuras, de riscos ou sulcos gravados em rochas. Os primeiros controles eram feitos a cerca de 20.000 anos sobre as riquezas da época.

Iudicibus (2010) enfatiza que a aproximadamente 2000 anos a.C quando os homens primitivos começam a inventariar seus instrumentos de caça, e logo após começam a contar animais, tem se ali a primeira forma de contabilidade.

Com o mesmo entendimento Jochem (2013) ainda cita que a origem da contabilidade vem séculos atrás, e que pela necessidade de preservação da espécie, foi aperfeiçoando os controles e registros substituindo os desenhos por contas.

A contabilidade é considerada uma ciência social aplicada, e seu conceito tem evoluído ao longo dos anos, decorrente do desenvolvimento dos negócios, da globalização e da economia. O seu principal objetivo é fornecer informações estruturadas para uma melhor tomada de decisão e controle do patrimônio.

Dentre os diferentes tipos de informações que a contabilidade oferece, o controle de estoques tem um papel significativo dentro da organização, seu objetivo é satisfazer

continuamente a demanda dos consumidores, sejam eles internos ou externos.

A empresa que possui um controle de estoques eficientes, tem um grande diferencial frente ao mercado tão competitivo, pois para sobreviver é necessário que as empresas desenvolvam diferencias capazes de maximizar os lucros e atender de forma satisfatória as expectativas dos clientes.

Nesse sentido, a gestão dos estoques que é formada pelo controle de produtos e/ou materiais, informações e recursos financeiros se torna um grande diferencial para as organizações. Por este ponto de vista, uma gestão eficiente possibilita ganhos, diminuição de custos, agilidade e confiabilidade no processo. Porém, por ser um processo de difícil controle, principalmente em um comércio varejista que geralmente possuem uma grande variedade de itens, este envolve uma série de procedimentos que geram custos a entidade e impactam diretamente no resultado financeiro. Por outro lado, cabe observar que estoques são investimentos com impacto significativos nas organizações.

Alguns custos relacionados a gestão de estoque, podem ser mensurados e apresentados através de análises de custos financeiros de estocagem.

O presente artigo tenta suprir especialmente esta lacuna de pesquisa existente acerca dos aspectos financeiros dos estoques de empresas varejistas. Mesmo que a relevância da gestão de estoques seja constantemente enfatizada (ASSAF NETO; LIMA, 2009; VIANA, 2002; MARTINS; ASSAF NETO, 1993, entre outros), poucos trabalhos efetivamente têm

discutido a mensuração do custo financeiro vinculado à manutenção de níveis elevados desse tipo de ativo circulante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo visou responder à questão de estudo relacionada aos possíveis efeitos financeiros da gestão dos estoques de mercadorias para revenda de um comércio varejista de material elétrico, hidráulico, ferragens e utilidades. Com esse propósito o objetivo foi mensurar os custos financeiros deste comércio relacionados com a estocagem de mercadorias, no sentido de identificar possíveis inadequações nos níveis de estoques e os respectivos impactos financeiros.

Nessa direção, os autores entendem que a pergunta de pesquisa foi respondida, por intermédio das tabelas apresentadas nas seções precedentes é possível evidenciar os prazos médios de estocagem, o custo financeiro do estoque e o estoque excedente das mercadorias. Em razão disso, o objetivo priorizado neste artigo também foi atingido. Ou seja, a partir dos cálculos que foram mencionados anteriormente, os gestores puderam conhecer a pertinência dos níveis de estoques mantidos no contexto deste comércio.

No que concerne à empresa pesquisada, concluiu-se que a administração mantinha armazenados diversos produtos em quantidades superiores ao necessário para as operações normais. Ou seja, os prazos de estocagem de vários itens armazenados eram inadequados se comparados com o prazo de entrega dos

mesmos pelos fornecedores. Com isso, verificou-se que o nível de estoque mantido dos 20 itens abrangidos no estudo (R\$ 67.303,99) produziu valor de “custo financeiro” total de R\$ 90.222,07 (conforme tabela 4). Ainda, constatou-se que o montante do estoque excedente foi de R\$ 54.509,45 (vide tabela 5).

Além disso, o contexto encontrado na empresa pesquisada é preocupante, pois no conjunto das 20 mercadorias para revenda abrangidas foi constatada a existência de prazos de estocagem altos e valores de estoques excedentes, que acarretam custos financeiros significativos. Nesse sentido, os procedimentos de cálculos utilizados permitiram identificar os produtos mais problemáticos em que a empresa detinha em seu estoque no período abrangido. Ainda, acerca das contribuições desta pesquisa, entende-se que estas podem ser sintetizadas por dois ângulos.

O primeiro por evidenciar aos gestores da companhia que os estoques eram mantidos em níveis elevados, sendo que poderiam ser otimizados. Ou seja, com a redução dos prazos de estoque, bem como pela consequente redução do valor total estocado, haveria a liberação de capital de giro para aplicações mais benéficas à otimização do capital investido. Por exemplo: se o valor do estoque excedente (que superou R\$ 50.000,00), apenas 20 dos produtos estudados fossem liberados para financiar as vendas a prazo da entidade ou para reduzir a necessidade de captação de recursos bancários (como vinha ocorrendo), poderia contribuir para expansão de mercado ou

redução das despesas financeiras associáveis às operações de créditos.

O segundo diz respeito à gestão de estoques, pois diante do exposto é fácil perceber que pequenos ganhos decorrentes de uma melhor gestão de mercadorias para revenda têm grande impacto na lucratividade da empresa. É preciso implementar instrumentos gerenciais que auxiliem a gestão de produtos, assim, o presente trabalho trouxe benefícios relevantes a gestão de estoques da empresa, considerando sob a ótica do custo/benefício, para que o nível de serviço ao cliente seja respeitado e que os estoques não estejam com altos níveis, trazendo consigo elevados custos.

No que tange às limitações do estudo, é pertinente destacar dois pontos. O primeiro relaciona-se ao fato de terem sido descritos no texto somente algumas mercadorias do total de itens estocados, por restrição de espaço. Ou seja, foram escolhidos para ilustrar as seções anteriores somente as mercadorias com maior quantidade estocada.

O segundo diz respeito à definição da taxa de juros utilizada nos cálculos. Poderiam ser utilizadas metodologias mais aprimoradas (como o CMPC/WACC) para definir o custo de oportunidade considerado na equação do custo financeiro do estoque, mas por opção dos autores foi escolhida a taxa de juros mensal que a empresa arcava nas operações de captação de recursos bancários na época da pesquisa. O motivo desta escolha residiu principalmente, na maior facilidade de obter tais informações nos períodos seguintes, bem como, pela objetividade inerente à obtenção desse dado em meses

posteriores. Com isso, a continuidade futura desta forma de mensuração fica assegurada na entidade citada, visto que todos os dados utilizados podem ser coligidos periodicamente pelos próprios gestores.

Como recomendação para trabalhos futuros, cabe sugerir a expansão da abrangência para todas as mercadorias que se encontram no estoque da entidade. Ainda, recomenda-se aplicar essa forma de avaliação de estoques para empresas dos segmentos fabris, bem como para empreendimentos ligados ao agronegócio, com o intuito de verificar a aderência dessa metodologia ou a necessidade de adaptações para os diversos contextos elencados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. São Paulo: Atlas, 1993.

ASSAF NETO, Alexandre. LIMA; Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSEF, R. **Administração financeira: pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 528 p.

FARIA, A. C.; COSTA, M. F. G. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2005.

FERNANDES, Flavio Cesar Faria; GODINHO FILHO, Moacir. **Planejamento e controle de produção: dos fundamentos ao essencial**. São Paulo: Atlas, 2010. 275 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da contabilidade**. 10 ed. São Paulo: atlas 2010.

IUDÍCIBUS, A. A gestão estratégica de custos e sua interface com a contabilidade gerencial e teorida da contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 100 p. p. 30-31, 1996.

JOCHEM, Laudelino. **Contabilidade: uma visão critica da evolução historica**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013. 116 p.

MARQUES, K. C. M.; CAMACHO, R. R.; ALCANTARA, C. C. V. de. Avaliação do rigor metodológico de estudos de caso em contabilidade gerencial publicados em periódicos no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**. São Paulo, v. 26, n. 67, p. 27-42, 2015.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materias e recursos patrimoniais.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 456 p.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da produção e operações.** 2. ed. São Paulo: Cengage, 2015. 624 p.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

PUCCINI, A. de L. **Matemática financeira objetiva e aplicada.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury e BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicada às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JONSTON, Robert. **Administração da produção.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 698 p.

VIANA, J. J. **Administração de materiais: um enfoque prático.** São Paulo: Atlas, 2002.

WERNKE, R. **Custos logísticos: ênfase na gestão financeira de distribuidoras de mercadorias e de transportadoras rodoviárias de cargas.** Maringá: MAG, 2014.

WERNKE, R.; VARGAS, C. C.; Mensuração do custo financeiro do estoque de matérias-primas de pequena fábrica.

Revista Ibero-americana de Engenharia Industrial,
Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 219-244, 2014.

WERNKE, Rodney. **Gestão financeira:** ênfase em aplicações e casos nacionais. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008. 367 p.

ANÁLISE COMPARATIVA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA NOS PERÍODOS DE 2015 E 2016

*Jonathan Dandolini Corrêa
Maria Aparecida Cardozo*

RESUMO

A pergunta desta pesquisa é quais as sugestões possíveis para que haja o melhoramento da situação econômica e financeira de uma Cooperativa, a partir dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital? O objetivo geral é apresentar possíveis sugestões para que haja o melhoramento da situação econômica e financeira de uma Cooperativa, a partir dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital. Quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa exploratória com estudo teórico e prático, de carácter dedutivo e lógica dedutiva. A coleta é a partir de dados secundários. O estudo é aplicado e tem abordagem preponderantemente qualitativa. Por fim, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, documental e um estudo de caso. Foi possível identificar que os resultados encontrados nos indicadores demonstram uma grande necessidade de capital de terceiros, para desempenhar suas

atividades, onde parte delas advém das vendas realizadas aos cooperados, onde sua maioria compram insumos agropecuários para pagamento no final da safra, obrigado a cooperativa obter capitalização por meio de empréstimos em instituição financeira.

Palavras-chave: Análise. Demonstrações Contábeis. Índices. Cooperativa.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado no estudo será a análise comparativa da situação econômica e financeira, que é a peça fundamental para o conhecimento da situação em que tal empresa se encontra. Esta análise, conta com várias informações onde são encontradas em todas as evidenciações contábeis capazes de demonstrar a situação econômica e financeira de uma entidade, como por exemplo o Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas no caso de um Cooperativa. Nesse ponto os gestores podem assim ter uma melhor visão sobre a empresa operante, tendo como objetivo a aplicação dos seus recursos em ações ou investimentos na sua própria empresa ou até mesmo manter ou diminuir os seus gastos. Juntamente as análises conseguem verificar sua posição no mercado com relação às outras empresas, comparando números e índices. Com essas informações os empresários se sentem mais confiante e confortável para as tomadas de decisões.

Nesse contexto a pergunta dessa pesquisa é: quais as sugestões possíveis para que haja o melhoramento da situação econômica e financeira de uma Cooperativa, a partir dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital? Para responder a essa pergunta de pesquisa tem-se como objetivo geral apresentar possíveis sugestões para que haja o melhoramento da situação econômica e financeira de uma Cooperativa, a partir dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital.

Para atender ao objetivo geral, são objetivos específicos são: (i) verificar perante a literatura, os índices de liquidez,

rentabilidade e estrutura de capital; (ii) levantar os dados das demonstrações contábeis da Cooperativa estudada dos períodos de 2015 e 2016; (iii) efetuar o cálculo dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital da empresa em estudo durante os períodos de 2015 e 2016; e, (iv) identificar uma possível estratégia de melhoria dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital dos períodos de 2015 e 2016.

Diante disso justifica-se o estudo abordado pela necessidade de verificação dos resultados financeiros que a empresa obteve entre os períodos passados e os reais procedimentos no processo decisório e de tomadas de decisão.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Segundo Ribeiro (2005) a contabilidade, é uma ciência social que seu objeto é o patrimônio empresarial, tendo como objetivo o controle do mesmo em decorrência das variações incorridas no dia-dia.

A contabilidade apresenta vários outras áreas de estudo dentre eles a contabilidade de cooperativas. As sociedades cooperativas se regem pela lei nº 5.764/71, que apresenta algumas particularidades no tratamento contábil. Dentre essas particularidades pode-se destacar a Demonstração de Sobras ou Perdas (NBC-T, 2005), demonstração esta, importante ferramenta de análise em conjunto com o Balanço Patrimonial.

Conforme indica Matarazzo (2010) a análise de balanço tem como objetivo tirar informações das Demonstrações

Financeiras para a tomada de decisão. Essa demonstração financeira transforma esses dados em informações de grande utilidade, e quanto maiores informações mais eficientes para os gestores. Para tanto, consideram alguns índices, quais sejam: de liquidez, de estrutura de capital e de rentabilidade.

O quadro 01 apresenta um resumo dos principais índices utilizados nas análises das demonstrações contábeis.

Quadro 01 - Resumo dos Principais Índices

Índice	Fórmula	Significado	Interpretação
Estrutura de Capital			
Participação de Capital de Terceiro	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto à empresa tomou de Capitais de Terceiros para cada R\$100,00 de Capital Próprio	Quanto menor, melhor.
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$	Qual o percentual de obrigações a Composição do Endividamento em relação as obrigações totais.	Quanto menor, melhor.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{AÑC} - \text{ARLP}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Quanto à empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido	Quanto menor, melhor.
Imobilização dos Recursos Não-Correntes	$\frac{\text{AÑC} - \text{ARLP}}{\text{PL} + \text{PÑC}} \times 100$	Que percentual de recursos não-correntes (PL e ELP) foi destinado ao Ativo Permanente.	Quanto menor, melhor.
Liquidez			
Liquidez Geral	$\frac{\text{AC} + \text{Realiável a LP}}{\text{PC} + \text{PÑC}}$	Quanto à empresa possui de Ativo Circulante +	Quanto maior, melhor.

Índice	Fórmula	Significado	Interpretação
		Realizável em Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total.	
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto à empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior, melhor.
Liquidez Seca	$\frac{AC - \text{Estoque} - D.A}{\text{Passivo Circulante}}$	Quanto à empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade			
Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$	Quanto à empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Quanto à empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 vendidos.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	Quanto à empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total.	Quanto maior, melhor.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL Médio}} \times 100$	Quanto à empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, em média no exercício.	Quanto maior, melhor.

Fonte: adaptado de Matarazzo (2010)

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

Quanto ao *enquadramento metodológico* pode-se afirmar que natureza do objetivo é exploratória, pois segundo Rodrigues (2007), a pesquisa exploratória tem por objetivo abranger os desafios da pesquisa científica, abordando e discutindo a questão problema.

No que se refere à natureza da pesquisa trata-se de um estudo teórico e prático. Os aspectos teóricos ficam a cargo da busca de conceitos e teorias em livros, revistas e demais publicações que tratam do tema.

A lógica da pesquisa se dá de forma dedutiva, pois parte dos conhecimentos gerais para o estudo específico de Análise os índices financeiros e econômicos (PRODANOV, 2013).

A coleta se dá a partir de dados secundários que, segundo Rodrigues (2007) são aqueles que foram coletados para outros propósitos, portanto, a primeira atitude que um pesquisador deve fazer é buscar esses dados e utilizar para o assunto em questão.

Em relação à abordagem da pesquisa, o estudo se classifica como qualitativo pois não se utiliza de cálculos estatísticos complexos para que o resultado seja alcançado e possui análise descritiva de seus resultados. Cabe destacar que a característica quantitativa da pesquisa se limita aos cálculos simples para efeito de análise dos dados.

Quanto ao resultado da pesquisa pode-se afirmar que se trata de um estudo aplicado, pois gera conhecimento em resposta a solução de uma pergunta. Os procedimentos técnicos

perpassam pela pesquisa bibliográfica, documental e por um estudo de caso.

Sobre os *procedimentos de coleta e análise dos dados*, incide na busca das informações como o balanço patrimonial e a demonstração de sobras ou perdas que a cooperativa publica ao final de todo exercício. Os dados coletados foram de total segurança, tendo como auxílio dos gestores da Cooperativa. Deve-se considerar ainda a aplicação de técnicas dos indicadores financeiros, calculando a partir dos dados coletados no balanço patrimonial e demonstração das sobras ou perdas dos exercícios de 2015 e 2016.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Atualmente a Cooperativa utiliza essas análises mensalmente com os gestores de cada unidade, podendo ter uma leitura mais clara do resultando tendo como objetivo sempre buscar melhorias em suas operações efetuada no decorrer do mês. Como forma de melhorar o processo de operações ao longo do mês, após essa reunião com todos os gestores dos devidos departamentos, o contador e o *controller* da empresa, marcam uma reunião para o detalhamento das contas como: de custos e despesas ocorridos no período, as receitas e principais clientes, para que se tenha um conhecimento do perfil de cada cliente, junto a isso, identificando a fidelidade e cumprimentos das obrigações do mesmo. Desta forma os dados necessários para que se tenha uma análise do período, são a Demonstração

de Sobras ou Perdas e o Balanço Patrimonial, coletando os dados de acordo com o que a fórmula do índice solicita é possível identificar o resultado.

A partir das constatações feitas no período do estágio apresentam-se, portanto, os resultados das análises dos índices efetuados nas demonstrações a partir do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas da Cooperativa, nos períodos de 2015 e 2016. É importante destacar que os resultados informados foram aplicados através da técnica de cálculos dos índices de Liquidez, Estrutura de Capital e de Rentabilidade por meio das fórmulas apresentadas no referencial teórico deste estudo.

O primeiro objetivo específico da pesquisa é verificar perante a literatura as técnicas de análise dos índices financeiros. Como resposta a esse objetivo foram identificadas algumas técnicas utilizadas para a devida análise os índices tais como: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Participação de Capitais de Terceiros, Composição do Endividamento, Imobilização de Recursos não Correntes, Imobilização do Patrimônio Líquido, Giro do ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e a Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

A **Liquidez Geral** avalia a capacidade geral da empresa, no curto e no longo prazo, para cumprir seus compromissos. Quanto maior for o índice, maiores serão os recursos das empresas para liquidar suas obrigações.

A **Liquidez Corrente** avalia se a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações de curto prazo, levando

em consideração seus bens e direitos a curto prazo, em confronto com suas obrigações a curto prazo.

A **Liquidez Seca** tem a mesma finalidade do indicador anterior, apenas diminuindo o seu estoque do ativo circulante. Tendo a finalidade de refinar as informações. Pelo motivo do estoque ter um giro lento.

A **Participação de Capitais de Terceiros** evidencia o risco que os credores têm no negócio. Se a empresa tiver um índice baixo comparado com outras empresas do mesmo ramo de atividade, então as exigências dos credores não são uma preocupação para a gestão, caso contrário, haverá impacto na preocupação dos credores no risco apresentado.

A **Composição do Endividamento** indica em percentual (%) suas obrigações de curto prazo com relação às obrigações totais.

A **Imobilização de Recursos não Correntes** apresenta quanto dos recursos não correntes foram transformados em ativos fixos. Quanto maior for este índice, pior será a situação da empresa. O ponto de equilíbrio seria que os próprios recursos fossem suficientes para cobrir o seu ativo fixo.

A **Imobilização do Patrimônio Líquido** informa o quanto a empresa aplicou no seu ativo permanente perante o seu Patrimônio Líquido.

O **Giro do Ativo**: revela quanto a empresa consegue vender proporcionalmente aos seus investimento.

A **Margem de Lucro Líquida** evidencia qual é o percentual (%) de lucro líquido para cada venda líquida efetuada.

A **Rentabilidade do Patrimônio Líquido** tem com finalidade a avaliação do que a empresa obteve de lucro líquido em cima de seus investimentos.

A **Rentabilidade do Ativo** apresenta o quanto a empresa ganha em lucratividade perante a média do seu capital próprio investido no exercício.

O segundo objetivo específico do estudo é levantar os dados das demonstrações contábeis da Cooperativa, dos períodos de 2015 e 2016. Com isso foi levantado o Balanço Patrimonial (quadro 02 e 03) e a Demonstração de Sobras ou Perdas (quadro 04).

Quadro 02 – Balanço Patrimonial - Ativo

ATIVO	2016	AV	2015	AV	AH
		%		%	%
1.1 - CIRCULANTE	40.680.737,70	47,45	37.364.581,11	43,58	9%
<u>1.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	8.698.893,86	10,15	9.947.005,43	11,60	-13%
Caixa	51.603,87	0,06	31.613,76	0,04	63%
Bancos Conta Movimento	2.797.817,38	3,26	3.003.249,25	3,50	-7%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.849.472,61	6,82	6.912.142,42	8,06	-15%
<u>1.1.2 - Créditos a Receber</u>	20.753.402,07	24,21	18.239.410,13	21,28	14%
Créditos com Associados	8.286.902,83	9,67	9.210.142,90	10,74	-10%
(-) Estimativa de Perdas s/ Créditos de Liq. Duvidosa Associados	-57.663,91	-0,07	-115.559,40	-0,13	-50%
Créditos com Não Associados	12.657.524,75	14,76	7.766.818,20	9,06	63%
(-) Estimativa de Perdas s/ Créd. Liq. Duvidosa Não-Associados	-1.074.695,65	-1,25	-818.944,78	-0,96	31%

Cooperados c/Cotas Partes	24.489,86	0,03	24.489,86	0,03	0%
Cheques a receber	354.682,46	0,41	951.745,28	1,11	-63%
Tributos a receber	83.168,57	0,10	16.692,59	0,02	398%
Juros a receber	418.099,91	0,49	528.964,66	0,62	-21%
Demais Créditos	60.893,25	0,07	675.060,82	0,79	-91%
<u>1.1.3 - Tributos a Recuperar</u>	2.095.078,02	2,44	2.287.807,23	2,67	-8%
ICMS a recuperar	1.774.509,51	2,07	2.124.549,30	2,48	-16%
IRPJ, IRRF e CSLL a Recuperar	320.568,51	0,37	163.257,93	0,19	96%
PIS e COFINS a recuperar	586.895,14	0,68	755.295,41	0,88	-22%
(-) Estimativa de Perdas s/ Créditos Tributários a Realizar	-586.895,14	-0,68	-755.295,41	-0,88	-22%
<u>1.1.4 - Estoques</u>	8.209.546,63	9,58	6.805.649,08	7,94	21%
Unidade de Beneficiamento de Arroz	3.974.666,43	4,64	2.942.801,22	3,43	35%
Unidade de Insumos	2.694.378,23	3,14	2.192.513,19	2,56	23%
Unidade de Conservas de Palmito	622.913,23	0,73	569.599,03	0,66	9%
Unidade de Fortaleza	917.588,74	1,07	1.100.735,64	1,28	-17%
<u>1.1.5 - Investimentos Temporários</u>	872.573,85	1,02	8.946,30	0,01	9653%
Títulos de Capitalização	872.573,85	1,02	8.946,30	0,01	9653%
<u>1.1.6 - Despesas Antecipadas</u>	51.243,27	0,06	75.762,94	0,09	-32%
Despesas Antecipadas	51.243,27	0,06	75.762,94	0,09	-32%
1.2 - NÃO-CIRCULANTE	45.050.286,52	52,55	45.492.050,31	53,06	-1%
<u>1.2.1 - Realizável a Longo Prazo</u>	1.062.317,54	1,24	2.777.795,70	3,24	-62%
Créditos Tributários	944.341,70	1,10	2.288.871,83	2,67	-59%
(-) Estimativa de Perdas s/ Pis e COFINS a Realizar	-240.159,68	-0,28	-417.905,41	-0,49	-43%

(-) Honorários s/ Recuperação de Créditos Tributários	-50.000,00	-0,06	0,00	0,00	0%
Créditos em Cobrança Judicial	192.121,72	0,22	160.214,12	0,19	20%
Depósitos Judiciais	184.726,80	0,22	900,00	0,00	20425%
Títulos de Capitalização	31.287,00	0,04	745.715,16	0,87	-96%
1.2.2 - Investimentos	312.121,77	0,36	263.812,81	0,31	18%
Participação em Outras Empresas	312.121,77	0,36	263.812,81	0,31	18%
1.2.3 - Imobilizado	43.659.891,02	50,93	42.429.379,97	49,49	3%
Bens Corpóreos	50.363.612,82	58,75	46.444.932,20	54,18	8%
(-) Depreciação acumulada	-6.703.721,80	-7,82	-4.613.827,50	-5,38	45%
1.2.4 - Intangível	15.956,19	0,02	21.061,83	0,02	-24%
Bens Incorpóreos	35.545,43	0,04	35.545,43	0,04	0%
(-) Amortização acumulada	-19.589,24	-0,02	-14.483,60	-0,02	35%
T O T A L D O A T I V O	85.731.024,22	100,00	82.856.631,42	100,00	3%

Fonte: Cooperativa estudada, 2017.

Quadro 03 – Balanço Patrimonial - Passivo

PASSIVO	2016	AV	2015	AV	AH
		%		%	%
2.1 - CIRCULANTE	46.674.539,52	54,44	46.247.360,43	51,17	1%
2.1.1 - Obrigações c/Fornecedores de Prod. e Serviços	2.844.556,37	3,32	3.256.900,68	3,47	-13%
Fornecedores Unidade de Benef.de Arroz	1.538.232,90	1,79	1.110.169,76	1,17	39%
Fornecedores Unidade de Insumos	1.155.941,96	1,35	2.013.204,58	2,06	-43%
Fornecedores Unidade de Cons. de Palmito	149.214,51	0,17	133.526,34	0,24	12%

Fornecedores Unidade de Fortaleza	1.167,00	0,00	0,00	0,00	0%
Representantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
<u>2.1.2 - Obrigações com Instituições Financeiras</u>	31.087.348,36	36,26	31.811.552,12	35,25	-2%
Financiamentos BNDES	0,00	0,00	34.148,86	0,11	-100%
Financiamentos PCA	283.921,05	0,33	271.729,52	0,17	4%
Financiamentos Adiantamento a Cooperados	1.503.734,27	1,75	3.050.052,41	0,00	-51%
Financiamentos para Garantia de Preços ao Produtor - FGPP	7.499.192,10	8,75	6.499.734,85	5,76	15%
Financiamentos Capital de Giro	5.314.706,71	6,20	1.648.283,87	12,26	222%
Financiamentos Finame	164.645,77	0,19	177.341,05	0,17	-7%
Financiamentos Procap-Agro - Giro	3.557.216,61	4,15	3.587.265,31	4,05	-1%
Financiamentos Insumos	7.722.283,23	9,01	9.646.822,65	4,88	-20%
Financiamentos Prodecoop - Investimentos	552.409,63	0,64	514.324,06	0,68	7%
Financiamentos PSI	653.657,33	0,76	654.912,32	0,89	0%
Financiamentos Custeio de Beneficiamento	3.835.581,66	4,47	5.726.937,22	6,27	-33%
<u>2.1.3 - Obrigações Trabalhistas e Tributárias</u>	1.085.684,01	1,27	1.036.342,41	1,02	5%
Férias do Pessoal a Pagar	432.617,93	0,50	414.433,42	0,51	4%
Obrigações Trabalhistas	431.917,59	0,50	415.654,51	0,27	4%
Obrigações Tributárias	221.148,49	0,26	206.254,48	0,24	7%
<u>2.1.4 - Obrigações com Associados</u>	10.016.799,53	11,68	8.682.820,50	10,45	15%
Obrigações com Associados	8.127.219,99	9,48	8.061.376,50	7,88	1%
Produto Agrícola em Deposito a Adquirir	1.889.086,26	2,20	621.444,00	2,46	204%
Produtos/Mercadorias a entregar	493,28	0,00	0,00	0,11	0%
<u>2.1.5 - Obrigações de Capital</u>	188.077,05	0,22	206.753,66	0,16	-9%

Capital a Restituir	188.077,05	0,22	206.753,66	0,16	-9%
<u>2.1.6- Outras Obrigações</u>	1.080.140,05	1,26	1.085.608,56	0,53	-1%
Adiantamento de Clientes	492.358,35	0,57	563.341,46	0,09	-13%
Comissões a Pagar	587.781,70	0,69	522.267,10	0,43	13%
<u>2.1.7 - Provisões</u>	371.934,15	0,43	167.382,50	0,29	122%
Provisões Diversas	315.551,65	0,37	111.000,00	0,20	184%
Provisão Sementes	56.382,50	0,07	56.382,50	0,10	0%
2.2 - NÃO-CIRCULANTE	18.338.928,01	21,39	17.358.934,37	23,07	6%
<u>2.2.1 - Empréstimos e Financiamentos</u>	16.816.806,68	19,62	15.996.271,55	21,38	5%
Financiamentos Fime	201.814,77	0,24	361.628,87	0,26	-44%
Financiamentos Procap-Agro - Giro	611.111,11	0,71	625.000,00	2,42	-2%
Financiamentos Prodecoop - Investimentos	4.142.862,97	4,83	2.875.443,05	2,47	44%
Financiamentos PSI	1.347.395,83	1,57	1.997.195,83	3,59	-33%
Financiamentos PCA	10.513.622,00	12,26	10.137.003,80	12,65	4%
<u>2.2.2 - Provisões</u>	1.406.460,53	1,64	1.362.662,82	1,68	3%
Provisões Tributárias	500.000,00	0,58	480.742,00	1,48	4%
Provisão do IRPJ e CSLL s/ Ajuste de Avaliação Patrimonial	806.460,53	0,94	781.920,82	1,48	3%
Provisões Trabalhistas	50.000,00	0,06	50.000,00	0,14	0%
Provisões Diversas	50.000,00	0,06	50.000,00	0,07	0%
<u>2.2.3 - Outras Contas de Longo Prazo</u>	115.660,80	0,13	0,00	0,00	0%
Consórcio Banco do Brasil	115.660,80	0,13	0,00	0,00	0%
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.717.556,69	24,17	19.250.336,62	25,76	8%
<u>Capital Social</u>	4.986.077,05	5,82	4.547.008,92	5,83	10%

Capital Subscrito	4.986.077,05	5,82	4.547.008,92	5,83	10%
<u>Reservas de Capital</u>	2.278.505,97	2,66	2.180.193,70	3,06	5%
Fundo de Capitalização	2.278.505,97	2,66	2.180.193,70	3,06	5%
<u>Ajustes de Avaliação Patrimonial</u>	10.335.401,95	12,06	10.537.827,74	14,78	-2%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.141.862,48	13,00	11.319.748,56	15,58	-2%
(-) Provisão p/ IRPJ e CS sobre AAP	-806.460,53	-0,94	-781.920,82	-0,80	3%
<u>Reservas de Lucros</u>	2.666.817,81	3,11	1.773.232,81	1,80	50%
Fundo de Reserva	1.228.666,77	1,43	1.069.952,45	1,19	15%
FATES	1.438.151,04	1,68	703.280,36	0,61	104%
Sobras Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
<u>Sobras a disposição da AGO</u>	450.753,91	0,53	212.073,45	0,29	113%
T O T A L D O P A S S I V O	85.731.024,22	100,00	82.856.631,42	100,00	3%

Fonte: Cooperativa estudada, 2017.

Quadro 04 – Demonstração de Sobras ou Perdas

Contas	2016	AV	2015	AV	AH
		%		%	%
1- INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL BRUTA	106.644.429,33	100,00	80.502.832,16	100,00	32%
Unidade de Armazenagem de Imbituba	5.202.569,11	4,88	3.638.755,15	4,52	43%
Unidade de Beneficiamento de Arroz	51.992.383,25	48,75	35.195.034,60	43,72	48%
Unidade de Conservas de Palmito	3.926.910,67	3,68	3.108.410,51	3,86	26%
Unidade de Insumos	35.678.571,55	33,46	29.347.714,35	36,46	22%
Unidade de Fortaleza	9.843.994,75	9,23	9.212.917,55	11,44	0%
2- (-) DEDUÇÕES DO INGRESSO/RECEITA	-3.919.178,07	-3,67	-2.753.923,15	-3,42	42%

(-) Impostos s/Vendas	-3.919.178,07	-3,67	-2.753.923,15	-3,42	42%
3- (=) INGRESSOS/REC. OPERACIONAL LÍQUIDA	102.725.251,26	96,33	77.748.909,01	96,58	32%
4- (-) DISP./CUSTOS DOS PROD./SERV. FORNEC./VENDIDOS	-89.236.008,89	-83,68	-69.297.768,48	-86,08	29%
5- (=) SOBRA/LUCRO BRUTO	13.489.242,37	12,65	8.451.140,53	10,50	60%
6- (-) DISPÊNDIOS/ DESPESAS OPERACIONAIS	-8.652.559,90	-8,11	-6.566.040,81	-8,16	32%
Dispêndios/Despesas Comerciais	-5.211.552,59	-4,89	-3.792.173,97	-4,71	37%
Dispêndios/Despesas Administrativas	-1.370.230,25	-1,28	-1.202.655,13	-1,49	14%
Dispêndios/Despesas com Pessoal	-2.070.777,06	-1,94	-1.571.211,71	-1,95	32%
7- (+/-) OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	482.088,47	0,45	279.059,46	0,35	73%
(+) Outros Ingressos/Receitas Operacionais	484.653,49	0,45	315.705,54	0,39	54%
(-) Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	-2.565,02	-0,00	-36.646,08	-0,05	-93%
8- RESULTADO ANTES DO FINANCEIRO	5.318.770,94	4,99	2.164.159,18	2,69	146%
9- (+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	-3.641.465,10	-3,41	-1.730.879,27	-2,15	110%
Ingressos/Receitas Financeiras	1.830.095,16	1,72	1.483.768,90	1,84	23%
Dispêndios/Despesas Financeiras	-5.471.560,26	-5,13	-3.214.648,17	-3,99	70%
10- RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.677.305,84	1,57	433.279,91	0,54	287%
11- (-) TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	-345.878,11	-0,32	-112.640,28	-0,14	207%
(-) Provisão Contribuição Social	-97.908,91	-0,09	-36.169,49	-0,04	171%
(-) Provisão Imposto de Renda	-247.969,20	-0,23	-76.470,79	-0,09	224%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	1.331.427,73	1,25	320.639,63	0,40	315%
13- OUTROS RESULTADOS	957.986,19	0,90	755.931,72	0,94	27%

ABRANGENTES					
Reversão do Ajuste de Avaliação Patrimonial	177.886,08	0,17	177.886,08	0,22	0%
Reversão do Fundo de Capitalização	652.944,24	0,61	427.790,18	0,53	53%
Reversão do FATES	127.155,87	0,12	150.255,46	0,19	-15%
14- SALDO A DESTINAR	2.289.413,92	2,15	1.076.571,35	1,34	113%

Fonte: Cooperativa estudada, 2017.

O terceiro objetivo específico do estudo é efetuar o cálculo dos índices financeiros da empresa durante o exercício de 2015 e 2016. Foram identificadas algumas técnicas utilizadas para a devida análise tais como: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Giro do Ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo, Rentabilidade do PL, Participação de Capitais Terceiros, Composição de Endividamento, Imobilização do Patrimônio Líquido e Imobilização de Recursos Não-Correntes.

A **Liquidez Geral** segundo Assaf Neto (2006) revela tanto a liquidez, a curto como em longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa tem de dívida. O quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável em longo prazo.

$$LG = \frac{2016}{65.013.467,53} = 0,64$$

$$LG = \frac{2015}{63.606.294,80} = 0,63$$

Conforme o cálculo efetuado referente à Liquidez Geral, pode-se identificar que no ano de 2016 é de R\$0,64 e no ano de 2015 de 0,63 indicando que para cada R\$1,00 de dívida a

empresa tem respectivamente R\$0,64 e R\$0,63 como investimentos de curto prazo, não conseguindo cumprir com as suas obrigações financeiras.

Já a **Liquidez Corrente** de acordo com Iudícibus (2008) analisa quantos reais estão imediatamente disponíveis e possivelmente conversíveis em curto prazo em moeda real, com relação a dívida da empresa que estão do curto prazo. É preciso verificar se estão incluídos itens como: disponibilidades, contas a receber a curto prazo, estoques e algumas despesas pagas antecipadamente, logo no denominador estão incluídas as dívidas e contas a pagar vencíveis a curto prazo.

$$LC = \frac{\text{2016}}{40.680.737,70}{46.674.539,52} = 0,87$$

$$LC = \frac{\text{2015}}{37.364.581,11}{46.247.360,43} = 0,81$$

Em 2015, para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, a empresa disponibiliza de R\$ 0,81 de ativo circulante. Pode-se identificar que a empresa não dispõe de recursos correntes para sanar todas as suas dívidas de curto prazo. Em 2016 essa situação praticamente se mantém. Para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, a empresa disponibiliza de R\$ 0,87 de ativo circulante.

Iudícibus (2008) relata que a **Liquidez Seca** é um índice muito importante para a avaliação da situação de liquidez da empresa, eliminado o estoque do numerador, estando então eliminando uma grande fonte de incerteza, pelo fato das influências e distorções que se pode ocorrer devido à adoção de alguns

critérios de métodos de estoques que podem ser mudados ao longo dos períodos. Diante disso, permanece o mesmo possível problema dos prazos das contas a receber (Ativo Circulante) e das contas a pagar (Passivo Circulante).

$$LS = \frac{\mathbf{2016}}{32.419.947,80}{46.674.539,52} = 0,69$$

$$LS = \frac{\mathbf{2015}}{30.483.169,09}{46.247.360,43} = 0,66$$

Os índices de **Liquidez Seca** são desfavoráveis. Em 2015, para cada R\$ 1,00 de passivo circulante, a empresa dispunha de R\$ 0,66 de ativo circulante sem contar com a realização dos estoques. Em 2016 esse índice teve uma melhora, passando para R\$ 0,69 de ativo circulante sem contar com a realização dos estoques.

Em concordância com Blatt (2001) o **Giro do Ativo** indica o quanto é eficiente é uma empresa em efetuar vendas de acordo com a base de seus ativos, buscando identificar a eficiência geral de uma empresa.

$$GA = \frac{\mathbf{2016}}{106.644.429,33}{85.731.024,22} = 1,24$$

$$GA = \frac{\mathbf{2015}}{80.502.832,16}{82.856.631,42} = 0,97$$

Os índices dos dois anos se mantêm estável, variando apenas dois centavos. No ano de 2015, para cada R\$ 1,00 de

ativo, a cooperativa vendeu R\$ 0,97 centavos, já no ano de 2016, a venda para cada real de ativo foi R\$ 1,24 centavos.

Para Blatt (2001) o quociente **Rentabilidade do Ativo** é um índice de lucratividade em relação ao investimento, onde indica a rentabilidade de todos os ativos que foram gerados em um determinado período.

$$RA = \frac{\text{2016}}{2.289.413,92}{85.731.024,22} = 2,67$$

$$RA = \frac{\text{2015}}{1.076.571,35}{82.856.631,42} = 1,30$$

Em 2015, para cada R\$ 100,00 de investimento, gerou-se R\$ 1,30 de lucro líquido. Em 2016, houve um aumento nesse indicador. Para cada R\$ 100,00 de investimento, foi apresentado R\$ 2,67 de lucro líquido.

De acordo com Iudícibus (2008) o quociente do **Retorno do Patrimônio Líquido** é apresentado de acordo com os resultados alcançados pelos operacionais na gestão de seus recursos próprios e de terceiros, tendo em vista o beneficiamento dos acionistas.

$$RPL = \frac{\text{2016}}{2.289.413,92}{20.717.556,69} = 11,05$$

$$RPL = \frac{\text{2015}}{1.076.571,35}{19.250.336,62} = 5,59$$

Em 2015, para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido, gerou-se R\$ 5,59 de lucro líquido. Em 2016, houve um aumento

nesse indicador. Para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido, foi apresentado R\$ 11,05 de lucro líquido.

Para Blatt (2001) a **Margem Líquida** apresenta em porcentagem o seu resultado líquido referente às suas vendas líquidas incorridas em um determinado período. Sendo assim este coeficiente apresenta a eficiência da empresa em ter suas despesas para que futuramente as mesmas virem vendas. É de muita importância o controle dos custos em relação as suas vendas.

$$\text{MLL} = \frac{\text{2016}}{2.289.413,92}{106.644.429,33} = 11,05$$

$$\text{MLL} = \frac{\text{2015}}{1.076.571,35}{80.502.832,16} = 11,05$$

Com referência a margem de Lucro Líquida, em 2015 para da R\$ 100,00 efetuadas em vendas líquidas, R\$ 1,34 foram sobras líquidas. Em 2016 esse índice teve um baixo crescimento, passando para R\$ 2,15.

De acordo com Silva (2010) a **Participação de Capitais de Terceiros** compreende no somatório do passivo circulante e o passivo exigível em longo prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa.

$$\text{PCT} = \frac{\text{2016}}{65.013.467,53}{20.717.556,69} = 313,80$$

$$\text{PCT} = \frac{\text{2015}}{63.606.294,80}{19.250.336,62} = 330,42$$

A Cooperativa apresenta índices desfavoráveis quando se fala de participação do capital de terceiros. No ano de 2015, para cada R\$ 100,00 aplicados de capital próprio, existem R\$ 330,42 de terceiros. No ano de 2016 houve uma melhora nesse quadro, caindo para R\$ 313,80 de capital de terceiros para cada R\$ 100,00 de seu capital próprio, ou seja, ainda continua sendo um índice desfavorável, pois por meio dessa análise pode-se constatar que o capital próprio da cooperativa está financiado.

De acordo com Silva (2010) através desta análise é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação a dívida total. **Composição do Endividamento** indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, quanto menor melhor para a empresa.

$$CE = \frac{2016}{46.674.539,52} = 71,79$$

$$CE = \frac{2015}{46.247.360,43} = 72,71$$

Como se pode observar, a composição do endividamento nos períodos analisados sofreu um leve acréscimo. Em 2015, a empresa apresentava 72,71% das suas dívidas concentradas no curto prazo. Já em 2016, esse índice aumentou para 71,79%, o que representa uma variação de 0,92%.

A **Imobilização de Recursos Não-Correntes** segundo Yoshitake (1997) informa quanto dos recursos permanentes e de longo prazo está investido no Ativo Permanente. O resultado indica a porcentagem dos recursos permanentes e de longo

prazo que estão “imobilizados” e, por fim qual a porcentagem desses recursos está sendo utilizado por ativos realizáveis.

$$\text{IRNC} = \frac{\text{2016}}{43.987.968,98} = 112,63$$

$$\text{IRNC} = \frac{\text{2015}}{42.714.254,61} = 116,68$$

A imobilização dos Recursos Não Correntes é desfavorável. Em 2015, a empresa aplicou 116,68% dos seus recursos não correntes em seu ativo fixo. Já em 2016, esse índice diminuiu para 112,63%.

A **Imobilização do Patrimônio Líquido** revela qual a relação das imobilizações com os recursos de terceiros. Para Silva (2010) quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para o seu capital de giro.

$$\text{IPL} = \frac{\text{2016}}{43.987.968,98} = 212,32$$

$$\text{IPL} = \frac{\text{2015}}{42.714.254,61} = 221,89$$

A imobilização do Patrimônio Líquido é desfavorável. Em 2015, a empresa aplicou 221,89% dos seus recursos em seu ativo fixo. Já em 2016, esse índice diminuiu para 212,32%.

O quarto objetivo específico do estudo é indicar uma possível estratégia para melhoria dos indicadores dos exercícios de 2015 e 2016. Portanto, foi relatado um possível plano de ação que possa melhorar os índices financeiros na empresa em

estudo, como por exemplo, a modernização do parque fabril. Atualmente, a cooperativa possui um alto gasto de manutenção e mão-de-obra devido ao desgaste dos equipamentos existentes. Com novos equipamentos a produção seria maior, os gastos com manutenção reduziriam drasticamente e a necessidade de mão-de-obra para a operação do maquinário reduziria pela metade.

A possível expansão das variedades de produtos comercializados e produzidos pela cooperativa, é outra possibilidade de melhora nos índices de rentabilidade e liquidez, pois, por meio de uma análise de mercado, pode-se encontrar produtos que apresentem uma boa rentabilidade e bom valor agregado. Ainda, a conscientização dos cooperados sobre a distribuição das possíveis sobras ao término de cada exercício. A capitalização das sobras no final do exercício, evita que a cooperativa necessite buscar dinheiro no mercado financeiro para realização da distribuição e honrar seus compromissos para com terceiros. Atualmente, as sobras evidenciadas no resultado econômico não necessariamente condizem com a situação financeira da entidade, sendo na maioria das vezes necessário a captação de recursos para o seu pagamento.

Diante disso, para que cooperativa consiga melhoras nos índices de endividamento, serão necessárias políticas de redução de gastos correntes, que visem transferir as dívidas de curto prazo para o longo prazo, como por exemplo, por meio de renegociação dos contratos de empréstimos, que atualmente, são os maiores responsáveis pelo baixo desempenho dos indicadores apresentados, realizando assim, uma folga financeira que conseqüentemente deixaria uma quantidade de dinheiro no giro.

Outra sugestão seria a chamada de capital (integralização de capital) pelos cooperados. Este procedimento traria uma folga financeira para a cooperativa e afetaria diretamente os índices de endividamento e de liquidez, pois elevaria o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como principal objetivo apresentar possíveis sugestões para que haja o melhoramento da situação econômica e financeira da Cooperativa, a partir dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital. O embasamento teórico percorrido nesse trabalho, fez com que facilitasse a compreensão dos pontos relevantes de cada indicador e entender o porquê a sua utilização é tão importante no cenário mercadológico em que se está inserida. Mediante análise dos principais indicadores de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital da Cooperativa, consegue-se as informações relevantes sobre a saúde econômico-financeira da mesma.

Após a análise dos indicadores e da leitura da situação econômica em que a cooperativa está inserida, é possível traçar estratégias que podem levar à melhoria dos indicadores de desempenho da cooperativa.

Pode-se visualizar também que os resultados encontrados nos indicadores demonstram uma grande necessidade de capital de terceiros, para desempenhar suas atividades. Parte dessa necessidade advém das vendas realizadas

aos cooperados da cooperativa, que em sua maioria, compram insumos agropecuários para pagamento no final da safra, obrigando assim, que a cooperativa se capitalize por meio de empréstimos em instituições financeiras. Outro motivo que faz com que a cooperativa utilize capital de terceiros, são os investimentos que estão sendo realizados na Unidade de Armazenamento de grãos de Imbituba.

Como foi demonstrado e elencado, o endividamento da empresa é decorrente de mudanças que estão sendo realizadas no seu parque fabril. Foi constatado que a estrutura precisava passar por uma ampliação devido a demanda crescente na região, principalmente depois da ampliação do porto existente na cidade. Como a cooperativa não dispunha de recursos para tal benfeitoria em suas instalações, procurou recursos nos bancos governamentais de desenvolvimento, como BNDES e BRDE, que apresentaram taxas de juros extremamente atrativas e atenderiam a necessidade da cooperativa no momento.

Segundo as projeções da administração, em um curto prazo, pós-ampliação, as novas instalações na Unidade de Imbituba trarão retorno muito superior aos juros amortizados dos empréstimos o que conseqüentemente melhorará os indicadores de desempenho.

Nesse contexto, a partir de todas as sugestões dadas, acredita-se que o objetivo da pesquisa tenha sido cumprido tanto no sentido de contribuir para a empresa objeto de estudo quanto contribuído para maximizar o conhecimento acadêmico.

Como forma de não esgotar o estudo sobre tema fica ainda a sugestão de novas pesquisas sobre análise das

demonstrações contábeis a partir de outros índices relevantes e tendo como objeto de estudo outras cooperativas e, até mesmo, empresas de outros ramos e portes.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BLATT, Adriano. **Análise de balanços: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRASIL. **Lei 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971**. Política Nacional de Cooperativismo. Brasília – DF. Dez, 1971.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 10 abr 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma brasileira de contabilidade técnica 10.8 - IT 1 - entidades cooperativas**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1013.doc. Acessado em: 27 out. 2017

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE TUBARÃO.
Disponível em: <http://www.copagro.com.br/pt/>. Acesso em: 02 de março de 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine, **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRODANOV, Ermani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale 2013.

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva 2005.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica**. FAETEC/IST: Paracambi, 2007.

SILVA, Alexandre Alcântara da **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YOSHITAKE, Mariano; HOJI, Masakatu. **Gestão de tesouraria**: controle e análise de transações financeiras em moeda forte. São Paulo: Atlas, 1997.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÃO

*Lucila Estevão Tomé
Maria Aparecida Cardozo*

RESUMO

Os controles internos dentro da organização são fontes geradoras de informação contábil que se tornam fundamentais para que a contabilidade forneça dados que realmente condizem com a situação patrimonial em que a empresa se encontra. Com base nesse contexto, a pergunta desta pesquisa é: Quais os principais aspectos que evidenciam a necessidade do cumprimento dos métodos de controle interno dentro de uma organização? O objetivo geral é demonstrar os principais aspectos que evidenciam a necessidade do cumprimento dos métodos de controle interno dentro de uma empresa de importação e comércio de artigos esportivos e confecção. Trata-se de um estudo de caso de cunho exploratório, teórico e prático, dedutivo e qualitativo. Como resultado foi possível analisar os controles internos aplicados de forma que verifica-se solidez em alguns e deficiência em outros, concluindo-se que a empresa

necessita de um maior controle na parte de estoque. Então, sugere-se uma recomendação para a melhoria no sistema de controle interno da entidade estudada.

Palavras-chave: Informação contábil. Situação patrimonial. Métodos de controle interno.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, muitos empreendedores vêm buscando encontrar novas formas de reestruturar seus negócios analisando novos métodos de gestão em busca de um lugar com evidência em um mercado tão competitivo. As dificuldades em estabelecer um controle interno são encontradas em várias empresas em diferentes aspectos.

Para Crepaldi (2011), o controle interno compõe-se de estratégias que desempenham o papel de absorção de dados contábeis afins de que se tornem fundamentais para a geração de informações de uso da contabilidade. Para uma gestão de qualidade, o controle interno possibilita uma melhor organização de informações fazendo com que diminua os atos fraudulentos possibilitando os gestores controlar seu próprio patrimônio e acompanhar os acontecimentos financeiros da instituição.

Elaborando um controle interno eficiente, as empresas conseguem diminuir erros, fraudes e principalmente a ineficiência, possibilitando que essas entidades resguardem seus ativos e assegure a integridade das demonstrações e relatórios contábeis orientando e estimulando uma organização estrutural e funcional.

A empresa estudada foi fundada no ano de 2011 na cidade de Capivari de Baixo – SC afim de seguir o ramo de comércio de confecções e artigos esportivos. Enquadrada como ME, a empresa permite demonstrar os métodos de controle

utilizados e as medidas de administração adotadas comparando com os procedimentos de um controle interno considerado eficaz.

Diante da necessidade do controle interno como uma ferramenta de gestão para a microempresa que importa e comercializa confecções e artigos esportivos, este estudo tem a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os principais aspectos que evidenciam a necessidade do cumprimento dos métodos de controle interno dentro de uma organização?

O objetivo geral é demonstrar os principais aspectos que evidenciam a necessidade do cumprimento dos métodos de controle interno dentro de uma empresa de Importação e Comércio de Artigos Esportivos e Confecção.

Para alcançar o objetivo geral, são propostos os seguintes objetivos específicos: relatar conceitos, metodologias e princípios de controle interno; apontar quais os métodos de controle interno adotados pela empresa objeto desse estudo; analisar se os controles aplicados satisfazem a necessidade da empresa estudada; sugerir estratégias de controle interno para ser utilizada dentro empresa.

Um controle interno eficiente é uma ferramenta segura para contribuir no desenvolvimento de qualquer empresa. Departamentos estruturados e organizados fazem com que a administração do patrimônio da empresa seja mais eficiente, evitando erros não intencionais ou qualquer tipo de irregularidade. Garante ainda, que os métodos utilizados respeitem às políticas administrativas da entidade em questão.

O planejamento está diretamente ligado aos controles internos que uma empresa possui, porque é através deste que são definidos os padrões e metas utilizados. Entende-se por controle a ferramenta que irá proporcionar o alcance dos objetivos, supervisionando o desempenho dos processos comparando sempre com o que foi previamente planejado, mas também elaborando possíveis correções e adaptações.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Entende-se por controle interno, todas as ferramentas que uma entidade usa através de um sistema de informações para observar e monitorar as atividades e controlar seu patrimônio preservando sua integridade (CREPALDI, 2011).

Desse modo, são considerados métodos de controle todos os documentos, livros, papéis, formulários, e demais ferramentas de organização administrativa que forma um sistema no qual se possa avaliar de forma eficaz os fatos ocorridos na empresa para assegurar a tomada de decisão dos administradores (FRANCO; MARRA, 2001).

Após alguns conceitos sobre controle interno, torna-se perceptível a relevância deste para que uma entidade possa manter seus trabalhos de forma organizada. Embora as empresas de médio e grande porte necessitem de um controle interno eficaz para a sua sobrevivência, pode-se verificar que empresas de pequeno porte o dono da empresa é quem controla as atividades de praticamente todos os setores determinando

métodos e medidas para que se possa garantir a continuidade e crescimento da organização.

Para Almeida (2010), os princípios fundamentais do controle interno abrangem: a responsabilidade com que os funcionários executam a sua tarefa; a rotina interna em forma de manual com todas as orientações; o acesso limitado aos ativos por parte dos funcionários; a segregação das funções estabelecendo limitando assim esse acesso aos ativos; o confronto dos ativos com os registros de forma que não haja desfalque de bens; amarrações do sistema; auditoria interna de modo que demonstrem se os controles são eficientes; custos do controle e benefícios e as limitações do controle interno a funcionários que não são instruídos adequadamente com relações às normas internas.

Com base nesse contexto, à medida que uma organização toma proporções, torna-se impossível somente o dono controlar todas as operações. Quanto maior a entidade, mais complicada torna-se a organização estrutural, fazendo com que muitas atividades antes praticadas pelo dono, se deleguem a funcionários com devido comprometimento com a gestão do negócio (ATTIE, 1998).

Percebe-se com esse conceito que o controle interno age como medidor da situação operacional e a correta mensuração do patrimônio da entidade fazendo com que se torne uma ferramenta necessária para uso da contabilidade, pois ajuda a sugerir autenticidade às demonstrações executadas.

Para o cumprimento dos procedimentos de controle interno, existem variadas técnicas utilizadas que proporcionam o

cumprimento do objetivo que é monitorar e supervisionar o sistema.

Via de regra, os quatro objetivos principais do controle interno segundo Attie (1998) são: a preservação dos interesses da empresa; a exatidão dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o incentivo à eficácia operacional e; a adesão às políticas existentes.

Com relação à preservação dos interesses da empresa, o controle interno busca proteger o patrimônio da entidade contra possíveis perdas ou irregularidades que possam ocorrer. Cada departamento deve encarregar-se de zelar a parte que lhes cabe afim de os bens e direitos da empresa estejam assegurados.

Conforme Crepaldi (2012), para que a preservação dos interesses da entidade seja feita de forma eficiente, pode-se verificar alguns meios que podem fornecer este suporte: Segregação de funções, Sistema de autorização e aprovação, Determinação de funções e responsabilidade, Rotatividade de funcionários, Manutenção de contas e controles e Legislação.

Acerca da exatidão dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais, o controle interno compreende a geração de dados gerenciais que evidenciam de forma clara todos os eventos realizados na empresa de forma que a administração possa tomar decisões de maneira segura (ATTIE, 1998).

Uma entidade necessita de relatórios que demonstrem fatos do dia-a-dia de cada setor de forma que os diretores e pessoas de maior interesse acompanhem constantemente os fatos ali apresentados. Para que isto seja possível, os principais meios que fornecem este suporte são: documentações

transparentes, conciliações bancárias, plano de contas atualizado, dentre outros.

O objetivo do controle interno de acordo com o incentivo à eficácia operacional estabelece ordenar os meios básicos para a realização das tarefas propostas.

Para Attie (1998), uma empresa que estabelece meios para casa realização de tarefa para cada setor necessita seguir uma linha de raciocínio e conduta. Os principais meios para desempenhar o incentivo à eficácia operacional são: seleção, treinamento, plano de carreira, manuais internos, instruções e normas etc.

No que diz respeito à adesão às políticas existentes, o controle interno desempenha o papel de garantir que os objetivos da administração sejam corretamente seguidos pelo pessoal.

Para que uma empresa continue funcionando e obtendo resultados satisfatórios, é necessário que se tenha uma estrutura de apoio fundamental à união das atividades fazendo com que cada pessoa de cada setor trabalhe de forma coerente conduzindo toda a equipe para o mesmo objetivo. Os principais exemplos para se seguir a essa adesão são: supervisão, auditoria interna e sistema de revisão e aprovação (ATTIE, 1998).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Quanto *enquadramento metodológico* trata-se de uma pesquisa exploratória, pois segundo Beuren (2008), pretende-se

analisar o tema com maior aprofundamento fazendo com que se torne mais claro, contribuindo para a elucidação dos pontos citados superficialmente e de um estudo teórico e prático. Por se tratar de um estudo teórico torna-se fundamental a pesquisa bibliográfica, pois é a partir dela que se baseia a pesquisa realizada (BEUREN, 2008). É considerada prática por se basear no questionamento direto com as pessoas nos quais o procedimento se pretende analisar (GIL, 2010).

A lógica da pesquisa se dá de forma dedutiva, visto que parte dos conhecimentos gerais para um estudo específico sobre controle interno. Toda alegação dedutiva demonstra de maneira esclarecedora a informação (MARCONI; LAKATOS, 2006). A coleta se desenvolve a partir de dados primários, pois foram obtidos diretamente em campo na forma de entrevista e secundário, pois também há coleta de informações através de relatórios da empresa estudada.

Em relação à abordagem da pesquisa, o estudo se classifica como qualitativo uma vez que não se utiliza de cálculos estatísticos complexos para que o resultado seja alcançado. Porém, cabe ressaltar que alguns aspectos quantitativos devem ser considerados, pois conforme Gonçalves (2014), na pesquisa quantitativa coletam-se elementos através da aplicação de métodos e técnicas estatísticas de uma maneira simples até aquelas mais complexas.

Quanto ao resultado da pesquisa pode-se afirmar que se trata de um estudo aplicado uma vez que gera conhecimento em resposta a solução da pergunta: Quais os principais aspectos que evidenciam a necessidade do cumprimento dos métodos de

controle interno dentro de uma organização? Para Gil (2010), já que o estudo de caso compõe-se de mecanismos de coleta de vários dados, o processo de análise pode simplesmente abranger métodos de análise diferenciados.

Os procedimentos técnicos transcorrem por uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Bibliográfica com o objetivo de engrandecer o conhecimento sobre o tema e despertar a visão sistêmica na ciência contábil e estudo de caso, pois envolve um estudo relevante de uma única empresa. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram na forma de observação e documentação. A coleta de dados de documentação se dá a partir de documentos que não foram analisados anteriormente ou que podem ser recriados conforme for o objetivo da pesquisa (BEUREN, 2008). Já a observação é um método de coleta de dados no qual não representa somente ver e ouvir, mas também em investigar os fatos ou manifestações que se almeja estudar (MARCONI; LAKATOS, 2010).

No que se refere aos procedimentos para coleta e análise de dados, considera documentos de controles financeiros como, por exemplo, as conciliações bancárias, extratos bancários, relatórios de contas a pagar e a receber em *Excel*. Relatórios e análises retirados diretamente do sistema que a empresa possui, além de entrevista informal com o supervisor financeiro, contador e demais colaboradores.

Já os controles de estoque no qual foi destaque da pesquisa, foram obtidos dados também do sistema, planilhas que são alimentadas diariamente, dados retirados diretamente do *site*

da empresa e também através da observação das funções e processos de cada colaborador inclusive o diretor da empresa no qual exerce grande importância para a tomada de decisão.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O primeiro objetivo específico é relatar conceitos, metodologias e princípios de controle interno. Tem-se como resposta que o conceito de controle interno dentro de uma entidade compreende um conjunto de procedimentos e técnicas que tem como objetivo geral monitorar e proteger o patrimônio (ALMEIDA, 2010).

Dentro de uma organização, o sistema de controle interno garante que os métodos e processos utilizados em cada setor estejam de acordo com o que foi realizado na prática. Quando se é examinado o controle de uma empresa, analisa-se também se os dados obtidos estão de acordo para garantir a fidedignidade das informações.

Os princípios fundamentais do controle interno compreendem: a responsabilidade, rotinas internas, acesso aos ativos, segregação das funções, confronto dos ativos com os registros, amarrações do sistema, auditoria interna, custos do controle e benefícios e também as limitações do controle interno (ALMEIDA, 2010).

São consideradas metodologias de controle todos os documentos, livros, papéis, formulários, relatórios, planilhas e demais ferramentas de organização administrativa para auxiliar

na tomada de decisão dos administradores (FRANCO; MARRA, 2001).

São inúmeros os erros que muitas vezes passam despercebidos pelos empresários, erros nos processos administrativos, financeiros, estoques, compras e esses fatores contribuem para um maior interesse nessa parte. Outra preocupação é em relação às fraudes das informações que são geradas pelos sistemas de controle interno, faz-se necessário então a verificação de valores morais e éticos na contratação de novos funcionários.

A redução dos riscos internos se dá através da cooperação dos responsáveis envolvidos, enquanto que os riscos externos requerem a compreensão das forças competitivas enfrentadas pela empresa (DIEHL; WEBER, 2014).

Verifica-se a necessidade de atribuições dos funcionários devidamente claras e delimitadas para garantir que estes cumpram os métodos de controle propostos evitando assim a possibilidade de erros e fraudes nos processos. É importante também limitar o acesso de funcionários na obtenção de dados de ativos e determinar procedimentos de controles físicos sobre esses.

Para tanto, nota-se a indispensabilidade de um sistema de controle interno eficaz de modo que as informações geradas possam dar uma maior segurança no processo de tomada de decisão por parte dos diretores.

Conforme Attie (1998), os controles inerentes à contabilidade e também para a administração podem ser classificados em: controles contábeis abrangendo o plano de

organização e todos os procedimentos relacionados, sobretudo para a salvaguarda de patrimônios e autenticidade dos registros contábeis; controles administrativos que englobam os processos que envolvem a eficiência operacional e às deliberações da administração.

O segundo objetivo específico é apontar quais os métodos de controle interno adotados pela empresa estudada. Nesse sentido a empresa objeto desse estudo possui um alto volume de circulação de mercadorias que transitam internamente devido à grande quantidade de recebimento de mercadorias que a empresa recebe de seus fornecedores. A fabricação das peças é realizada uma vez no mês, pois são efetuadas por terceiros onde primeiramente são compradas as matérias primas e posteriormente encaminhadas a estes fornecedores que fazem desde a confecção até a finalização das peças.

O prazo para entrega dos produtos se dá em torno de trinta dias e este prazo não é a empresa que define já que existem fornecedores que entregam por exemplo no dia 10, outro dia 15 e assim sucessivamente. Essa forma de entrega se torna vantajosa, pois desta forma não acumula mercadorias para conferência fazendo com que a empresa consiga disponibilizar o mais rapidamente essas mercadorias para venda que se dá em torno de dois dias. Se no caso a mercadoria for um produto lançamento, ela vai para um estoque separado aguardando a foto do produto ser efetuada. Uma vez no mês acontece uma seção de fotos de produtos lançamentos ou com outra necessidade e

após a realização das fotos, os estoques são abastecidos nos canais de venda.

A quantidade de produção é analisada através de um estudo das vendas gerais dos últimos três meses de modo que o estoque seja suficiente para as vendas dos próximos três meses continuamente. Dessa forma, se nos meses analisados foram vendidas 100 calças, por exemplo, a empresa necessita que este número esteja disponível para os três meses subsequentes. Visto que trinta dias é o prazo para recebimento das mercadorias pelos fornecedores, e outros trinta dias para recebimento de matéria prima, somam-se um total de sessenta dias desde o processo de compra de matéria prima até o recebimento das peças prontas na empresa. No entanto, a empresa também trabalha com um estoque regulador de insumos, por exemplo, tecidos mais utilizados, embalagens, etiquetas, fazendo então pedidos mensais para os fornecedores.

Esses relatórios com estudo das vendas, estoques de insumos são realizados pela pessoa responsável pelo setor de compras. É ela que faz todo o controle do que será necessário de insumos, tecidos, e produto acabado para as vendas dos próximos três meses e também responsável por gerar ordem de produção, ficha de técnica dos produtos, remessa de insumos para os fornecedores.

No momento em que a mercadoria chega à empresa, é feito a identificação para qual ponto de venda ela se destina que no caso são cinco pontos *online* sendo dois *sites* próprios e três *marketplace*. O termo *marketplace* deriva da palavra em inglês “*market*” que significa “mercado” e “*place*” que significa

“lugar” podendo assim ser conceituado como um espaço que ocorre comércio de bens e serviços sendo eles em espaços físicos ou *online*.

Quem recebe e confere as mercadorias que chegam dos fornecedores são os responsáveis pela expedição, que são os mesmos que separam os pedidos, fazem toda a parte de embalagem e direcionam para as transportadoras responsáveis pelas entregas. Geralmente na parte da manhã eles separam e preparam os produtos para as transportadoras e no período da tarde eles organizam o estoque, reabastecem os produtos que saíram nas prateleiras ou conferência de mercadorias que chegam dos fornecedores caso tenha sido entregue na empresa.

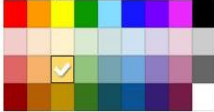

O procedimento para a conferência se dá no recebimento das mercadorias do fornecedor, conferência através da nota fiscal e após isso é encaminhada ao responsável pela definição de qual mercadoria vai para qual ponto de venda. O responsável faz uma divisão das peças através de uma planilha primeiramente e logo após, é feito o abastecimento de cada canal de venda que a empresa possui mencionados anteriormente.

A divisão das quantidades é definida através do estudo da venda, que se procede em fazer uma análise de um percentual através de relatórios dos últimos três meses retirados do *software* que a empresa possui. De modo que se a empresa recebe 100 calças e é demonstrado no relatório que no canal de venda X vende 50 em um mês e nos demais vende 10 calças em cada um, conseqüentemente irão 50 para o canal X e 10 para os demais respectivamente.

Como a empresa não possui um sistema integrado, cada site possui um sistema independente e o *software* onde a empresa realiza a entrada das notas que chegam dos fornecedores junto com a mercadoria. Cada um dos *marketplaces* possui um painel aonde são cadastrados manualmente os produtos alimentando seus estoques e nos sites próprios da empresa também são realizados cadastros manualmente. O estoque da empresa é dividido em três já que possui apenas um software interno e cinco painéis de cinco canais de venda tornando obrigatório um estoque separado uma vez que se vender em dois canais ao mesmo tempo e não for efetuado a baixa, acaba ocorrendo a falta do produto para a entrega para o cliente. Nas figuras 02 e 03 é possível visualizar observar 2 dos 5 painéis onde é realizada a manutenção de estoques e qualquer alteração que a empresa julga necessária.

Figura 02: Painel de controle de estoque.

Variável 2 **Complete os dados**
Excluir

Cor principal:  Cor Secundária: 

Tamanho*	Quantidade*	Código do produto (SKU)	Mais especificações	
38	99	1749caquiclaro	Mais especificações	
46	100	1749caquiclaro	Mais especificações	
44	100	1749caquiclaro	Mais especificações	
36	100	1749caquiclaro	Mais especificações	
42	100	1749caquiclaro	Mais especificações	
40	100	1749caquiclaro	Mais especificações	
48	100	1749caquiclaro	Mais especificações	

[Adicionar tamanho](#)

Adicione fotos desta variável
Mostre o seu produto no detalhe, com fundo branco e bem iluminado. Não inclua logos, banners nem textos promocionais.









Foto principal

Fonte: Retirado do site Mercado Livre.

Figura 03: Painel de controle de estoque.

Nome	SKU	Criado	Preço Original	Preço Promocional	Preço Sugerido	Disponibilidade	Visível	Ativo	Ações
Moletom Capoulu Alfa Casual Casca Mesclia Escuro - G	1228MACRASHMEESCG	21 Aug 2017	299,90	154,90		4	✓	ON	Editar
Calça Alfa Saria Ching Prata - 46	1379ALCHPR46	01 Jun 2017	259,90	109,90		9	✓	ON	Editar
Bonê Alfa 5 Panel Camo Prato - Único	1280BASPANELCAMO	04 Jul 2016	179,90	-		66	✓	ON	Editar
Moletom Prime Symbol Escuro Mesclia Escuro E Prato - G	2149MOPPRETEMESCG	14 Jun 2017	279,90	114,90		1	✓	ON	Editar
Bonê Prime 5 Panel Marreta Preto - Único	2024BPRMARPTOU	05 May 2017	99,90	59,90		43	✓	ON	Editar
Bonê HGLF Red Logo Vermelho - Único	1486LOGORED	23 Sep 2016	149,90	-		28	✗	ON	Editar
Moletom Alfa Candy Raglan Slogan Preto / Mesclia - M	1783MORAGSLOGPRTM	20 Jul 2017	208,90	129,90		-	✗	ON	Editar
Calça High Life Saria Slim Ching Prata - 42	2281CHGCHPRETA42	14 Jun 2017	199,90	109,90		1	✓	ON	Editar
Calça Alfa Saria Slim Marrom - 52	1125CAMARROM52	22 Mar 2016	259,90	109,90		4	✓	ON	Editar
Calça Prime Saria Slim	1414CPBMARROM42	22 Mar 2016	194,90	109,90		3	✓	ON	Editar

Fonte: Retirado do site da plataforma GFG.

Para evitar esses transtornos, a empresa optou em trabalhar com estoques separados em cima de demanda para cada canal de venda, o que aquele canal necessita em um mês, ele terá disponibilizado em seu estoque separadamente.

No que se refere aos controles financeiros, a empresa realiza a importação do arquivo XML das notas de entrada e

automaticamente geram os lançamentos à pagar ou o modo de pagamento que foi aplicado naquela compra. A partir do momento que é realizado o pagamento através do banco, o título a pagar é baixado do sistema para que haja uma conciliação entre sistema e o documento em mãos. Da mesma forma ocorre com as vendas, no momento da emissão das notas fiscais o sistema automaticamente lança um título a receber e quando o cliente efetua o pagamento, o financeiro baixa o arquivo de retorno no banco no sistema baixando este título. Todo final do mês é enviado à contabilidade as conciliações bancárias com toda a movimentação do mês para que tudo que for lançado no sistema da empresa esteja de acordo com o sistema da contabilidade. Dessa forma, no final do ano o contador juntamente com o diretor da empresa realiza uma reunião para discutir os resultados e um possível planejamento tributário para o ano seguinte.

Uma das dificuldades que a empresa encontra é devido às vendas ser online, ocasionando oscilação de um dia para o outro, por exemplo, se é feriado, início de mês, final do mês e final de semana. O canal de venda também é inconstante, por exemplo, o que vende e o que não está vendendo muito são uma das principais dificuldades. Outro obstáculo é quando o menor canal de venda resolve vender todo o estoque de um determinado produto e então a empresa acaba ficando sem nenhum daquele produto para vender nesse determinado canal.

Outro fator é a sobra desse produto em outro canal ocasionando uma possível perda de venda no canal onde o produto ficou zerado, tudo isso demanda de muito trabalho

manual. Uma alternativa para este caso é o setor de compras emitirem a ordem de transferência de mercadoria de um estoque para o outro que está em falta para o pessoal da expedição e simultaneamente alterar nos painéis dos canais de venda.

Em seguida a expedição recebe essa ordem de transferência e se encarrega de transferir essas mercadorias nos estoques, o que habitualmente ocorre toda semana. Semanalmente também é realizada uma conferência nos estoques para que haja um equilíbrio de produtos entre si em virtude da percepção dos volumes de vendas através dos gráficos.

Além de que uma vez no mês é feito a contagem total do estoque para que sejam identificadas possíveis irregularidades já que atualmente o sistema não possui bipagem no momento que a mercadoria é embalada.

Todo esse processo que é feito para alimentar o estoque, acaba sendo ineficaz devido ao constante trabalho manual de toda a equipe. Tudo isso demanda muito tempo e atenção extrema o que muitas vezes deixa a desejar devido aos erros cometidos.

Para cumprir com o último dos objetivos específicos que é sugerir estratégias de controle interno para ser utilizada dentro empresa objeto de estudo, propõe-se então a implantação de um novo sistema muito mais moderno, prático, e que principalmente irá contribuir com a diminuição de trabalhos manuais e eventuais erros.

Com o sistema novo, o estoque será alimentado apenas pelo sistema que junto a ele terá um integrador e este integrador

irá se conectar com todos os cinco canais de venda que a empresa possui. Dessa forma, cadastrando um produto no servidor e fazendo a atualização do estoque, automaticamente passa essa informação para o integrador e este mesmo integrador já atualiza todos os canais de venda com o mesmo estoque cada um. Por exemplo, verifica-se a disponibilidade de 5 produtos de tamanho P, então irá aparecer em todos os estoques de maneira igual essa quantidade. A partir do momento que vender 1 P desses produtos, o integrador fará uma atualização que é feita a cada 30 segundos ou 1 minuto e fará a baixa de 1 tamanho P em todos os 5 estoques deixando todos iguais e então retorna à informação para o sistema.

Com os recursos desse novo sistema, a empresa não perderá chances de venda e também evitará que ocorra a venda de um mesmo produto no mesmo estoque, pois se não houvesse a troca de informações entre sistema e integrador, corria o risco de não ter o mesmo produto para essas duas vendas.

Torna-se então importante que o sistema faça as devidas baixas automáticas para que seja feita a atualização do estoque de modo instantâneo, pois a partir do momento que ocorre uma venda, ele atualiza todos os 5 canais, volta a informação para o integrador e o integrador devolve a informação para o sistema atualizando assim o estoque no próprio sistema. Mas para que toda essa comunicação ocorra, o servidor da empresa necessitará que esteja ligado 24h por dia o que terá que ter uma sala especial climatizada afim de que seja preservada a vida útil do equipamento.

No que se refere à entrada das mercadorias no estoque, o sistema conta com um serviço de bipagem de produtos, sendo assim, a mercadoria chega do fornecedor, em seguida é feita toda a conferência necessária e aí então é feita a importação da nota para o sistema.

Após esse procedimento, o responsável fará a bipagem de cada produto corretamente e automaticamente o estoque será alimentado no sistema e no mesmo instante esses produtos entrarão para todos os canais de venda. Como os canais de venda e o estoque do sistema já estarão devidamente preenchidos, esses produtos então irão para as prateleiras num único estoque.

Da mesma maneira irá ocorrer com caso a empresa receba algum lote de mercadorias com defeito, será feita uma nota de devolução de compra e automaticamente o sistema irá entender que será necessário efetuar a baixa no sistema e consequentemente nos canais de venda fazendo com que esses produtos estejam indisponíveis para venda.

Com relação ao processo de venda de mercadorias, no instante que o cliente realizou a compra, o sistema reservará este determinado produto e o deixará indisponível nos outros canais. Em seguida a expedição separa este produto na prateleira, processa e imprime a Nota Fiscal de maneira simples e eficaz e então assim a mercadoria poderá seguir seu destino até o cliente. Com todos esses processos simplificados, a empresa contará com a diminuição dos trabalhos manuais que atualmente ocorre devido ao sistema atual apresentar muitas limitações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do que foi exposto nesta pesquisa, foi possível identificar os aspectos que evidenciam a necessidade de uma ferramenta de controle interno dentro de uma organização.

Empresas que trabalham de uma forma desorganizada e possuem métodos de controle totalmente ineficientes dificilmente sobreviverão ao mercado. Torna-se então necessário que a empresa trabalhe diariamente na exigência de métodos que forneçam dados concretos a fim de obter uma maior profissionalização dentro da organização.

É fundamental que os gestores deem a devida importância e estejam cada vez mais atentos quanto à maneira que a empresa aplica os controles, criando um ambiente onde dificilmente ocorrerão desvios e fraudes conquistando assim uma administração de acordo com as diretrizes da empresa.

Diante dos resultados demonstrados nesta pesquisa, conclui-se que a empresa faz uso de métodos de controle interno tanto relativo à parte financeira e contábil, mas também com relação aos estoques e processos.

Visto que a empresa estudada é relativamente nova no mercado, constatou-se que ela possui uma boa estrutura, principalmente na parte de controles financeiros, contábeis onde todo controle é monitorado de perto pelo diretor através dos resultados obtidos.

Porém na parte de controle de estoques, é onde ocorre a deficiência devido ao sistema não ter potencial para acompanhar a evolução e tecnologia que a empresa necessita para a melhoria

no processo desde a entrada da mercadoria até a saída para o consumidor.

Diante da necessidade de um sistema mais moderno e eficaz, a empresa migrará do sistema atual para outro que atenderá as necessidades evitando assim os trabalhos manuais que atualmente são feitos e erros que frequentemente ocorrem.

Por fim, conclui-se a pesquisa demonstrando a importância que os processos de controle interno trazem para as empresas, possibilitando não só a redução de perdas e fraudes, mas também contribuindo para um bom funcionamento, melhor aproveitamento das informações, e principalmente favorecendo grandemente a evolução e lucratividade nas organizações.

Nesse sentido a pesquisa cumpre seu objetivo geral de demonstrar os principais aspectos que evidenciam a necessidade do cumprimento dos métodos de controle interno dentro de uma empresa de Importação e Comércio de Artigos Esportivos e Confecção e, sem a pretensão de esgotar o assunto, deixa uma abertura para novas pesquisas sobre o tema considerando empresa de outros ramos e portes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** um curso moderno e completo: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, William. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial teoria e prática.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil teoria e prática.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIEHL, Carlos Alberto. WEBER, Elson Luciano. Gestão de riscos operacionais: um estudo bibliográfico sobre ferramentas de auxílio. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ.** 2014. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/2837/2313>. Acesso em: 19 ago. 2017.

FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria; procedimentos e papéis de trabalho; programas de auditoria e relatórios de auditoria.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

A VIABILIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO OU A PRODUÇÃO PRÓPRIA DE PEÇAS JEANS PELA EMPRESA ALFA - EPP

*Manoela Ramos Lopes
Edilson Citadin Rabelo*

RESUMO

O estudo tem como objetivo avaliar se a terceirização é vantajosa para empresas têxteis de pequeno porte, tomando como estudo a empresa ALFA, sob o enfoque da contabilidade gerencial e da contabilidade de custos. A investigação é de cunho explanatório, caracterizado como estudo de caso com análise documental, abordagem quali-quantitativa e dedutiva, com fundamentação bibliográfica e sem entrevistas. Os resultados mostram quando os custos de mão de obra são reduzidos pela metade, em termos de valor presente líquido (VPL) do fluxo de caixa entre as empresas do setor têxtil, tal resultado, demonstra que a terceirização traz de volta a competitividade para o segmento nacional, em particular para os pequenos produtores. É de fácil compreensão, que os impactos da terceirização sobre pequenas empresas no ramo de tecelagem, como é o caso da empresa Alfa, considerando que num período de 24 meses, o VPL (valor presente líquido) das

melhorias é de R\$ 138.550,35 ao passo que o custo de implementação é de R\$ 90.402,60, indica que é uma medida bastante positiva buscar o processo de terceirização. Por fim, conclui-se que a terceirização é uma estratégia vantajosa em todos os cenários, com reduções de custos significativas para a empresa, e deve ser priorizada como base de tomadas de decisões.

Palavras-chave: Terceirização; Indústria Têxtil; Viabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A terceirização de certas operações no contexto econômico em que o Brasil se encontra, é de suma importância, visto que, é um dos temas centrais da atual reforma trabalhista, e que vislumbra a possibilidade de terceirização das atividades-fim de muitas empresas, com intuito em redução dos custos de produção, principalmente aqueles associados ao emprego de mão-de-obra direta.

Entretanto, existem dúvidas sobre a efetividade da terceirização, se traz vantagens diretas sobre os custos e sobre as relações de trabalho, ou seja, se permite um gerenciamento de indivíduos mais eficiente por tratar de um volume menor de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, a terceirização torna mais difícil o gerenciamento de processos empresariais e a gestão de qualidade do produto, e ainda precariza as relações de trabalho. Ambos os aspectos têm impacto direto no fluxo de caixa e precisam ser avaliados do prisma da contabilidade gerencial.

Diante dessas constatações, importa esclarecer que o estudo trata a respeito do tema custos no segmento Têxtil, cujo a pergunta de pesquisa eleita à pesquisa tem o seguinte enunciado: É viável a terceirização de peças jeans pela empresa ALFA – EPP?

Assim, tem-se como objetivo geral desta pesquisa avaliar se a terceirização é vantajosa para empresas têxteis de pequeno porte, tomando como estudo de caso a empresa ALFA, sob a ótica da contabilidade gerencial e da contabilidade de custos. Os objetivos específicos são: i) coletar dados econômicos a respeito

de produção e custos na referida empresa; ii) associar as despesas nos processos operacionais relativos a funcionários e terceirizados; iii) identificar a redução na carga tributária; iv) avaliar se existem menores custos de fato com mão-de-obra direta na composição do Custo de Mercadorias Vendidas (ou Serviços Prestados).

A relevância investigativa do estudo se afirma pela necessidade de se examinar a relação dos custos em função da estrutura produtiva da Indústria ALFA, especialmente tendo-se em vista a representatividade econômica dessa organização em caso de produzir ou terceirizar sua produção. Cabe destacar que, como forma de preservar o nome real da empresa, optou-se por chamar de Empresa Alfa.

Nunca é demais informar que razões de ordem prática e motivos de natureza teórica concorrem para justificar a investigação proposta. Dessa forma, com relação ao primeiro aspecto, pretende-se dar respostas a questões específicas acerca do comportamento dos custos em função da terceirização da produção da indústria ALFA.

A organização da pesquisa e aplicação do estudo de caso está prevista e organizada da seguinte maneira: O primeiro capítulo contém a introdução, justificativa, pergunta de pesquisa, tais como os objetivos do estudo. No que se refere à ordem teórica, tem por fim discutir os princípios contábeis e econômicos da terceirização, bem como, o impacto desta estratégia na contabilidade fiscal, tributária e de custos, ou seja, descrever o estudo de caso atualmente, as características fiscais da empresa ALFA, e seus custos com funcionários, por fim,

avaliar como se darão os impactos de diferentes estratégias de terceirização, apontando as mudanças fiscais e de custos sobre a empresa, desta forma, pretende contribuir com análise das potencialidades e fragilidades do caso examinado e efetuar encaminhamentos que expliquem o entendimento a respeito da terceirização.

Na sequência, apresenta-se os aspectos metodológicos, seguidos pelos capítulos de relatório de estágio e considerações finais onde serão apresentados os dados obtidos, com as demonstrações visando atingir o objetivo geral do trabalho.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nesta seção, será apresentado o referencial teórico que norteia a pesquisa. A primeira seção será dedicada a uma revisão dos estudos sobre terceirização, em particular da sua evolução e da forma como é abordado pela contabilidade. A segunda seção será dedicada à avaliação das mudanças tributárias e legais associadas à nova lei de terceirização. E a terceira seção será dedicada à revisão de literatura de contabilidade gerencial e de custos, instrumento utilizado para avaliar as vantagens da terceirização para a empresa ALFA.

2.1 A terceirização de processos

A terceirização pode ser descrita como um processo de transferência de funções que podem ser executadas por outras

empresas (GUIMARÃES, 1993). Essas funções incluem atividades de apoio (atividades-meio) ou aquelas diretamente relacionadas com o processo de produção da firma (atividades-fim). A extensão dessas funções compreende os serviços de limpeza e conservação, preparação e distribuição de alimentos, telefonistas, manutenção geral, vigilância, serviços de controle de qualidade, movimentação de materiais etc.

O processo de terceirização não é recente, ainda que apenas recentemente o debate tenha ganhado os meios públicos de mídia e a atenção mais volumosa da academia. Os primórdios da técnica de contratar serviços originaram-se por volta de 1940, nos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial (PEDRIALI, 2004; CRUZ *et al.*, 1999). As indústrias da época precisavam concentrar-se na produção e passaram algumas atividades de suporte à produção dos armamentos a outros empresários prestadores de serviços.

Fazia-se necessário uma diversificação na mão-de-obra, como o escopo de gerar mais agilidade e menos complexidade na produção industrial, tal situação necessitava de um Estado pouco interveniente (CARVALHO, 2017), no qual a intervenção estatal nos contratos privados fosse preterida à liberdade que as duas partes teriam em firmar os próprios acordos com garantias próprias.

Utilizando as metodologias base de gerenciamento de processos, é possível atingir níveis elevados de produtividade e qualidade, mesmo que processos chave para a elaboração do produto ou prestação de serviço não seja diretamente monitorada ou fiscalizada pela empresa contratante.

Esta estratégia norteia a evolução da terceirização como uma forma prática e barata de redução de custos, delimitada a partir da redução de necessidade de espaço físico para operação e concentração dos custos com mão de obra direta, que a depender do tipo de negócio caracteriza até 60% do CMV (FOTACHE, HURBEAN, 2006), facilitando assim a estrutura operacional de empresas com plantas diversificadas e pulverizadas geograficamente.

2.1.1 Terceirização no Brasil

No Brasil, a evolução da terceirização decorre diretamente do processo de renovação econômica que ocorre junto com o Plano Real. Observando-se a evolução recente da economia brasileira, especialmente a partir do início da década de 90, é possível destacar um rol de importantes transições econômicas, sociais, demográficas e tecnológicas, com profundas implicações para a evolução do mercado de trabalho e para as mudanças nas relações de emprego. Essas transições devem ser entendidas como indo muito além de sua influência sobre o nível das principais variáveis que compõem o mercado de trabalho, afetando-lhe, também a dinâmica e as estruturas regional, setorial e ocupacional (CHAHAD, 2003).

A primeira transição, e talvez a mais importante, refere-se à passagem de uma economia inflacionária para outra, na qual se convive com a estabilidade de preços. A passagem de um regime de altas taxas inflacionárias para outro de estabilidade de preços acarretou, para a sociedade brasileira,

outros impactos sobre o mercado de trabalho além da elevação do desemprego e da informalidade (CHAHAD, 2003).

A segunda transição diz respeito à passagem de uma economia fechada para uma economia aberta. O processo de abertura comercial teve impactos setoriais bastante nítidos (CHAHAD, 2003). Além disso, destaca-se que a liberalização da economia vem acompanhada de um conjunto de características que afetam também, de forma indireta, o mercado de trabalho, gerando assim condições para a implementação de regimes de trabalho terceirizados, onde a execução de processos operacionais não centrais passa a ser não somente prática priorizada, como também mais eficiente do ponto de vista contábil (PEDRIALI, 2004).

A terceira transição refere-se ao surgimento e proliferação de formas atípicas de ocupação e de novos contratos de trabalho, requerendo mudanças institucionais em todos os campos da vida econômica, originando um extenso e profundo processo de informalidade, o qual, no mercado de trabalho, tem contribuído para a flexibilização das relações de trabalho. As dificuldades políticas, devidas ao conflito de interesses entre empregadores, trabalhadores e governo, resultaram em uma modificação parcial das leis trabalhistas (CHAHAD, 2003).

Com todas estas mudanças institucionais importantes, a terceirização dos processos produtivos começa a ser utilizada por empresas com o intuito de diminuir a dependência de gerenciamento de pessoas em processos operacionais, facilitando assim o gerenciamento de pessoas nestes processos.

O avanço das práticas de flexibilização no mercado de trabalho, sem a participação ativa dos sindicatos, limitou a padronização das novas regras e a ressonância dos seus efeitos positivos, além de cooperar para o aprofundamento do processo de informalidade, causando ainda uma diminuição das receitas do sistema de seguridade social público (CHAHAD, 2003).

Esta limitação chegou ao fim recentemente, com a lei nº 13.429, que regulamenta e modifica as normas de contratação de funcionários terceirizados. Antes de discutir sobre a lei, entretanto, é importante discutir a relevância de outras experiências internacionais com o processo de terceirização.

2.2 A lei 13.429 e a nova regulamentação da terceirização

A lei nº 13.429 estabelece novas relações para o mercado de trabalho. De acordo com esta lei, a terceirização das atividades fim passa a ser regulamentada, possibilitando que as empresas terceirizadas contratem os funcionários da empresa contratante, e se responsabilize pelos impostos e direitos trabalhistas.

Para tornar clara a exposição da lei e de suas mudanças, delimita-se uma seção que defina todas as características da lei, para então comentar as mudanças associadas à nova lei, e como esta mudança afeta na organização legal e nos custos com mão de obra das empresas que terceirizam a sua mão de obra.

2.2.1 Comentários sobre a mudança legislativa

Interessante dessa lei é que, ao alterar certos dispositivos da lei 6.019/74, incluiu em seu texto um regulamento sobre terceirização, como se fossem institutos iguais, quando, efetivamente, são contratos de natureza diversa. No trabalho temporário há fornecimento de mão de obra à tomadora de serviços, por meio de empresa interposta, empresa de trabalho temporário, nas hipóteses admitidas pelo sistema jurídico.

Expressa a nova redação do artigo 2º da lei 6.019, que, "Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços".

Assim, o trabalho temporário é prestado por uma empresa de trabalho temporário a qual, na forma do novo artigo 4º da referida lei, é a pessoa jurídica devidamente registrada no Ministério do Trabalho, responsável pela colocação de trabalhadores à disposição de outras empresas temporariamente.

Já o trabalho terceirizado, de acordo com o artigo 4º A, é realizado por uma empresa prestadora de serviços a terceiros, pessoa jurídica de direito privado, destinada a prestar serviços determinados e específicos, o que diferencia esse tipo de trabalho do realizado por uma empresa específica de trabalho temporário.

O grande conflito existente na terceirização, e que atravança toda a Justiça do Trabalho e que é a "pedra no sapato"

das empresas em todo o país, talvez por uma falta de técnica dos legisladores, não foi diretamente solucionado, o que poderá levar os Tribunais a continuar decidindo de acordo com a súmula 331 do TST, mantendo os mesmos problemas atualmente existentes, a não ser que norma posterior, ou decisão do STF, venham a esclarecer melhor o objetivo da lei. É que a referida súmula, como é sabido, proíbe a terceirização nas atividades – fim, apenas entendendo válidos os contratos de terceirização nas atividades-meio.

Ao regulamentar o trabalho temporário, no artigo 9º da Lei nova, em seu parágrafo 3º, está expresso que, "O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividade-meio e atividade-fim, a serem executados na empresa tomadora de serviços". Entretanto, sendo essa a questão principal da terceirização, o legislador, quando na Lei trata da terceirização diz no parágrafo 2º do artigo 4º A, que "Não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios das empresas prestadoras de serviço, qualquer que seja seu ramo, e a empresa contratante".

Com todas as vênias, se o legislador fosse um pouco mais atento inseria, após "qualquer que seja seu ramo, a alternativa – ou atividade –", o que não foi feito, possibilitando discussões infundáveis sobre a possibilidade de terceirizar em todas as atividades, ainda mais que, na mesma lei, para o trabalho temporário, registrou-se a viabilidade de que seja ele realizado nas atividades-fim e meio.

A lei, em seu artigo 4º B, exige requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros,

inclusive capital social compatível com o número de empregados. Admite, no artigo 5º A que o contratante seja pessoa física ou jurídica afirmando que os serviços têm de ser determinados e específicos, sendo vedado à contratante utilizar dos trabalhadores em atividades distintas daquela que foram objeto de contrato com a empresa prestadora de serviços.

O parágrafo 2º do artigo 5º A estabelece que os serviços contratados poderão ser executados nas instalações físicas da empresa contratante ou em outro local, de comum acordo entre as partes. Considera a nova lei a empresa tomadora de serviços como responsável subsidiária, o que já era assim considerado pela súmula 331 do TST e, finalmente, diz o artigo 19 – B que o disposto na lei não se aplica às empresas de vigilância e transporte de Valores, permanecendo as respectivas relações de trabalho reguladas por legislação especial, e , subsidiariamente pela [CLT](#).

2.3 A ciência contábil como instrumento de análise

Em continuidade à explicação sobre as características da terceirização, esta revisão de literatura se preocupa ainda em explicitar os instrumentos utilizados para, no estudo de caso, identificar se existe um potencial de melhoria nas qualidades fiscais e estratégicas da empresa ALFA, através da contabilidade gerencial e da contabilidade de custos.

2.3.1 Contabilidade gerencial

O controle do patrimônio das entidades é o objeto da Contabilidade que se constitui em um sistema de informações e avaliações de natureza econômica, financeira, física e de produtividade. Conforme Marion e Ribeiro (2011), a Contabilidade Gerencial ao contrário da Contabilidade geral, está desobrigada do cumprimento das determinações legais ou das regras fixadas por órgãos reguladores, como por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, podendo ser conceituada como um sistema de informações que tem como objetivo manter a entidade informada sobre a situação financeira, econômica, física, patrimonial, de produtividade e ainda, informações operacionais, com a finalidade de auxiliar os administradores na tomada de decisões. Foi a partir de então que surgiu a Contabilidade de Custos, considerada importante ferramenta na avaliação dos estoques de produtos fabricados.

2.3.2 Contabilidade de custos

A Contabilidade de Custos desenvolve-se com a Revolução Industrial, adaptando-se ao surgimento da produção em grande escala, faz parte da Contabilidade Gerencial ou administrativa, dispondo de técnicas aplicáveis nas empresas industriais de produção, montagem de peças, transformação,

beneficiamento e restauração de diversos produtos e, também aplicáveis nas empresas públicas e entidades sem fins lucrativos.

Crepaldi (2010) conceitua Contabilidade de Custos como uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos ou serviços, gera informações precisas e rápidas, subsidia os administradores na tomada de decisões, toma por base a análise dos gastos nas operações realizadas pelas entidades, comenta ainda que, na empresa industrial, que compra a matéria-prima, transforma em determinado produto acabado e depois o vende, são representadas pelo Custo de Produção.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Essa seção trata da metodologia utilizada na elaboração da pesquisa considerando o enquadramento metodológico e os procedimentos para coleta e análise dos dados.

3.1 Enquadramento metodológico

A natureza do objetivo deste trabalho é explanatória, no sentido de se tratar de um estudo de caso baseado nos conceitos e aplicações aprendidos e vislumbrados no curso de contabilidade. Explica-se, com este objetivo, se a estratégia de terceirização é viável e vantajosa para a ALFA, do ponto de vista da contabilidade de custos e da contabilidade gerencial.

Ainda, por se tratar de uma delimitação de aplicações, a natureza da pesquisa deste trabalho é prática, abordando cada um dos aspectos de custos e impactos da terceirização sobre a empresa pesquisada, delimitando as contas dos demonstrativos financeiros que serão impactadas e a forma como estes impactos refletirão nos resultados operacionais da empresa.

A lógica de pesquisa é dedutiva, pois busca na teoria referências para avaliar a qualidade da implementação de novas políticas operacionais e estratégicas no gerenciamento de custos e, especificamente, no gerenciamento de custos de mercadoria vendida. É, portanto, uma pesquisa que se caracteriza por utilizar argumentos teóricos a fim de deduzir o objetivo – se é vantajosa a terceirização ou não.

Os dados são todos primários, ou seja, informações coletadas na contabilidade da empresa, enquanto no período de estágio; e vale lembrar da não existência de entrevistas. A abordagem estatística empregada é básica, contendo apenas medidas de tendência central e testes de hipótese, com o fim de aplicação ao gerenciamento estratégico da empresa ALFA. Por fim, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica, quanto uma pesquisa *in loco*, para a coleta de dados contábeis.

3.2 Procedimentos para a coleta e análise dos dados

Para avaliar a viabilidade da terceirização, faz-se uma análise de viabilidade de projetos de terceirização a partir do fluxo de caixa gerado pela terceirização. O investimento para a

terceirização aqui considerado é a demissão do quadro de funcionários que será substituído por terceirizados, e aplica-se a diferença entre os potenciais contratos, riscos associados aos contratos e valor presente líquido (VPL) da operação.

A coleta de dados foi executada e elaborada em conjunto ao setor de controladoria da Indústria ALFA. Em particular, trabalhou-se com a equipe de contabilidade para levantar os custos com folha salarial nos últimos 12 meses, incluindo custos com férias, demissão, e impostos, que foram agrupados de acordo com a conta associada ao passivo, desta forma, consolidando as contas, elaborou-se uma planilha que indica os custos de cada funcionário. Ainda, no caso das funções que não apresentaram demissão, foi aplicada uma média de custos de demissão ponderados pelo salário, e esta ponderação foi utilizada como referência para estimar os custos com demissão. O valor de impostos estava presente em todos os casos, e foi apenas calculada a soma e a média, no caso da consolidação por cargos.

Os pressupostos para a execução da análise foram definidos como segue. Em conformidade com a revisão de literatura, supôs-se uma redução de custos com salários na ordem de 30% em virtude da terceirização. Assim, este é o valor de referência para a definição dos custos com cada uma das funções avaliadas. Por outro lado, existem os riscos de quebra das terceirizadas, ou mesmo a falta de pagamento das despesas fiscais e tributárias associadas à mão de obra, que deveriam ser arcadas pela ALFA. Tendo discriminado as características discutidas, apresentam-se os resultados a seguir.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos levam à possibilidade de se discutir as características do processo de terceirização do ponto de vista da contabilidade gerencial e da contabilidade de custos.

4.1 Caracterização do objeto de estudo

A empresa ALFA Ltda, pessoa jurídica de direito privado, sociedade empresária limitada, iniciou suas atividades em 06 de julho de 2005, tendo como atividade econômica principal a confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, e como atividades secundárias o comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança e ainda, o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

Atualmente possui 52 funcionários nos setores de produção e administração. As vendas são realizadas por representantes, pois atualmente a empresa só possui as instalações da fábrica. Na linha jeans produz 3 (três) modelos de peças femininas: calça, jaqueta e jardineira.

A produção parte é feita na própria empresa, pelos seus funcionários e parte é terceirizada, diante deste quadro considerando que na produção das peças jeans existem componentes e acessórios que alteram sobremaneira os custos, torna-se necessário o conhecimento da composição dos custos

quando as peças são produzidas na própria empresa e quando a produção é terceirizada.

4.2 Análise e discussão dos resultados

No presente trabalho, adotou-se como base de cálculo e análise os custos com mão de obra direta e indireta, bem como os impostos associados à mão de obra e os custos com demissão. A amostra selecionada consiste no conjunto de funcionários e as alterações do quadro de funcionários, com os pedidos de demissão. Ainda, concatenou-se o conjunto de funcionários pelo quadro de funções da empresa, a fim de se avaliar cada um dos possíveis setores com potencial terceirização.

Tabela 1 - Custos e despesas com Funcionários

CUSTOS				
GRUPO DOS CARGOS	SALÁRIOS	IMPOSTOS	DEMISSÃO	TOTAL
Operacionais	R\$45.411,01	R\$6.811,65	R\$71.589,32	R\$123.811,99
Gerenciais	R\$12.526,00	R\$1.878,90	R\$18.813,28	R\$ 33.218,18

Elaborado pela autora, 2017

Existem dois cargos que apresentaram um baixo volume e, portanto, um baixo nível de demissões: Revisora e Auxiliar de escritório. Ambos são cargos de difícil capacidade de terceirização em virtude da sua participação na escala operacional, isto é, na estrutura de produção da empresa. Os cargos com maior proporção de custo de demissão sobre o

salário médio são os de auxiliar de corte e de passadeira, ambos de nível de terceirização potencial. Os custos associados aos grupos de cargos, com custos indiretos, conforme mostram a tabela 1.

Existem tipos distintos de contratos de terceirização. O primeiro deles é o contrato por volume de serviço fechado, com uma determinada quantidade de produto que deve ser fornecido à empresa, em qualidade pré-estipulada, sobre um determinado valor; esta terceirização é tratada como terceirização por compra de produção. Outra forma de terceirização seria a terceirização pela operação na planta de produção. Neste caso, os trabalhadores são contratados para operarem no local pré-definido, nos mesmos moldes da contratação habitual, o que facilita a fiscalização sobre a qualidade e o gerenciamento de processos operacionais, mas aumentam os riscos por processos trabalhistas.

Como discutido na revisão de literatura, os salários de funcionários terceirizados costumam ser 30% menores do que os custos com salários diretamente empregados. Adicionalmente, impostos e custos com demissão não são incorporados diretamente em contrato, mas seus custos associados devem ser considerados em termos de contrato, ainda que a uma taxa menor. Assim, a tabela 2 apresenta os custos operacionais (salários).

Tabela 2 - Custos com cargos operacionais

CARGO	SALÁRIO ESTIMADO	IMPOSTOS	CUSTO C/ DEMISSÃO
AUX OPER DE INTERLOQUE	R\$ 3.310,68	R\$ 496,60	R\$ 12.639,52
AUXILIAR DE CORTE	R\$ 1.504,22	R\$ 225,63	R\$ 2.259,24
CORTADOR DE TECIDOS	R\$ 2.053,89	R\$ 308,08	R\$ 3.084,82
COSTUREIRA EM GERAL	R\$ 1.294,92	R\$ 194,24	R\$ 1.944,89
COSTUREIRA MAQ RETA	R\$ 7.600,28	R\$ 1.140,04	R\$ 11.415,16
COSTUREIRO	R\$ 1.294,32	R\$ 194,15	R\$ 1.943,99
OPERADOR DE INTERLOQUE	R\$ 3.800,17	R\$ 570,03	R\$ 5.707,62
OPERADOR MAQUINA PASSANTE	R\$ 3.184,93	R\$ 477,74	R\$ 4.783,58
OPERADOR MAQUINA PTF	R\$ 1.764,01	R\$ 264,60	R\$ 2.649,44
OPERADOR TRAVETO ELETRONICO	R\$ 9.834,26	R\$ 1.475,14	R\$ 14.770,46
PASSADEIRA	R\$ 1.469,17	R\$ 220,38	R\$ 5.390,05
REVISORA	R\$ 8.300,15	R\$ 1.245,02	R\$ 5.000,56

Elaborado pela autora, 2017

Os custos com demissão são relativamente elevados no que tange aos cargos gerenciais (Tabela 3).

Tabela 3 - Custos de cargos gerenciais

CARGO	SALÁRIO ESTIMADO	IMPOSTOS	CUSTO C/ DEMISSÃO
GERENTE DE PRODUÇÃO	R\$ 3.785,88	R\$ 567,88	R\$ 5.686,16
AUXILIAR DE ESCRITORIO	R\$ 2.040,18	R\$ 306,03	R\$ 3.064,23
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.396,45	R\$ 209,47	R\$ 2.097,38
MODELISTA DE ROUPAS	R\$ 3.154,90	R\$ 473,24	R\$ 4.738,47
DISTRIBUIDORA	R\$ 2.148,58	R\$ 322,29	R\$ 3.227,04

Elaborado pela autora, 2017

Os salários administrativos ou não alinhados à estrutura operacional principal são compostos por cargos gerenciais ou de fácil substitubilidade no mercado de trabalho. Os custos de demissão neste caso são menores em virtude da menor rotatividade destes cargos na análise da ALFA. No que tange à rotatividade de cargos, faz-se uma apresentação na tabela 4 da quantidade de dias de contrato, através da média e desvio padrão.

Tabela 4 - Dias de Trabalho na ALFA

INDICADOR	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Dias de Contrato	451	R\$ 301,68

Elaborado pela autora, 2017

A média de dias que os funcionários contratados se mantêm no quadro de funcionários é um pouco maior do que um ano, indicando uma alta rotatividade média. O desvio padrão, medida de dispersão dos dados, mostra que a oscilação entre os contratados é bastante alta também, indicando que em 65% dos casos os funcionários mantiveram-se no cargo contratados entre 150 dias (5 meses) e 750 dias (2 anos e 1 mês), uma rotatividade bastante elevada mesmo se considerando o nível superior do desvio padrão. Esta análise será dirigida na seção seguinte, com as devidas aplicações dos conceitos de contabilidade de custos, análise estratégica, Valor Presente Líquido (VPL) e ponto de equilíbrio.

Seguindo o observado na Tabela 1, obtém-se a seguinte redução global associada à terceirização de atividades operacionais de empregabilidade direta e indireta do negócio da ALFA. Os cenários trabalhados incluem as considerações feitas na metodologia, nas quais o primeiro tem uma redução dos custos com impostos na faixa de 30%, média observada da redução de custos na revisão de bibliografia avaliada, e de 15% quando se trata de uma divisão destes custos entre as empresas.

Neste sentido, os custos avaliados e apresentados na tabela 5 são referentes a demissão avaliados por cargo dividido pelo número médio de dias que o funcionário se manteve

associado à empresa (451) e então multiplicado por 30, para a obtenção dos custos mensais.

Tabela 5 - Dias de Trabalho na ALFA

CARGO	CUSTOS ATUAIS		Terceirização Cenário 1		Terceirização Cenário 2	
	MENSAL	DEMISSÃO	MENSAL	DEMISSÃO	MENSAL	DEMISSÃO
AUX OPER DE INTERLOQUE	R\$ 3.807,28	R\$ 840,77	R\$ 2.665,10	R\$ 588,54	R\$ 2.739,59	R\$ 588,54
AUXILIAR DE CORTE	R\$ 1.729,85	R\$ 150,28	R\$ 1.210,90	R\$ 105,20	R\$ 1.244,74	R\$ 105,20
CORTADOR DE TECIDOS	R\$ 2.361,97	R\$ 205,20	R\$ 1.653,38	R\$ 143,64	R\$ 1.699,59	R\$ 143,64
COSTUREIRA EM GERAL	R\$ 1.489,16	R\$ 129,37	R\$ 1.042,41	R\$ 90,56	R\$ 1.071,55	R\$ 90,56
COSTUREIRA MAQ RETA	R\$ 8.740,32	R\$ 759,32	R\$ 6.118,23	R\$ 531,53	R\$ 6.289,23	R\$ 531,53
COSTUREIRO	R\$ 1.488,47	R\$ 129,31	R\$ 1.041,93	R\$ 90,52	R\$ 1.071,05	R\$ 90,52
OPERADOR DE INTERLOQUE	R\$ 4.370,20	R\$ 379,66	R\$ 3.059,14	R\$ 265,77	R\$ 3.144,64	R\$ 265,77
OPERADOR MAQUINA PASSANTE	R\$ 3.662,67	R\$ 318,20	R\$ 2.563,87	R\$ 222,74	R\$ 2.635,53	R\$ 222,74
OPERADOR MAQUINA PIF	R\$ 2.028,61	R\$ 176,24	R\$ 1.420,03	R\$ 123,37	R\$ 1.459,72	R\$ 123,37
OPERADOR TRAVETO ELETRONICO	R\$ 11.309,40	R\$ 982,51	R\$ 7.916,58	R\$ 687,76	R\$ 8.137,85	R\$ 687,76
PASSADEIRA	R\$ 1.689,55	R\$ 358,54	R\$ 1.182,68	R\$ 250,98	R\$ 1.215,74	R\$ 250,98
REVISORA	R\$ 9.545,17	R\$ 332,63	R\$ 6.681,62	R\$ 232,84	R\$ 6.868,38	R\$ 232,84
GERENTE DE PRODUÇÃO	R\$ 4.353,76	R\$ 378,24	R\$ 3.047,63	R\$ 264,77	R\$ 3.132,82	R\$ 264,77
AUXILIAR DE ESCRITORIO	R\$ 2.346,21	R\$ 203,83	R\$ 1.642,35	R\$ 142,68	R\$ 1.688,25	R\$ 142,68
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.605,92	R\$ 139,52	R\$ 1.124,14	R\$ 97,66	R\$ 1.155,56	R\$ 97,66
MODELISTA DE ROUPAS	R\$ 3.628,14	R\$ 315,20	R\$ 2.539,69	R\$ 220,64	R\$ 2.610,68	R\$ 220,64
DISTRIBUIDORA	R\$ 2.470,87	R\$ 214,66	R\$ 1.729,61	R\$ 150,26	R\$ 1.777,95	R\$ 150,26

Elaborado pela autora, 2017

Com base na tabela 5, avaliam-se os casos dos cenários 1 e 2 de terceirização, para os cargos operacionais e os cargos gerenciais. Reforça-se aqui que a análise de valor presente líquido (VPL) e *payback* utilizam como parâmetro de investimento o valor equivalente à demissão de todos os funcionários referentes ao cargo que está sendo terceirizado, enquanto o período considerado para o cálculo do VPL é de 5 anos. A taxa mínima de atratividade considerada equivale à taxa básica de juros atual, a fim de se ter um comparativo mínimo de melhoria com base em um retorno garantido.

Opta-se, portanto, por uma taxa mínima de atratividade padrão para a análise de investimentos de baixo risco, assim

onerando menos a decisão de terceirização da produção (Tabela 6).

Tabela 6 - Retorno à terceirização

Cenário 1	Operacional	Gerencial
VPL (24 Meses)	R\$ 108.064,19	R\$ 30.486,16
Payback	5 Meses	4 Meses
Investimento	R\$ 71.589,32	R\$ 18.813,28

Elaborado pela autora, 2017

Considerando um horizonte de tempo de 24 meses, que é próximo a uma margem de 65% da duração de contrato de trabalho, o VPL das melhorias é de R\$ 138.550,35 ao passo que o custo de implementação é de R\$ 90.402,60, indicando que é uma medida bastante positiva que se faça o processo de terceirização, em ambos os casos. Avalia-se abaixo o resultado associado às melhorias no segundo cenário, onde os custos operacionais são divididos entre as partes, conforme consta na tabela 7.

Tabela 7 - Retorno sobre o Projeto de Terceirização - Cenário 2

Cenário 2	Operacional	Gerencial
VPL (24 Meses)	R\$ 97.625,29	R\$ 27.606,73
Payback	5 Meses	5 Meses
Investimento	R\$ 71.589,32	R\$ 18.813,28

Elaborado pela autora, 2017

Neste cenário, também considerando um horizonte de 24 meses pelas mesmas justificativas, o VPL das melhorias é de R\$ 125.232,01, ao passo que o custo de implementação ainda é de R\$ 90.402,60, indicando que a terceirização continua sendo uma medida bastante positiva em comparação com o atual nível de custos operacionais, tributários e administrativos do atual cenário de custos trabalhistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou avaliar os impactos financeiros da terceirização em uma empresa do setor industrial têxtil, de forma a se avaliar as vantagens financeiras decorrentes deste processo. No caso de empresas de pequeno porte, a nova lei de terceirização permite sucessos bastante significativos a partir da terceirização da produção, com redução bastante significativa de custos.

Os resultados mostram que os custos com terceirização apresentam que uma redução de custos de 30% na folha trabalhista, média apontada na revisão de literatura, trariam como benefício em resultados líquidos a momento presente um montante de R\$ 131.891,18 em média. Este resultado é bastante significativo do ponto de vista fiscal pois corresponde a 84% de toda a folha salarial anual, uma redução significativa dos custos operacionais.

Estes resultados são bastante importantes para a indústria têxtil. A competição de produtos chineses vem reduzindo de

forma concomitante a capacidade competitiva destas indústrias em virtude do alto custo da folha salarial em decorrência da alta taxa tributária que incide tanto sobre os custos de manutenção de mão-de-obra quanto sobre os custos de demissão.

O resultado disso é que os custos de mão de obra são reduzidos pela metade, em termos de VPL do fluxo de caixa decorrente desta redução e mudança de estratégia gerencial entre as empresas do setor têxtil. Assim, tem-se como resultado primordial que a terceirização traz de volta a competitividade para a indústria têxtil nacional, em particular para os pequenos produtores.

Este trabalho apresenta duas limitações importantes. A primeira é a adoção de uma estratégia analítica conservadora, que não considera as variações de produtividade decorrentes da terceirização. A segunda é que o conjunto de dados disponibilizado tinha limitações quanto à estrutura de cargos, o que por sua vez faz com que a análise considerada para a avaliação de portfólio fique limitada a uma discussão global, e não à capacidade de se terceirizar por cargos.

Existem avanços que podem ser obtidos com uma melhor base de dados, ou mesmo com a aplicação de conceitos mais explícitos quanto à terceirização e às melhorias tributárias. Ainda assim, este trabalho atinge os objetivos a que se propõe ao avaliar as consequências da terceirização na empresa Alfa sob diversos pontos de vista complementares e característicos de uma análise contábil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 13.429, *Congresso Nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 20/10/2017.

CARVALHO, Elayne Parisina Dutra Cabral de. **Análise das mudanças no instituto da terceirização com o advento da Lei 13.429/17**. Repositório de Monografias, UFPE (2017).

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva* 17.3-4 (2003): 205-217.

CREPALDI, Silvio Aparecido; Guilherme Simões Crepaldi. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CRUZ, Cristina Otaviana da. SIQUEIRA, Ingrid De Souza, SOUZA, Antônio Artur. **A Contabilidade de custos e a terceirização: um estudo do setor eletroeletrônico**. *Contabilidade Vista & Revista* 10.2 (2009): 03-10.

FOTACHE, Doina. LUMINITA, Hurbean. **Business Process Outsourcing**. *Informatica Economica* 10.2 (2006): 49-54.

GUIMARÃES, Haroldo. A empresa e a estratégia da terceirização. **Revista de Administração de Empresas** 33.2 (1993): 6-11.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Saraiva, 2011.

AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA APLICADO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*Brian Gomes
Fernando Pacheco*

RESUMO

O objetivo deste estudo é demonstrar qual a melhor opção de investimento em renda fixa aplicada à empresa RD Industrial, de acordo com as disponibilidades evidenciadas nas demonstrações contábeis. Identificando as principais opções de investimentos em renda fixa, o saldo disponível para aplicação através da necessidade de capital de giro e o índice de liquidez seca para definindo a melhor opção de investimento através de métodos de avaliação de investimento. Para tanto utilizou-se uma pesquisa exploratória, quanto à natureza da pesquisa trata-se de um estudo teórico e prático. A lógica da pesquisa se dá de forma dedutiva, já com relação aos procedimentos técnicos perpassam pela pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa documental. O resultado do estudo proporcionou um referencial teórico e prático, para que mais empresas possam escolher a melhor maneira de investir em renda fixa sem prejudicar a liquidez e a atividade operacional de seu negócio, demonstrando que é interessante investir em renda fixa, pois além de proteger

o capital da desvalorização via inflação garante menor necessidade de empréstimos de instituições financeiras a juros elevados.

Palavras-chave: Renda Fixa. Demonstrações Contábeis. Avaliação de Investimento.

1 INTRODUÇÃO

Títulos de renda fixa são investimentos que possuem rendimento, prazo e resgate estabelecido na hora da compra, esses rendimentos podem ser prefixados ou pós-fixados e são divididos em títulos públicos e privados (LIMA *et al.*, 2004). Investir em renda fixa pode ser uma interessante fonte de receita financeira, além de proteger o poder de compra das disponibilidades da empresa frente à inflação (MARQUEZAN, 2006). Em um mercado amplo de títulos de renda fixa, uma correta avaliação de investimentos deve investigar as opções de mercado de títulos, buscando um título com retorno, risco e liquidez adequados, ponderando a situação financeira da empresa e a situação macroeconômica nacional. Para elaborar uma avaliação de investimento eficiente é fundamental o apoio de relatórios contábeis como o balanço patrimonial.

As demonstrações contábeis são instrumentos que evidenciam a posição financeira de uma entidade dentro de um período, e são essenciais na tomada de decisões econômicas e administrativas (BRAGA, 2012). A partir das informações contábeis a gestão financeira visa encontrar o equilíbrio entre a rentabilidade e a liquidez dos fundos da empresa, de forma a trazer um maior retorno sem prejudicar a atividade operacional da empresa (CHENG; MENDES, 1989).

A pergunta de pesquisa é: Qual é a melhor opção de investimento em renda fixa aplicado à empresa RD Industrial baseado nas demonstrações contábeis.

O objetivo geral é demonstrar qual a melhor opção de investimento em renda fixa aplicada à empresa RD Industrial, de acordo com as disponibilidades evidenciadas nas demonstrações contábeis. Os objetivos específicos são: (I) Identificar as principais opções de investimentos disponíveis no mercado financeiro e aplicáveis ao estudo; (II) Levantar os dados financeiros da empresa RD Industrial no período de 2016; (III) Identificar a necessidade de capital de giro e o índice de liquidez seca para definir o saldo disponível para aplicação; e, (IV) Aplicar os dados obtidos nos métodos de avaliação de investimento.

Em uma economia instável, onde a taxa de juros é mantida em alta com uma inflação oscilante, muitas vezes ultrapassando limites estabelecidos pelo banco central, é interessante para a empresa investir em renda fixa, pois além de proteger seu capital da desvalorização via inflação garante menor necessidade de empréstimos de instituições financeiras a juros elevados.

2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações necessárias para conhecer a saúde financeira da empresa são obtidas a partir das demonstrações contábeis e sua análise (MOROZINI *et al.*, 2006). A análise das demonstrações contábeis por índices consiste na relação entre grupos e contas patrimoniais visando mensurar a situação econômica e financeira da empresa (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

A Liquidez Seca indica a relação das suas Disponibilidades com seu Passivo Circulante, quanto maior suas Disponibilidades frente ao seu Passivo Circulante, melhor. O objetivo da Liquidez Seca é demonstrar a capacidade da empresa pagar seu Passivo Circulante sem depender da venda de seu estoque e demais bens (KUHNS; LAMPERT, 2012).

O Capital Circulante Líquido ou capital de giro líquido pode ser obtido a partir do confronto do Ativo Circulante com o Passivo Circulante, em situações usuais quando há um valor positivo, os recursos do Ativo Circulante que excedem o Passivo Circulante foram financiados por itens de longo prazo. Contudo, se o saldo for negativo significa que fontes de recursos excedentes de curto prazo estão financiando elementos de longo prazo, se essa condição for mantida por um longo período pode incorrer na insolvência do empreendimento (MARQUES; BRAGA, 1995).

A Necessidade de Capital de Giro de uma empresa é proveniente da diferença do Ativo Circulante Operacional e do Passivo Circulante Operacional. Se o resultado for positivo a entidade necessita de capital de giro. Quando acontece o inverso, quando a empresa tem uma necessidade negativa de capital de giro, há uma disponibilidade de recursos que pode ser aplicada em outras atividades (SEIDEL; KUME, 2003). A necessidade de capital de giro é o investimento líquido de curto prazo necessário para a manutenção do atual nível da sua atividade operacional (MARQUES; BRAGA, 1995).

O Efeito de Tesoura é um valor residual obtido a partir do confronto entre Capital Circulante Líquido e a Necessidade

de Capital de Giro. Quando positivo indica boa saúde financeira da empresa, se cronicamente negativo, indica o risco de insolência (BRAGA, 1991).

Quadro 01- Fórmulas Análise das Demonstrações Contábeis

Fórmulas	Descrição
$LS = \frac{\textit{Disponibilidades}}{PC}$	Liquidez Seca
$CCL = AC - PC$	Capital Circulante Líquido
$NCG = ACC - PCC$	Necessidade de Capital de Giro
$T = CCL - NCG$	Efeito de Tesoura

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Através da análise de Liquidez Seca e do Efeito Tesoura pode-se obter um saldo mínimo necessário para manter saúde financeira e operacional da empresa e definir o saldo excedente que pode ser utilizado em outras áreas, como em investimento.

2.1 Títulos de renda fixa

Títulos de Renda Fixa são ativos oferecidos ao seu titular com rendimentos previamente conhecidos, no entanto esses rendimentos podem ser prefixados quando os juros são definidos previamente ou pós-fixados, quando os juros são definidos com base em um indexador (ASSAF NETO, 2014).

Os indexadores mais conhecidos são os Índices de Preço, Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, Taxa de Depósito Interfinanceiro e Taxa referencial. (BERGER, 2015)

Os títulos de renda fixa podem ser divididos em títulos privados e títulos públicos. Títulos privados são emitidos por instituições financeiras privadas com o intuito de captar recursos financeiros. Certificados de Depósito Bancário são emitidos por bancos comerciais, seu prazo de resgate varia de 30 a 1880 dias, podem ser prefixados a uma taxa fixa, ou pós-fixados com base em um indexador, geralmente o mais utilizado é a taxa DI (BERGER, 2015). Debêntures são títulos de crédito que representam empréstimos que uma Sociedade Anônima faz com terceiros e que assegura aos seus detentores direitos contra a emissora (BERGER, 2015).

Os títulos públicos são instrumentos para angariar recursos financeiros para o governo, com o objetivo de cobrir déficit e antecipar receitas. Dentro do âmbito federal a instituição responsável pela administração desses títulos é a Secretaria do Tesouro Nacional (BERGER, 2015).

As Letras do Tesouro Nacional são títulos prefixados, sendo sua remuneração decidida na hora da compra. A rentabilidade é dada pelo deságio do produto, tem seu fluxo de pagamento simples, investidor compra e recebe o título uma vez (STN, 2017). As Letras Financeiras do Tesouro são um título pós-fixado, com remuneração indexada à taxa SELIC, também possui fluxo de pagamento simples (STN, 2017). As Notas do Tesouro Nacional série “B” também são títulos pós-fixados, mas com a rentabilidade indexada ao IPCA, seu fluxo pode ser

simples ao investir na NTN-B principal, ou com remuneração semestral, NTN-B Juros semestrais (STN, 2017).

Os rendimentos oriundos de títulos de renda fixa, mesmo que auferidos por pessoa jurídica, estão sujeitos incidência do imposto de renda na fonte, (BRASIL, 1999), as alíquotas são determinadas de acordo com o tempo de resgate da aplicação, conforme tabela 01 (BRASIL, 2004).

Tabela 01 – Alíquotas IR Lei nº 11.033/2004.

I.R. Regressivo	
Tempo de resgate	Alíquota IR
Até 180 dias	22,50%
De 181 dias até 360 dias	20,00%
De 361 dias até 720 dias	17,50%
Acima de 721 dias	15,00%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

No caso de empresas tributadas pelo lucro real, presumido ou arbitrado, o imposto sobre a renda retido na fonte referente a rendimentos de aplicações financeiras será deduzido do devido no encerramento de cada período de apuração ou na data da extinção. Já no caso de pessoa física ou pessoa jurídica optante pela inscrição no Simples Nacional ou isenta, será definitivo (BRASIL, 2004).

2.2 Avaliação de investimentos

Decisões de investimento em capital é uma área bastante complexa que envolve inúmeras variáveis e métodos, e muitas vezes é uma parte pequena do processo de tomada de decisões (ASSAF NETO, 2014). Toda operação financeira tem pelo menos quatro componentes: valor presente que é o valor inicial da operação, tempo, juros e valor futuro que é o resultado do tempo e juros sobre o valor presente (WAKAMATSU, 2012).

O valor de um título é medido na sua capacidade de gerar fluxo de caixa futuro e as alternativas de investimentos devem ser comparadas em tempo e atualização em comum (SAMANEZ, 2007). Os métodos mais utilizados para a avaliação de investimentos são o método do Valor Presente Líquido e a Taxa Interna de Retorno (SAMANEZ, 2007), que são representados pelas fórmulas do quadro 04.

Quadro 04 - Fórmulas dos métodos de avaliação de investimentos

Fórmulas	Descrição
$VPL = -I + \sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + K)^t}$	Valor Presente Líquido.
$\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1 + i^*)^t} = I$	Taxa Interna de Retorno.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

O método do Valor Presente Líquido tem como objetivo trazer para o valor presente o resultado das simulações das alternativas de investimento. “ FC_t ” representa o fluxo de caixa no período a ser calculado, “ I ” representa o investimento inicial, K é o custo do capital, \sum significa que deve ser somada a data inicial até a data final do fluxo de caixa. O objetivo é encontrar alternativas de investimento que rendam mais do que custem (SAMANEZ, 2007).

O método da Taxa Interna de Retorno é baseado na fórmula anterior, mas com o enfoque em descobrir a taxa de custo do capital. Se a taxa de juros for menor que o custo do capital então o investimento é viável (WAKAMATSU, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação à natureza do objetivo, é uma pesquisa exploratória, pois busca ter maior profundidade no conhecimento que tange a pesquisa, sem hipóteses a serem testadas no trabalho (ANDRADE, 2008).

Quanto à natureza da pesquisa trata-se de um estudo teórico e prático. Os aspectos teóricos ficam a cargo da busca de conceitos e teorias em livros de análise de investimento e matemática financeira e na legislação pertinente ao tema (BARROS; LEHFELD, 2000). Já quanto ao aspecto prático o estudo investiga um único objeto com profundidade, a empresa RD industrial (APPOLINÁRIO, 2004).

A lógica da pesquisa se dá de forma dedutiva, pois parte de teorias e leis e através do mesmo se encontra a conclusão necessária (MARCONI; LAKATOS, 2003). A coleta se dá a partir de dados secundários com a utilização do balanço patrimonial diretamente coletado no escritório responsável pela empresa.

O estudo se classifica como predominantemente qualitativo com aspectos quantitativos. Qualitativo, pois sua resposta ao objetivo é transmitida de forma descritiva. E quantitativo por causa dos cálculos sobre o rendimento dos títulos (NEVES, 1996).

Quando resultado da pesquisa pode-se afirmar que se trata de um estudo aplicado, pois gera conhecimentos em resposta a solução de problemas (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os procedimentos técnicos perpassam pela pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa documental. Pesquisa bibliográfica, pois é fundamenta com em base livros, revistas e periódicos com o objetivo de enaltecer o conhecimento sobre o tema de despertar a visão sistemática na ciência contábil (MARCONI; LAKATOS, 2003). Estudo de caso, pois envolve um estudo profundo na empresa RD industrial. Pesquisa documental, pois foi utilizado o balanço patrimonial do ano de 2016 da empresa (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Houve uma limitação na pesquisa, pois o retorno das instituições financeiras sobre títulos de renda fixa destinados a pessoa jurídicas foram insuficientes para sustentar o presente estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para pessoas jurídicas, só é possível adquirir títulos públicos a partir do mercado secundário (STN, 2017). A Letra Financeira do Tesouro 2022, conforme quadro 04, é um título pós fixado com rentabilidade indexada a SELIC com um desconto de 0,10%. A Nota do Tesouro Nacional série B2023 é um título pós-fixados, indexado ao IPCA com um acréscimo de 4,03% e tem um fluxo de caixa semestral, conforme demonstrado na tabela 02.

Tabela 02 – Tesouro Direto

LFT 2022		NTN-B 2023 Cupons Semestrais	
Rentabilidade	Selic - 0,10%	Rentabilidade	4,03% + IPCA
Prazo	01/09/2022	Prazo	15/05/2023
Liquidez	Vencimento	Liquidez	Vencimento
Custo	IR regressivo	Custo	IR regressivo
Preço unitário	R\$9.164,78	Preço unitário	R\$3.365,93

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com a tabela 03, podemos observar que o CDB Banco Indusval&Partners é um título pós-fixado indexado a Taxa CDI sendo sua remuneração de 117%, tem com objetivo financiar as atividades financeiras do banco (BANCO INDUSVAL&PARTNERS, 2017). OCDB Pré-Fixado Banrisul

também tem objetivo de angariar fundos para a atividade operacional do banco e tem sua taxa pré-fixada de 9,51%. Tem como vantagem o resgate parcial a partir do dia útil seguinte (BANRISUL, 2017).

Tabela 03 – CDB's

CDB Banco Indusval&partners		CDB Pré-Fixado Banrisul	
Rentabilidade	117% CDI	Rentabilidade	9,51%
Prazo	1080 dias	Prazo	721 Dias
Liquidez	Vencimento	Liquidez	Diária
Custo	IR regressivo	Custo	IR regressivo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

A debênture CMTR33 é emitida pela Cemig Geração e Transmissão S/A tem sua remuneração dada pelo IPCA + 9,50%. Tem seu *Rating* de Ba1 definido pela Moodys, de acordo com a tabela 04.A debênture CLPP13 é emitido pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA tem sua remuneração dada pelo IPCA + 4,00%. Tem seu *Rating* de A+ definido pela Fitch.

Tabela 04– Debênture CLPP13

CMTR33		CLPP13	
Rentabilidade	9,5% + IPCA	Rentabilidade	4,0% + IPCA
Prazo	15/02/2022	Prazo	15/12/2021
Liquidez	Vencimento	Liquidez	Vencimento
Custo	IR regressivo	Custo	IR regressivo
Preço unitário	R\$1.342,26	Preço unitário	R\$1.174,12
Rating	Ba1	Rating	A+

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

é extremamente importante observar a situação financeira da empresa, para não prejudicar as atividades operacionais da empresa tão quanto não expor a empresa a uma liquidez baixa. Para evidenciar os índices de Liquidez Seca e Necessidade de Capital de Giro é necessário levantar os dados financeiros do último exercício.

Para a presente pesquisa é necessário analisar o balanço patrimonial da empresa RD do exercício de 2016, com o intuito de levantar dados para conhecer a situação financeira da empresa.

Figura 03 – Balanço Patrimonial RD industrial.

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	R\$	25.242.058,75	PASSIVO	R\$	25.242.058,75
ATIVO CIRCULANTE	R\$	17.778.465,60	PASSIVO CIRCULANTE	R\$	3.540.078,28
DISPONIVEL	R\$	5.128.681,46	FORNECEDORES	R\$	1.035.642,89
CREDITOS	R\$	6.296.762,28	OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	R\$	340.146,92
ESTOQUES	R\$	6.353.021,86	OBRIGACOES SOCIAIS E TRAB	R\$	214.326,25
			OBRIGACOES INSTITUICOES FINANC	R\$	1.577.730,97
			OUTRAS OBRIGACOES	R\$	372.231,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$	7.463.593,15	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$	1.296.434,61
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$	32.678,61	OBRIG INSTITUICOES FINANC	R\$	1.296.434,61
INVESTIMENTOS	R\$	168,82	EMPRESTIMOS E FINANC BANCARIOS	R\$	934.770,07
IMOBILIZADO	R\$	7.399.761,23	CAPITAL SOCIAL	R\$	293.600,00
INTANGIVEL	R\$	30.984,49	LUCROS ACUM DISPOSICAO	R\$	20.111.945,87

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

De acordo com a figura 03, tanto o Ativo Circulante quanto as Disponibilidades estão com um saldo positivo frente ao seu passivo circulante, indicando uma liquidez positiva.

Para elaborar a Necessidade de capital de giro precisamos organizar o balanço em atividade financeira, cíclica e não circulante, obtendo o seguinte demonstrativo.

Figura 04 – Balanço Financeiro RD industrial, dividido por atividades.

ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	R\$ 5.128.681,46	PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	R\$ 1.962.347,30
DISPONIVEL	R\$ 5.128.681,46	FORNECEDORES	R\$ 1.035.642,89
		OBRIGACOES FISCAIS E SOCIAIS	R\$ 340.146,92
		OBRIGACOES SOCIAIS E TRAB	R\$ 214.326,25
		OUTRAS OBRIGACOES	R\$ 372.231,24
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	R\$ 12.649.784,14	PASSIVO CIRCULANTE ONEROSO	R\$ 1.577.730,97
CREDITOS	R\$ 6.296.762,28	OBRIGACOES INSTITUICOES FINANC	R\$ 1.577.730,97
ESTOQUES	R\$ 6.353.021,86		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 7.463.593,15	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 21.701.980,47
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	R\$ 32.678,61	OBRIG INSTITUICOES FINANC	R\$ 1.296.434,61
INVESTIMENTOS	R\$ 168,82	CAPITAL SOCIAL	R\$ 293.600,00
IMOBILIZADO	R\$ 7.399.761,23	LUCROS ACUM DISPOSICAO	R\$ 20.111.945,87
INTANGIVEL	R\$ 30.984,49		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Conforme figura 04, fica exposto que o Ativo Circulante Cíclico equivale a R\$ 12.649.784,14 e o Passivo Circulante Cíclico tem um saldo de R\$ 1.962.347,30.

A liquidez seca representa a proporção do passivo circulante frente a suas disponibilidades, é importante analisar esse saldo ao investir para que a empresa não fique desprotegida frente a uma crise em que não consiga liquidar seu estoque, ou receber de seus clientes, logicamente seu índice seguro é igual a um, onde a empresa tem capacidade de liquidar se passivo circulante imediatamente. Usando a álgebra pode-se observar que o saldo mínimo para investir é dado da seguinte forma:

$$1 = \frac{\text{Disp} - \text{Saldo a investir}}{\text{PC}}$$

$$1 = \frac{\text{R\$ } 5.128.681,46 - \text{Saldo a investir}}{\text{R\$ } 3.540.078,28}$$

$$\text{Saldo a investir} = \text{R\$ } 5.128.681,46 - \text{R\$ } 3.540.078,28$$

$$\text{Saldo a investir} = \text{R\$ } 1.588.603,18$$

Conforme exposto nos cálculos, o saldo a investir de acordo com o índice de liquidez seca é de R\$ 1.588.603,18, contudo deve-se também observar o Capital Circulante Líquido, Necessidade de Capital de Giro e Efeito Tesoura da empresa para não interromper o processo produtivo da empresa.

$$\begin{aligned} \text{CCL} &= \text{AC} - \text{PC} \\ \text{CCL} &= \text{R\$ } 17.778.465,60 - \text{R\$ } 3.540.078,28 \\ \text{CCL} &= \text{R\$ } 14.238.387,32 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{NCG} &= \text{ACC} - \text{PCC} \\ \text{NCG} &= \text{R\$ } 12.649.784,14 - \text{R\$ } 1.962.347,30 \\ \text{NCG} &= \text{R\$ } 10.687.436,84 \end{aligned}$$

De acordo com os cálculos a empresa tem um Capital Circulante Líquido de R\$ 14.238.387,32 e uma Necessidade de Capital de Giro de R\$ 10.687.436,84, que quando confrontado se obtém o efeito tesoura, ou saldo de tesouraria, que quando positivo, indicadisponibilidade de recursos para garantir a liquidez de curto prazo da empresa, se negativo evidencia má situação financeira da empresa.

$$\begin{aligned} \text{T} &= \text{R\$ } 14.238.387,32 - \text{R\$ } 10.687.436,84 \\ \text{T} &= \text{R\$ } 3.550.950,48 \end{aligned}$$

Para manter a segurança operacional da fábrica é necessário manter um saldo mínimo do efeito tesoura de R\$

500.000,00, para descobrir qual o saldo das disponibilidades para alcançar esse valor deve-se usar a álgebra.

$$T = \text{Disp.} + \text{Créditos} + \text{Estoques} - \text{PC} - \text{NCG}$$

$$\begin{aligned} \text{R\$}500.000,00 &= \text{Disp} + \text{R\$}6.296.762,28 + \text{R\$}6.353.021,86 - \text{R\$}3.540.078,28 \\ &\quad - \text{R\$}10.687.436,84 \end{aligned}$$

$$\text{R\$ } 500.000 = \text{Disp} - \text{R\$}1.577.730,98$$

$$\text{R\$ } 500.000 + \text{R\$ } 1.577.730,98 = \text{Disp}$$

$$\text{Disp.} = \text{R\$ } 2.077.730,98$$

Sendo assim o valor mínimo para poder investir seria de R\$ 3.050.950,48, conforme demonstrado abaixo.

$$\text{Saldoinvestir} = \text{R\$ } 5.128.681,46 - \text{R\$ } 2.077.730,98$$

$$\text{Saldoinvestir} = \text{R\$ } 3.050.950,48$$

Comparando o saldo a investir a partir do efeito tesoura e liquidez seca o saldo a ser utilizado é de R\$ 1.588.603,18, pois se mostrou o melhor para proteger visto que o saldo de R\$ 3.050.950,48 prejudica a liquidez da empresa. Para definir qual trará mais retorno a empresa é necessário fazer a avaliação de investimento por meio de métodos matemáticos.

O objetivo de um investimento é gerar retorno maior que lhe fora investido, para avaliar essa rentabilidade é necessário usar as mesmas escalas monetárias, de tempo e cenário econômico (SAMANEZ, 2007). Então, para fazer uma correta avaliação do Valor Futuro ajustamos os investimentos em um

tempo comum. Para efeitos de cálculos foi utilizada a projeção do banco do Brasil realizada em setembro, onde a taxa SELIC é de 7,00% e o IPCA 4,12% (BANCO CENTRAL, 2017). A Taxa DI é baseada na projeção do Bradesco de 6,89% (BRADESCO, 2017).

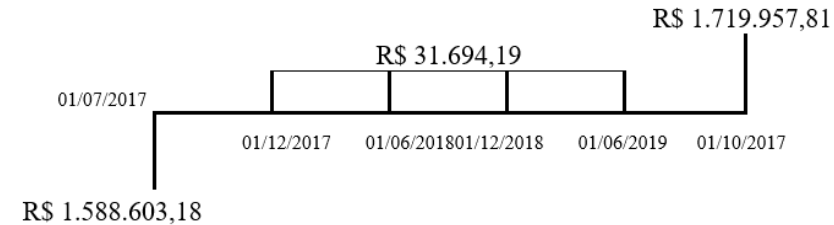
Tabela 08– Rendimento de títulos de renda fixa Valor Futuro Mensal

Data	LFT 2022	NTN-B 2023	CDB BI&P	CDB Banrisul	CMTR33	CLPP13
01/10/17	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18
01/04/18	R\$ 1.642.495,85	R\$ 1.651.232,29	R\$ 1.651.393,31	R\$ 1.662.433,88	R\$ 1.693.334,75	R\$ 1.651.841,78
01/10/18	R\$ 1.698.216,80	R\$ 1.715.097,31	R\$ 1.716.665,25	R\$ 1.739.695,87	R\$ 1.804.970,93	R\$ 1.717.597,76
01/04/19	R\$ 1.755.828,06	R\$ 1.780.247,62	R\$ 1.784.517,08	R\$ 1.820.548,64	R\$ 1.923.966,94	R\$ 1.785.971,33
01/10/19	R\$ 1.815.393,76	R\$ 1.846.734,56	R\$ 1.855.050,78	R\$ 1.905.159,06	R\$ 2.050.807,97	R\$ 1.857.066,70

Fonte: Elaborado pelo autor

Todos os títulos expostos na tabela 08 têm o fluxo de pagamento simples, excetuando o NTB-2023 que tem saques semestrais conforme figura 05, mas que para fins de comparação foram somados ao montante. O título que atingiu o valor futuro mais alto, de acordo com a tabela 08, foi a debênture CMTR33, onde o título alcançou o saldo de R\$ 2.050.807,97. Contudo esse método não satisfaz o presente estudo uma vez que a NTB-2023 tem saques semestrais tornando falha a comparação com os demais títulos mesmo em ponto em comum.

Figura 05 – Fluxo de recebimento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Apesar de falha para métodos de comparação, é através do valor futuro que é feita a estimativa de Imposto de renda retido na fonte, uma vez que este será dado através da data de vencimento ou saque do título (BRASIL, 1999), como a simulação termina no 730º dia a alíquota será de 15% (BRASIL, 2004). Contudo, os saques semestrais da NTB-2023, terá a alíquota de 22,5% para o primeiro saque, visto que este será feito antes de 180 dias, 20% para o segundo já que o saque é efetuado entre 181 dias e 360 dias da aplicação inicial, 17,5% para o terceiro e quarto saque obedecendo a legislação vigente.

Tabela 09 – Cálculo Imposto de Renda Retido na Fonte

	Cálculo Imposto de Renda					
	LFT 2022	NTN-B 2023	CDB BI&P	CDB Banrisul	CMTR33	CLPP13
Valor Inicial	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18	R\$ 1.588.603,18
Valor Final	R\$ 1.815.393,76	R\$ 1.846.734,56	R\$ 1.855.050,78	R\$ 1.905.159,06	R\$ 2.050.807,97	R\$ 1.857.066,70
Rend. Bruto	R\$ 226.790,58	R\$ 258.131,38	R\$ 266.447,60	R\$ 316.555,88	R\$ 462.204,79	R\$ 268.463,52
IRRF 15%	R\$ 34.018,59	R\$ 44.266,19	R\$ 39.967,14	R\$ 47.483,38	R\$ 69.330,72	R\$ 40.269,53
Valor final líquido de IRRF	R\$ 1.781.375,17	R\$ 1.802.468,37	R\$ 1.815.083,64	R\$ 1.857.675,67	R\$ 1.981.477,26	R\$ 1.816.797,17

Fonte: Elaborado pelo autor

O método do Valor Presente Líquido tem como objetivo trazer para o valor presente o saldo final do investimento, com o objetivo de encontrar o investimento que renda mais que custe (SAMANEZ, 2007). O custo do capital é projeção da inflação para 2018 de 4,12% (BANCO CENTRAL, 2017), uma vez que o objetivo principal do investimento é superar a inflação.

Quadro 04– Valor Presente Líquido títulos de renda fixa.

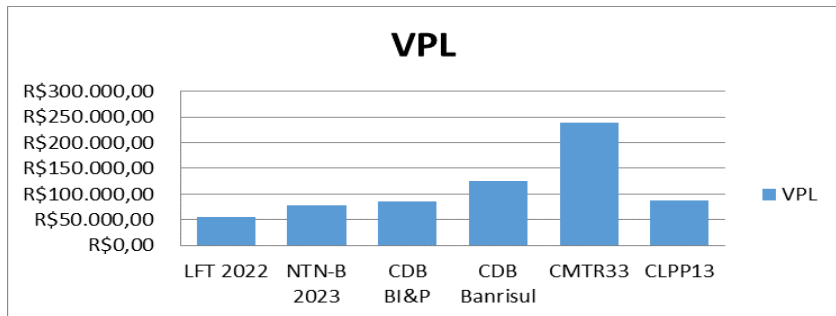
$VPL = -1.588.603,18 + \frac{1.781.375,17}{(1+0,0412)^2} = 54.584,14$
$VPL = -1.588.603,18 + \frac{24.563,00}{(1+0,0412)^2} + \frac{25.355,35}{(1+0,0412)^8} + \frac{26.147,71}{(1+0,0412)^{14}}$ $+ \frac{26.147,71}{(1+0,0412)^{20}} + \frac{1.700.254,61}{(1+0,0412)^{24}} = 78.227,42$
$VPL = -1.588.603,18 + \frac{1.815.083,64}{(1+0,0412)^2} = 85.677,73$
$VPL = -1.588.603,18 + \frac{1.857.675,67}{(1+0,0412)^2} = 124.965,74$
$VPL = -1.588.603,18 + \frac{1.981.447,26}{(1+0,0412)^2} = 239.163,57$
$VPL = -1.588.603,18 + \frac{1.816.797,17}{(1+0,0412)^2} = 87.258,33$

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme o quadro 04, novamente o título que se destacou foi a debênture CMTR33, que obteve o Valor Presente Líquido de R\$ 239.163,57, superando os demais títulos. Esse método satisfaz o presente estudo, pois, traz todo o fluxo de caixa dos investimentos ao valor presente.

A partir da figura 06, pode-se observar os rendimentos dos títulos a partir do Valor Presente Líquido, o título que trará um maior retorno a empresa será a debênture CMTR33, seguido pelo CDB Banrisul e pela debênture CLPP13.

Figura 06 – Gráfico VPL título de renda fixa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Para a empresa o indicado é investir 30% do saldo disponível para investimento na debênture CMTR33 visto que esta lhe trará um retorno financeiro maior, contudo debêntures não são garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito e nem possui liquidez diária, como é fundamental que os investimentos supram as necessidades da empresa em um momento de urgência, é importante investir os 70% restante em um título que

seja garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito e tenha liquidez imediata como o CDB Bannrisul, que foi o título com essas condições que teve um VPL maior.

5 CONCLUSÃO

Um dos objetivos da contabilidade é fornecer e dar sentido às informações através das demonstrações financeiras (STICKNEY; WEIL, 2008). A partir desses dados a gestão financeira visa encontrar o equilíbrio entre a rentabilidade e a liquidez dos fundos da empresa (CHENG; MENDES, 1989).

Os Títulos de renda fixa são investimentos que possuem rendimento, prazo e resgate estabelecido na hora da compra (LIMA *et al.*, 2004). Investir em renda fixa pode ser uma interessante fonte de receita financeira porque protege o poder de compra das disponibilidades da empresa frente à inflação (MARQUEZAN, 2006).

Em um mercado amplo de títulos de renda fixa, uma correta avaliação de Investimentos deve investigar as opções de mercado de títulos, buscando um título com retorno, risco e liquidez adequados.

O estudo de caso, elaborado no escritório contábil Tell Contabilidade, teve por finalidade analisar as demonstrações contábeis da empresa RD industrial com o intuito descobrir o valor disponível para investimentos e definir qual a melhor opção de investimento em renda fixa.

O objetivo geral era demonstrar qual a melhor opção de investimento em renda fixa aplicada à empresa RD Industrial, de acordo com as disponibilidades evidenciadas nas demonstrações contábeis. Onde o primeiro objetivo específico foi identificar as principais opções de investimentos disponíveis no mercado financeiro e aplicáveis ao estudo, na presente pesquisa foi apresentado dois títulos públicos, LTF 2022 e NTN-B 2023 com juros semestrais. Dois CDBs, sendo um emitido pelo Banco Indusval&Partners e o outro pelo Barinsul. Além de duas Debêntures CMTR33 e CLPP13.

O segundo objetivo foi levantar os dados financeiros da empresa RD Industrial no período de 2016, onde de acordo com o balanço patrimonial de 2016 a empresa possui um ativo circulante maior que o passivo circulante indicando boa liquidez.

O terceiro objetivo foi identificar a necessidade de capital de giro e o índice de liquidez seca para definir o saldo disponível para aplicação onde de acordo com a presente pesquisa o índice de liquidez seca é de R\$ 1.588.603,18, o Capital Circulante Líquido de R\$ 14.238.387,32, Necessidade de Capital de Giro de R\$ 10.687.436,84, e um efeito Tesoura de R\$ 3.550.950,48. O saldo para investir de acordo com o índice de liquidez é de R\$ 1.588.603,18, enquanto pela Necessidade de Capital de Giro o saldo é de R\$ 3.050.950,48, portanto o menor saldo é o mais indicado, pois garante a segurança de todos os índices.

O quarto e último objetivo específico foi aplicar os dados obtidos nos métodos de avaliação de investimento. Onde o título

que atingiu o valor futuro mais alto foi a debênture CMTR33, alcançando o montante de R\$ 2.050.807,97. No método de Valor Presente líquido a debênture CMTR33, que obteve o Valor Presente Líquido de R\$ 239.163,57, superando os demais títulos.

O mais indicado para a empresa é investir 30% do saldo disponível para investimento na debênture CMTR33, que lhe trará um retorno financeiro maior, e o 70% restante em um título que seja garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito e tenha liquidez imediata como o CDB Banrisul, título nessas condições que teve um VPL maior.

O presente estudo não teve por finalidade de esgotar o assunto que, como evidenciou-se no desenvolvimento, é complexo e exige uma análise criteriosa em cada situação apresentada. Enfatiza-se que pesquisas futuras são desejáveis e necessárias, enfocando novas formas de análise das demonstrações contábeis, gerando informações que subsidiem o gestor financeiro para a melhor tomada de decisão e conseqüentemente, a sustentabilidade da organização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO INDUSVAL&PARTNERS. **CDB**. Disponível em: <http://www.bip.b.br/pt/produtos -e-investimentos/investimentos/cdb>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

BANRISUL – BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. **DESEMPENHO: Setembro/17**. Disponível em: http://www.banrisul.com.br/bob/data/ Banrisul _Tabela Rentabilidade_CDB_Poupanca_Setembro2017.pdf? cache=36. Acesso em 18 de outubro de 2017.

BANRISUL – BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. **CDB Pré-Fixado**. Disponível em: http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw05hn_conteudo_detalhe2.aspx? secao_id=824. Acesso em 18 de outubro de 2017.

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2000.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**: Setembro: 2017, v. 1, n. 1. Brasília: 2017. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2017/09/ri201709P.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

BERGER, Paulo Lamosa. **Mercado de renda fixa no Brasil**: ênfase em títulos públicos. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2012.

BRADERSCO. **Projeções Bradesco longo prazo**. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/vgn-ext-templating/v/index.jsp?vgnextoid=065098037f782310VgnVCM100000882810acRCRD&vgnnextfmt=default>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRAGA, Roberto. Análise avançada do capital de giro. **Cad. estud.**, São Paulo, n. 3, p. 01-20, Sept. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413n-92511991000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 de março de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Brasília: 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999**. Brasília: 1999.

BRASIL. **Resolução Nº 3.692**. Brasília: 2012.

BRASIL. **LEI nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.** Brasília: 1999.

CETIP - CENTRAL DE CUSTÓDIA E DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS. **Nova metodologia de apuração da taxa Di.** Disponível em: http://estatisticas.cetip.com.br/astec/di_documentos/metodologia1_i1.htm. Acesso em 21 de abril de 2017.

CHENG, Ângela; MENDES, Márcia Martins. A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa. **Cad. estud.**, São Paulo, n. 1, p. 01-10, Out. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511989000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de outubro de 2017.

KUHN, Ivo. Ney; LAMPERT, Amauri Luis. **Análise financeira.** Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.

LIMA, Iran Siqueira. LISBOA, Lázaro Plácido. LOPES, Alexsandro Broedel. EL HAJJ, Zaina Said. **Fundos de investimentos: aspectos operacionais e contábeis.** São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; BRAGA, Roberto. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 49-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>

=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

MARQUEZAN, Luiz Henrique Figueira; BRONDANI, Gilberto. Análise de investimentos. **Revista Eletrônica de Contabilidade** (Descontinuada), v. 3, n. 1, p. 35, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/21/3644>. Acesso em: 18 de março de 2017.

MOROZINI, João Francisco; OLINQUEVITCH, José Leonidas; HEIN, Nelson. Seleção de índices na análise de balanços: uma aplicação da técnica estatística 'ACP'. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 87-99, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_rtext&pid=S1519-70772006000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996. Disponível em: http://www.academia.edu/download/34607124/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de et al. A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. **Revista Eletrônica: Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, p. 1. 2010. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira:** aplicações a análise de investimento. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SEIDEL, André; KUME, Ricardo. Contabilização das variações da necessidade de capital de giro. **Rev. Contab. Finanças**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 66-77, Abr. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772003000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de outubro de 2017.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Cálculo da rentabilidade dos títulos públicos ofertados no tesouro direto:** Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais – NTN-B. Brasília. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/410323/NTN-B_novidades.pdf. Acesso em 23 de abril de 2017.

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL **Cálculo da rentabilidade dos títulos públicos ofertados no tesouro direto:** LTN– Letra do Tesouro Nacional. Brasília. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/tesouro_direto/download/metodologia/ltn.pdf Acesso em 23 de abril de 2017.

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL **Cálculo da rentabilidade dos títulos públicos ofertados no tesouro direto:** LFT. Brasília. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/258262/C%C3%A1lculo+da+Rentabilidade+dos+T%C3%ADtulos+P%C3%ABlicos+oferta>

dos+via+Tesouro+Direto+-+LFT.pdf/ 582e2ca6-adab-459b-b841-ef33d4863b3b Acesso em 21 de abril de 2017.

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Como o investidor pode comprar títulos da dívida pública mobiliária federal interna?** LFT. Brasília. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/ar/como-comprar-titulos-publicos>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

WAKAMATSU, André. **Matemática financeira**. São Paulo: Pearson, 2012.



**VOCÊ NO COMANDO
COLETÂNEA DE TCC'S DO CURSO
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DA FUCAP**

ISBN 978-85-66962-15-4



9788566962154